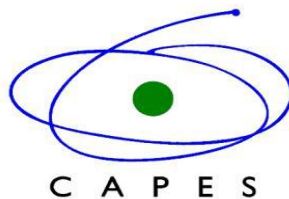




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA - POSLA**

**WAGNER RODRIGUES LOIOLA**

**ESTUDO DOS ASPECTOS FORMAIS E LINGUÍSTICOS EM EDITAIS  
DO SÉCULO XVIII**



**FORTALEZA - CEARÁ**  
**2014**

**WAGNER RODRIGUES LOIOLA**

**ESTUDO DOS ASPECTOS FORMAIS E LINGÜÍSTICOS EM EDITAIS  
DO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

**FORTALEZA  
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Loiola, Wagner Rodrigues.

Estudo dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII [recurso eletrônico] / Wagner Rodrigues Loiola. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 183 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

1. Filologia. 2. Paleografia. 3. Codicologia. 4. Diplomática. 5. Gênero Edital. I. Título.

WAGNER RODRIGUES LOIOLA

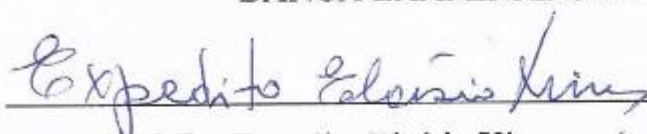
**ESTUDO DOS ASPECTOS FORMAIS E LINGÜÍSTICOS EM EDITAIS  
DO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

Aprovado em: 30 de junho 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (orientador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hebe Macedo de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof.<sup>o</sup> Dr. Antonio Luciano Pontes  
Universidade Estadual do Ceará – UECE/UERN

À Deborah e Iranir,  
mulheres que dão sentido à minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer não é algo fácil, por dar reconhecimento a todos que nos ajudaram nesse árduo caminho de pesquisa. Sou grato a todos que de alguma forma tornaram possível essa dissertação e, acima de tudo, aos que cruzaram o meu caminho, pois o que eu sou hoje é resultado da constante interação e mutação no social. Peço, desde já, desculpas aos que não estão citados diretamente, mas sintam-se contemplados.

À minha mãe, Iranir R. Loiola, por ter tornado tudo na minha vida possível ensinado-me, desde cedo, o valor do trabalho, que não é uma escolha fácil de ser feita. Ao seu exemplo de sacrifício, em focar na educação dos filhos, sempre custeando os melhores colégios, mesmo sem condições financeiras. Aprendi com a senhora a virtude da paciência, que desaprova com o silêncio e ensina com o exemplo, e do amor ao próximo.

À Deborah, dedicada e amada esposa, pelo companheirismo e apoio, mesmo em decisões equivocadas que tomei; por acompanhar-me no processo de ensino da graduação ao mestrado, assistindo e participando das aulas na graduação comigo quase se formando em Letras (é provável que você tenha participado mais das aulas do que eu). Hoje tenho a certeza de que o amor existe na dedicação e na conquista do dia a dia sem querer nada em troca. À minha Deusa que me inspira e me compreende. Obrigado por tudo.

Aos meus irmãos, que me forjaram na complicada relação de irmandade. Nem sempre concordamos, quase sempre brigamos, mas é esse intrincado companheirismo e convívio, das brincadeiras as discussões, que nos torna uma família. Aos irmãos “de banda”, Angelo, Emília, Gabriela e Adriana. Os dois primeiros, cunhados, que em conversas até sem sentido, contribuíram com pensamentos para o processo de escrita. As outras, companheiras de mestrado que sempre me auxiliaram como porto seguro intelectual.

Agradeço à Ticiane, Grayce e ao professor Luciano Pontes que me acompanha(ra)m na vida acadêmica.

Ao professor Expedito, por ser mais que um orientador, um mestre a guiar seus pupilos no labor acadêmico e acreditar em rapaz magricelo que trabalhava em uma perspectiva totalmente diversa. Nas orientações, em forma de conversas, no seio de sua casa revelando a amplitude de seu conhecimento. Por nos nutrir tanto físico como intelectualmente (aos que não sabem, o Expedito é uma exímio “mestre cuca”) e no final desse processo, também, um excelente amigo que soube compreender o momento de dificuldade espiritual que passei.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro de metade desse sonho.

Ao meu pai, João Gomes (*in memoriam*), “maluquim”, que agora distante o sinto mais presente em minha vida. Por seu jeito “torto” de educar ao me obrigar a realizar práticas como: mecânico, trocador de tópic, lavador de carro, office-boy, contínuo etc. que ajudaram a ser a pessoa “desenrolada” que sou. Pela teimosia de sempre estar na procura do quê fazer e pelos brilhantes adágios. Obrigado.

"Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces  
Estendendo-me os braços, e seguros  
De que seria bom que eu os ouvisse  
Quando me dizem: "vem por aqui!"  
Eu olho-os com olhos lassos,  
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)  
E cruzo os braços,  
E nunca vou por ali...  
A minha glória é esta:  
Criar desumanidades!  
Não acompanhar ninguém.  
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade  
Com que rasguei o ventre à minha mãe  
Não, não vou por aí! Só vou por onde  
Me levam meus próprios passos...  
Se ao que busco saber nenhum de vós responde  
Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,  
Redemoinhar aos ventos,  
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,  
A ir por aí...  
Se vim ao mundo, foi  
Só para desflorar florestas virgens,  
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!  
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós  
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem  
Para eu derrubar os meus obstáculos?...  
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,  
E vós amais o que é fácil!  
Eu amo o Longe e a Miragem,  
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...



Ide! Tendes estradas,  
Tendes jardins, tendes canteiros,  
Tendes pátria, tendes tetos,  
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...  
Eu tenho a minha Loucura!  
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,  
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...  
Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!  
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;  
Mas eu, que nunca principio nem acabo,  
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: "vem por aqui!"  
A minha vida é um vendaval que se soltou,  
É uma onda que se alevantou,  
É um átomo a mais que se animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!

**José Régio**

Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.

**MACHADO DE ASSIS**

## RESUMO

Os textos escritos são um rico arcabouço cultural que guardam em si marcas de práticas sociais de um determinado período. Dentre estes textos, estão os manuscritos, guardados e arquivados sob a tutela de instituições e de particulares que, requerem leitores especializados para serem retirados do olvidamento. Nesse sentido, a partir do levantamento de editais do século XVIII, custodiados no Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC-, é realizado o entrelaçamento de campos teóricos, Filologia, Diplomática e Gênero para identificar os elementos linguísticos e formais de composição e de estruturação dos textos. Com o primeiro campo, busca-se dar conta dos aspectos relativos a textos pretéritos: os manuscritos necessitam de um processo de edição textual, bem como de um caminho teórico-metodológico condizente com o *corpus* em que aspectos de natureza linguística e discursiva são tratados (CAMBRAIA, 2005; XIMENES, 2013; BORGES et. al., 2012; MATTOS e SILVA, 2012; AUERBACH, 1972; SPINA, 1994; ABBADE, 2008; ACIOLI, 2003; MENDES,1953). No segundo campo, nos propormos a investigar os aspectos formais de composição de um Diploma, pois os editais são textos exarados por autoridades públicas (BELLOTTO, 2002; BERWANGER E LEAL, 2008). No terceiro domínio, pautamos a discussão a partir do conceito bakhtiniano de gênero, que nos foi importante para o encadeamento textual da pesquisa (BAKHTIN, 2000, 2006; MARCUSCHI, 2008). A escolha por esta abordagem fundamenta-se na crença de que a análise de um gênero deve extrapolar os liames de ciências isoladas e adentrar em uma perspectiva transdisciplinar, tomando o gênero como forma de ação sócio-histórica situada com um propósito comunicativo específico, indo à busca da compreensão do fenômeno textual. A análise revelou que o processo de estruturação dos editais segue formas prototípicas de composição, sofrendo influências de fatores sócio-histórico-culturais do período de produção e de quem o proferiu. Com o estudo dos manuscritos pretendemos resgatar e restituir os estudos históricos no estado do Ceará, a partir do gênero edital escritos em períodos longínquos. Contribuindo, assim, para pesquisa de gêneros.

**Palavras-chaves:** Filologia. Paleografia. Codicologia. Diplomática. Gênero Edital.

## ***RESUMEN***

Los textos escritos son un rico bagaje cultural que guardan en sí las marcas de las prácticas sociales de un período determinado. Entre estos textos, existen los manuscritos, guardados y archivados bajo el cuidado de instituciones y particulares que necesitan de los lectores especializados para no ser olvidados. Con lo cual, a partir del estudio de edictos del siglo XVIII, custodiados por APEC (Archivo Público del Estado de Ceará) se realiza el cruce de campos teóricos, Filología, Diplomática y Género para identificar los elementos lingüísticos y formales de composición y estructura de textos. En el primer campo, nos dedicamos a los aspectos relativos de textos antiguos: los manuscritos requieren de un proceso de edición de texto, así como de una aproximación teórico-metodológica coherente con el *corpus* en el que se tratan los aspectos de naturaleza lingüística y discursiva (CAMBRAIA, 2005; XIMENES, 2013; BORGES et. al., 2012; MATTOS e SILVA, 2012; AUERBACH, 1972; SPINA, 1994; ABBADE, 2008; ACIOLI, 2003; MENDES, 1953); en el segundo campo, nos propondremos a investigar los aspectos formales de la composición de un Diploma, pues los edictos son textos formalizados por autoridades públicas (BELLOTTO, 2002; BERWANGER E LEAL, 2008). En el tercer dominio, basamos la discusión en el concepto bakhtiniano de género, el cual fue importante para el hilo textual de la investigación (BAKHTIN, 2000, 2006; MARCUSCHI, 2008). La elección de este enfoque se basa en la creencia de que el análisis de un género debe extrapolar los lazos de ciencias aisladas y adentrar en una perspectiva transdisciplinar, tomando el género como una forma de acción socio-histórica situada con una finalidad comunicativa concreta, yendo en búsqueda de la comprensión del fenómeno textual. El análisis reveló que el proceso de estructuración de los edictos siguen formas prototípicas de composición, sufriendo influencias de los factores socio-historico-culturales de la época de producción y de quien los profirió. Con el estudio de los manuscritos pretendemos recuperar y restaurar los estudios históricos en el estado de Ceará, a partir del género edicto escrito de períodos distantes. Contribuyendo, de este modo, a la investigación de géneros.

**Palabras clave:** Filología. Diplomática. Género Edicto.

## ABSTRACT

Written texts are a rich cultural outline that keeps on itself marks of social practices of a certain period. Among these texts are the manuscripts, kept and archived under the tutelage of institutions and particular people, which demand specialized readers to bring them out of oblivion. In this sense, from the collection of edict of the 18<sup>th</sup> century, safekept in the Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC –, it is realized the interlacement of theoretical fields Philology, Diplomatic and Genre to identify the linguistics and formal elements of the composition and text organization. On the first field, we seek to assimilate the aspects concerning the preterite texts: the manuscripts demand a textual edition process, as well as a theoretical and methodological way accordant to the *corpus* whereupon linguistic and discursive aspects are treated (CAMBRAIA, 2005; XIMENES, 2013; BORGES et. al., 2012; MATTOS e SILVA, 2012; AUERBACH, 1972; SPINA, 1994; ABBADE, 2008; ACIOLI, 2003; MENDES, 1953). On the second field, we proposed to investigate the formal aspects of a Diploma, since public notices are formally recorded texts by public authorities (BELLOTTO, 2002; BERWANGER E LEAL, 2008). On the third area, we based the discussion from the Bakhtinian concept of genre, which was important for us for the textual chaining of the search (BAKHTIN, 2000, 2006; MARCUSCHI, 2008). The choice of this approach is based on the belief that the analysis of a genre must extrapolate the bonds of isolated sciences and enter in a transdisciplinary perspective, taking the genre as a form of socio-historical action set with a specific communicative purpose, searching the understanding of the textual phenomenon. The analysis revealed that the public notices configuration process follows prototypical forms of composition, suffering influence of socio-historical-cultural factors of the production period and of who pronounced it. We intend, with the studies of manuscripts, rescue and reconstitute the historical studies in Ceará from the genre “public notice”, written in distant periods, contributing, this way, to the genre researches.

**Keywords:** Philology. Diplomatic. Edict Genre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da estrutura de um diploma .....	46
Figura 2- Relação Prática Social, Língua e Texto. ....	48
Figura 3 - Fragmento e edição da fórmula introdutória do Edital 05.....	51
Figura 4- Interdependência das instâncias de comunicação .....	52
Figura 5 - Edital 01: linha 11 .....	145
Figura 6 - Edital 04: linha 03.....	145
Figura 7 - Edital 10: linha 22.....	145
Figura 8 - Edital 01 .....	145
Figura 9 - Edital 02 .....	146
Figura 10 - Edital 03 .....	146
Figura 11 - Edital 04 .....	146
Figura 12 - Edital 05 .....	146
Figura 13 - Edital 06 .....	146
Figura 14 - Edital 07 .....	146
Figura 15 - Edital 08 .....	147
Figura 16 - Edital 09 .....	147
Figura 17 - Edital 10 .....	147
Figura 18 - Edital 11 .....	147
Figura 19 - Edital 12 .....	147
Figura 20 - Edital 13 .....	148
Figura 21 - Edital 14 .....	148
Figura 22 - Edital 15 .....	148
Figura 23- Identificação Arquivística das caixas .....	159
Figura 24- Oxidação na rubrica da numeração do fólho. ....	160
Figura 25- Capa do códice 05 e aproximação da identificação da capa .....	160
Figura 26- Capa do códice 08 e fólho 01 do caderno de resíduos.....	161

Figura 27 - Edital 08, linha 18.....	162
Figura 28 - Fórmula Introdutória do Edital 04 .....	163

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Tipos de edição e o seu grau de mediação.....	32
Quadro 2– das vogais.....	137
Quadro 3– das consoantes .....	138
Quadro 4- permutas de grafemas .....	139

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Identificação arquivística dos manuscritos no APEC.....	59
Tabela 2– Guia básico de descrição codicológica (adptado).....	65
Tabela 3– Margens dos fólhos.....	162
Tabela 4 - Dimensão dos fólhos .....	164
Tabela 5-Elementos do protocolo inicial.....	167
Tabela 6- Elementos do Texto.....	171
Tabela 7- Elementos do protocolo final .....	173



## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>A ÉGIDE TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
2.1	FILOLOGIA .....	27
2.1.1	O labor filológico: edição textos .....	30
2.1.2	Paleografia e Codicologia: ciências auxiliares .....	35
<b>2.2</b>	<b>DIPLOMÁTICA: A CIÊNCIA DA FORMA</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3</b>	<b>GÊNERO DISCURSIVO</b> .....	<b>47</b>
2.3.1	O Gênero Edital.....	52
<b>3.</b>	<b>PASSOS METODOLÓGICOS: edição dos manuscritos</b> .....	<b>57</b>
3.1	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> : SELEÇÃO E COMPILAÇÃO .....	57
3.2	NORMAS DE EDIÇÃO.....	59
3.3	ESTUDO FILOLÓGICO-LINGUÍSTICO .....	62
3.3.1	Descrição Paleográfica e Codicológica.....	63
3.4	ESTUDO DIPLOMÁTICO .....	65
3.5	CONTEXTO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO.....	69
3.6	O <i>CORPUS</i> : EDIÇÃO FAC-SIMIALR E SEMIDIPLMÁTICA DOS EDITAIS .....	72
<b>4.</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MANUSCRITOS</b> .....	<b>135</b>
4.1	ANÁLISE FILOLÓGICO-LINGUÍSTICA .....	136
4.1.1	Fenômenos ortográficos .....	137
4.1.2	Aspecto Lexical.....	140
4.1.3	Aspectos Paleográficos .....	143
4.1.4	Aspectos Codicológicos.....	159
4.2	ANÁLISE DIPLOMÁTICA.....	166
4.2.1	Protocolo inicial.....	167
4.2.2	Texto .....	169
4.2.3	Protocolo final .....	172

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTO FINAL?.....</b>	<b>176</b>
<b><u>REFERÊNCIAS.....</u></b>	<b>180</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O estudo da língua leva-nos, obrigatoriamente, ao universo cultural muito mais amplo que envolve todas as manifestações sociais do ser humano e do mundo que o cerca.

(XIMENES, 2013, p.13)

As sociedades, ao longo da sua história, procuram formas de perpetuar suas tradições e conhecimentos para as futuras gerações, mantendo viva uma determinada cultura e um modo de vida. Diante da necessidade de modos de interação mais duradouros que a fala, o homem desenvolveu recursos para a fixação do que deseja transmitir por meio de símbolos e sinais entalhados e/ou pintados em pedras, cavernas, madeiras, casca de árvores e outros suportes. A escrita passa a ser um fato social suplantando as relações que antes se processavam pela linguagem oral.

O desenvolvimento da escrita, dos materiais e dos suportes confunde-se com o desenvolvimento das sociedades. No percurso histórico da humanidade, diversos materiais foram utilizados como suporte à escrita. Tais como: a pedra, o osso, a argila, os tijolos, as cerâmicas, o mármore, o ferro, o bronze etc. Os egípcios inauguram 3000 a.C, a utilização dos materiais brandos com a produção do papiro. A sua invenção precede a esse período, pois essa é a datação de um “rolo de papiro em branco na tumba de um dignitário egípcio da I Dinastia.” (CAMBRAIA, 2005, p.66). O pergaminho e o papel são os outros materiais brandos que serviram de suporte à escrita.

Esses suportes brandos o papiro, o pergaminho e o papel ganham destaque no processo de escrita. Com a utilização de um novo suporte, matéria subjetiva, ocorre o desenvolvimento de novas técnicas de escritas, de novos materiais instrumentais, *stylus*, *calamus*, pena etc, que interferem no traçado da escrita e de um novo material aparente, tinta, para a escrita dos textos adaptado ao suporte que será utilizado. Higounet (2003) nos coloca o exemplo da escrita suméria realizada em tabuletas que tiveram alterados o seu tamanho obrigou uma reordenação da escrita de traçado vertical disposta em colunas à traçado horizontal disposta em linhas da esquerda para a direita.

A escrita esteve diretamente entrelaçada com as relações comerciais, sendo utilizada para controlar as negociações e valores despendidos nessas operações. A formação de estados nacionais unificados ou reinos e impérios favoreceu, também, esse critério

administrativo da escrita para fortalecer seu desenvolvimento. “Cerca de seis mil anos atrás, a sociedade suméria em expansão tinha de administrar suas riquezas naturais, trabalhadores, impostos, plantações, taxas, estoques da coroa e do templo, salários e gastos.” (FISCHER, 2009, p.23)

Os textos, dessa forma, ganham força dentro do intrincado sistema social, com o crescimento de instituições cada vez mais complexas, estruturando formas textuais que permeiam as atividades humanas. Na contínua evolução e desenvolvimento da humanidade ocorrem diversas práticas sociais para a sua estruturação que acabam interferindo nos registros das sociedades que são processos com influências sócio-históricas. Por isso, o texto não pode ser compreendido, apenas, na sua materialidade, porque ele é um complexo construto social linguístico-discursivo que abrange aspectos históricos, sociais, políticos e culturais de uma determinada sociedade.

Dessa forma, as sociedades e as instituições por meio de textos administrativos tentam dirigir e regulamentar ações tanto públicas como privadas e eclesiásticas para poderem ter uma melhor ordenação em sociedade. Se atentarmos para o caso do período colonial brasileiro, foi isso que Portugal fez quando iniciou seu processo de expansão por meio da colonização.

Para que o Estado português pudesse controlar as novas terras que estavam sobre sua égide, ele estabelece sua estrutura jurídico-administrativa. Por ser, Portugal, uma sociedade da escrita, naturalmente essa organização, repleta dos mais variados gêneros, é transposta às colônias. Essa produção textual, ainda, permanece em nossos arquivos.

Portanto, esses documentos são registros escritos dessas tradições representando a sociedade que o produziu, deixando transpassar influências sócio-históricas e linguísticas permitindo, através dos textos, recuperarmos e obtermos informações sobre os costumes da população como, também, representam o poder das instituições para dominação e exploração eficiente do comércio e de todas as práticas que ocorriam entre a metrópole e suas colônias.

Alguns desses gêneros ainda persistem na contemporaneidade como: alvarás, requerimentos, portarias, editais, ordens, cartas pessoais etc., enquanto outros desapareceram por não atenderem mais às demandas sociais ou realidades atuais: cartas de sesmária, autos de vassalagem, cartas de alforria, cartas régias, bando etc.

Dentre os gêneros administrativos utilizados por Portugal no período colonial, optamos por realizar um estudo sobre os editais pelo fato desse gênero estar presente nas

práticas sociais da administração pública do período colonial brasileiro, norteando, prescrevendo e estabelecendo regras e normas globais e pontuais ao longo dos anos, tendo/possuindo *status* de Lei. O gênero ainda sobrevive hodiernamente e por ser do âmbito jurídico-administrativo sofreu poucas alterações no decorrer dos séculos, sendo um reflexo direto da organização político-administrativa do Estado e das necessidades comunicativas de cada época da nossa sociedade.

As pesquisas sobre gêneros textuais, no Brasil, tem se intensificado muito nas universidades em forma de dissertações e de teses nos programas de pós-graduação orientadas sob várias perspectivas teóricas. Vários gêneros são estudados como editoriais de jornal, Zavam (2009); resumos acadêmicos, Biasi-Rodrigues (1998) dentre outros. Alguns trabalhos levam em consideração o percurso histórico que é importante por incluir a perspectiva linguístico-histórica dos textos aliada com a observação do contexto de produção do gênero, o produtor e a sua relevância para a sociedade e a análise do próprio texto.

Mesmo que o gênero edital tenha grande importância para a sociedade, não há estudos que se dediquem à sua estrutura linguística e sua força comunicativa, nem referente ao momento atual, muito menos ao período colonial. Por isso, faz-se necessário o estudo descritivo de editais produzidos naquele período histórico para observarmos as realidades textual-discursivas da época e o contexto social de produção para particularizarmos a tradição discursiva do gênero.

Nicolau e Azevedo (2012) realizam um estudo do gênero edital nos jornais paraibanos do século XIX até a sua produção no suporte eletrônico. Outros trabalhos realizados sobre o dito gênero são de caráter formal e de estruturação para a escritura jurídica, pois estão presentes em manuais jurídicos, Santos e Nascimento (2011), ou tentam responder a questões inerentes a processos seletivos, Giorgi e Daher (2007).

Tais estudos têm como *corpus* de análise textos datiloscritos ou digitados diferindo de nossa pesquisa por debruçarmos nosso olhar analítico sobre manuscritos que requerem um trabalho minucioso de edição dos textos e, também, por terem como base textos produzidos em outra realidade social e época que não a do Ceará no período colonial.

Portanto, o gênero edital ainda carece ser estudado com o devido cuidado por não haver pesquisas sobre tais textos com o viés filológico. A escolha dessa temática decorre da existência de poucos estudos que abordem com profundidade os manuscritos da realidade

cearense. Com a edição dos editais do século XVIII pretendemos recuperar parte da história do Brasil e do Ceará presentes nessa fonte documental.

Após a edição os textos serão publicados<sup>1</sup> novamente garantindo, assim, um novo processo de transmissão, de preservação e de longevidade, pelo menos do conteúdo, quebrando barreiras de acesso entre o conteúdo histórico do manuscrito, diploma, e o público geral que pode utilizá-lo como *corpus* de pesquisa para outros estudos contribuindo, dessa forma, com os estudos filológicos, diplomáticos, históricos e linguísticos no Brasil e mais especificamente no Ceará.

Os gêneros da administração pública servem como espécies comprobatórias dos atos administrativos dos diferentes governos e suas relações de poder entre dominantes e dominados, que possibilitam o reconhecimento do sistema político vigente em cada época e de como o governo exerce seu poder de dominação nas diferentes áreas e regiões de seu território. Através desses textos podemos perceber como se estrutura a economia, a educação, a religiosidade, as questões jurídicas e administrativas como, também, os diversos usos e práticas da língua, especificamente seu léxico e sua grafia. Dessa forma, dentro de uma prática social os sujeitos reconhecem a ordenação dos elementos, a funcionalidade do texto e o conteúdo que se esta querendo transmitir fazendo com que essas sequências de elementos adquirissem força dentro da prática social.

O presente trabalho tem como foco a caracterização e análise do gênero edital através do estudo das edições fac-similar e semidiplomática para podermos observar as regularidades dos elementos linguísticos e não-linguísticos, fazendo uma comparação entre diversos elementos que o estruturam. Nossa intenção, diante da profusão e importância dos editais na contemporaneidade, era realizar um estudo diacrônico nos séculos XVIII e XIX, porém a escassez de manuscritos do gênero no século XIX<sup>2</sup> nos fez optar pela restrição do recorte temporal ficando o *corpus* constituído por 15 manuscritos do século XVIII.

Com a análise, desses manuscritos, pretendemos resgatar e restituir os estudos históricos no estado do Ceará, contribuindo, assim, para pesquisa de gêneros. O *corpus*

---

<sup>1</sup> A edição dos editais dessa pesquisa bem como o trabalho completo, dissertação, serão publicados em formato eletrônico, PDF, no site do grupo PRAETECE. <http://www.praetece-ce.blogspot.com.br/>

<sup>2</sup> Em nossa pesquisa no Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC- encontramos apenas dois manuscritos desse período, o que não é suficiente para caracterizar as regularidades dos elementos que o compõe.

reduzido permite uma análise significativa, de diversos aspectos da construção textual, para a obtenção de resultados sobre as partes constituintes do gênero e, ainda, permite retirar do olvido textos que por ora foram deixados de lado em nossos arquivos.

No processo de edição surgiram alguns questionamentos que nortearam o nosso estudo: Como se organiza a estrutura do gênero edital no século XVIII? Que elementos são conservados nesse gênero? O que nos leva a refletir sobre outros aspectos: Que marcas linguísticas do século XVIII estão presentes nos documentos? Que informações histórico-sociais e culturais são refletidas no gênero? Esses questionamentos foram trabalhados de forma transdisciplinar, conforme Cambraia (2005), para, assim, podermos dar conta do objeto de pesquisa.

Pretendíamos, primeiramente, realizar a edição dos documentos e fazermos uma análise diacrônica do gênero em estudo. Contudo, o contato com os manuscritos no processo de edição, nos fez, após o estudo e reflexão, achar conveniente colocar o estudo do gênero como base/alicerce para o estudo filológico-linguístico objetivando descrever a estrutura formal, bem como os aspectos linguísticos do gênero, pois as edições têm grande importância por fornecer um material cultural, social, político, ideológico e acima de tudo linguístico como fonte fidedigna para estudos de diferentes áreas.

No nosso estudo sobre editais do século XVIII voltamos o olhar para o protagonista da análise, o texto / a edição do manuscrito. Depois de editados, fizemos uma análise descritiva gênero edital quanto à organização formal/diplomática considerando, também, outros aspectos. No tocante ao suporte do gênero, temos como arcabouço teórico a Codicologia, com uma descrição do suporte e a disposição do gênero na matéria subjetiva. Já com relação ao tipo de letra e formas de grafia partimos dos conceitos da Paleografia.

Unimos esses campos do conhecimento na análise dos manuscritos para, assim, caracterizarmos os editais produzidos no período colonial cearense. A escolha desta abordagem está no fato de termos observado que a produção textual de um determinado gênero não é uma ação estanque, sendo influenciada por fatores sócio-histórico-culturais, fazendo do percurso histórico de produção e de circulação um importante elemento para percebermos a tradição dos textos.

Ximenes (2013, p.178), assevera que “a Filologia é a ciência que tem como objeto de trabalho a cultura dos povos através de seus textos e isto só se pode fazer através do

conhecimento mais amplo possível de todos os aspectos da língua”, por isso nos utilizamos do caráter transdisciplinar para explicitarmos a trama constituinte dos textos que lhes confere sentido. Sendo a análise textual, por nós, desenvolvida filológico-linguística para que possamos evidenciar a multiplicidade de interpretações textuais que partem desde uma leitura e decodificação dos caracteres, dos aspectos relacionados ao gênero como prática social e da sua interface com o suporte, bem como a caracterização formal dos textos até a sua tradição. Dessa forma “interpretar um texto não é dar-lhe um sentido (mais ou menos fundamentado, mais ou menos livre), é, pelo contrário, apreciar o plural de que ele é feito” (BARTHES, apud BORGES et. al., 2012, p.12).

Dividimos esta dissertação em três capítulos, acrescentando-se a eles esta introdução, bem como, as considerações finais. No primeiro capítulo *A Égide Teórica*, o problema dos limiares científicos é apresentado. Guiamos o leitor por um breve percurso sobre o desenvolvimento dos campos de conhecimento e suas inter-relações com o objeto de estudo. No primeiro segmento optamos por tratar a Filologia como Crítica Textual, pois ao analisar os manuscritos realizamos práticas de leitura, interpretação e edição considerando o texto como um todo indispensável para a compressão da língua, cultura e texto (BORGES, 2012). A Paleografia e a Codicologia deram subsídios para que essa crítica filológica fosse possível, por isso as colocamos como ciências auxiliares.

Com a Diplomática, segundo segmento do primeiro capítulo, adentramos na constituição formal dos atos escritos de natureza jurídico-administrativo para melhor compreender os diplomas, pois o documento diplomático é um “testemunho escrito de natureza jurídica, redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe força probatória”. (BELLOTTO, 2002, p.18). Essas abordagens incidem diretamente na questão de gênero como prática social adquirida e empregada socioculturalmente pelos indivíduos e da sua relação com o suporte, bem como das fórmulas que repetidas e evocadas adquirem valor sógnico, tratados no terceiro segmento *Gênero*.

O capítulo seguinte traz os processos metodológicos adotados. Iniciamos com o percurso de seleção e compilação do *corpus* e dos critérios e normas escolhidas para as edições (fac-similada e semidiplomática) passando por uma rápida explanação do contexto de produção dos textos. Ainda nesse capítulo temos o protagonista desse trabalho, a edição do *corpus*. A inserção de dois tipos de edição ocorreu para a melhor visualização, compreensão e entendimento dos textos.



Por fim, *Descrição e Análise dos Editais*, constitui o terceiro capítulo em que empregamos o conhecimento proveniente dos campos teóricos supracitados para a análise dos manuscritos ressaltando o caráter filológico-lingüístico desse trabalho na busca incansável de “ouvir o inaudível”. (MATTOS e SILVA, 2012, p.07).

Nas considerações finais, entrelaçamos, como um tecelão, uma trama textual difusa que transcende a um campo teórico isoladamente considerado, mas harmônica no que condiz ao texto, sempre observando os limites impostos por cada ciência. Reconhecemos, de toda forma, que não foram esgotadas as possibilidades de análises textuais, portanto essa dissertação não é o fim, mas um porto para novas incursões.

## 2 A ÉGIDE TEÓRICA

Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E sobretudo não existe história que não se funde sobre textos.

(HIGOUNET, 2003, p.10)

Em seu percurso histórico-cultural, a humanidade foi deixando rastros de sua existência em práticas e relações sociais concretas. Dessa forma, os registros presentes em caverna, tábuas de madeira, de terra-cota, casca de árvore, papiros, pergaminhos, papel e eletrônicos são um rico patrimônio cultural e linguístico. Auerbach (1972) considera que uma sociedade que busca o texto genuíno o faz quando desperta para si, tomando consciência de que os textos escritos são a memória cultural de uma nação provocando a necessidade de conservar textos autênticos desse patrimônio cultural. Esse resgate das obras manuscritas tem como objetivo “salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente” (AUERBACH, 1972, p.11)

O interesse pela mudança ocorrida nos textos, uma deturpação do sentido primeiro ocorridos no processo de transmissão que a cada nova cópia mudam-se as características dos textos impõe aos críticos textuais uma atitude ativa na produção das edições em que essas modificações, sejam endógenas ou exógenas, fiquem explicitadas. As modificações exógenas independem da experiência do escritor, pois um texto trasladado com perfeição pode sofrer danos causados pela deterioração do suporte com furos e rasgos que exigirão uma leitura crítica para a restituição desse texto, bem como, o tipo de tinta que dependendo da constituição desse material pode apagar-se no decorrer do seu processo histórico ou sofrer um processo de oxidação.

A corrupção do material dá-se por vários motivos: umidade, sol, fogo, insetos, vandalismo (razão pela qual, aliás, documentos originais demandam condições especiais de conservação, de que, via de regra, apenas grandes bibliotecas e arquivos dispõem). (CAMBRAIA, 2005, p.2)

Já as modificações endógenas são modificações oriundas do ato de transmissão dos textos, sendo subdivididas em autorais e não-autorais. Para Bellotto (2007), existem duas formas que polarizam a tradição documental, que é a forma ou modo de transmissão de

determinados documentos através da história, que são: na forma original ou na forma de cópia. Entre os dois polos de tradição documental existem categorias intermediárias (ampliações, renovações, inserções e confirmações) que não são consideradas cópias porque apresentam itens acessórios e por conterem elementos novos não podem ser caracterizados como originais.

Dessa forma, as cópias são documentos idênticos aos originais que possuem ou têm a finalidade de substituir o testemunho original desaparecido e/ou reproduzir a matriz. Essa forma de transmissão é subdividida por Bellotto (2007, p.209) “em quatro modalidades: as simples ou livres, as autorizadas, as imitativas e as cópias em códices diplomáticos”. As cópias autorizadas possuem dois submodos ou tipos: os traslados e/ou cópias certificadas. Para este trabalho nos interessa a cópia autorizada do tipo traslado, pois é um documento que possui validação com fé notarial, ou seja, possui o mesmo poder e valor jurídico do original e as cópias em códices diplomáticos que são documentos que estão registrados em livros de registros da secretaria do governo. Esses textos são “um testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, coligido com a observância de certas formas determinadas, destinadas a conferir-lhe fé e dar-lhe força de prova.” (SICKEL, *apud* Spina, 1994, p.25).

Barbosa (2002) assevera que os textos coloniais brasileiros, sejam eles originais ou cópias, podem ser divididos, tipologicamente, em três grupos: os textos da administração pública; os textos da administração privada; e os textos particulares. Essa produção “escrita no Brasil é muito recente e remonta a pouco mais de 500 anos [...] Os primeiros textos eram quase totalmente de caráter oficial, escritos pelas instituições administrativas das esferas pública e privada para diversos fins.” (XIMENES, 2013, p.181).

No primeiro grupo, textos da administração pública, estão ou são os documentos em que pelo menos um dos interlocutores reveste-se do *status* de pessoa jurídica ou de funcionário representante público do Estado. Já os textos da administração privada são textos produzidos em que pelo menos um dos interlocutores está na condição de representante da instituição privada. O terceiro e último grupo, textos particulares, esses mesmos sujeitos que dominavam a escrita e produziam os textos das duas tipologias já mencionadas não estão revestidos da condição ou *status* de pessoa jurídica e de representante de instituições públicas ou privadas, produzem textos de cunho pessoal.

Spina (1994) classifica esses mesmos textos em apenas dois tipos documentais: particulares e públicos.

É um *documento particular* quando, exarado com o fim de conservar o direito de alguém, nele não interveio qualquer pessoa pública (um testamento, uma doação, uma procuração, um requerimento, um contrato de compra e venda etc.); se exarado oficialmente por pessoa pública, tem o nome de *documento público*; neste caso, ou é um *diploma* – se dimana diretamente do soberano, da sua imediata autoridade, ou de um alto magistrado (licenças e alvarás régios, patentes, mandados, éditos, que levam o selo de armas do soberano); ou uma *carta* – nos demais casos (forais, cartas conselhias, senhoriais etc.) (SPINA, 1994, p.24)

Considerando a tipologia textual produzida no período colonial brasileiro, destacamos os documentos públicos por serem manuscritos revestidos de valores histórico-jurídicos que assumem uma determinada configuração que lhes confere força dentro de uma prática social. Essa disposição e regularidade de estruturas criam uma tradição com propósitos específicos que, de alguma maneira, acabam por diferenciar os gêneros contidos em um mesmo domínio discursivo, por isso o estudo crítico filológico requer o conhecimento de outras áreas para que as contribuições possam ser significativas.

Assim posto, começamos a desenrolar o novelo dos conceitos básicos das ciências utilizadas. Conceitos e assuntos que permitiram a costura da trama textual constituindo as linhas gerais aqui trabalhadas. Sabemos que a perspectiva filológica, por um longo período, foi desconsiderada pelos estudos linguísticos ou deixada em segundo plano, mas acima de tudo, trabalhamos o texto e a língua em práticas sociais concretas.

## 2.1 FILOLOGIA

A Filologia, do ponto de vista ocidental, teve início com os gregos no período helenístico preocupados em recuperar, ordenar e catalogar os mais variados textos. Os estudiosos alexandrinos perceberam a importância desse patrimônio cultural para os estudos da linguagem.

o labor desses eruditos consistiu em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações (escólios), de índices e glossários (indicações marginais sobre as variantes das palavras), de tábuas explicativas, tudo isso complementando com excursos biográficos, questões gramaticais e até juízos de valor de natureza estética.(SPINA, 1994, p.67)

A busca pela historicidade dos fenômenos da linguagem tornou-se usual nas pesquisas linguísticas em decorrência das relações sócio-discursivas e pelo fato da utilização

da língua ser uma ação social que se atualiza em diferentes contextos discursivos. Esse processo situado faz com que os discursos de tradição oral não exemplifiquem de forma “exata” o estado da língua em um determinado período, por não ser possível datar com precisão, apenas identificar traços discursivos<sup>3</sup>.

Entendemos que só conseguimos conhecer o passado dos povos por meio dos registros deixados por eles, e uma das tarefas da Filologia, diríamos, o seu papel principal, é o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo, compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas do texto. (XIMENES, 2013, p.178).

Com o surgimento da Linguística Moderna, os estudos filológicos foram, aos poucos, relegados a disciplinas no campo das especialidades perdendo seu caráter de estudo global do texto. “A necessidade de se especializar em determinados fatos lingüísticos, levou a Filologia a distribuir as suas tarefas com outras ciências, que, a bem dizer, são ciências filológicas.” (ABBADÉ, 2008 p.2).

Inverte-se, assim, a hierarquia nos estudos da linguagem com a Linguística, passando a Filologia ser uma de suas especialidades. Essa proximidade dos limiães entre as ciências decorre de, ser a língua, o objeto comum de estudo<sup>4</sup>. Assim como Chronos e Zeus, estão a Filologia e a Linguística, uma reinava absoluta e mantinha dentro de si as ciências filhas/auxiliares até uma reviravolta nos estudos da linguagem no início do século XIX, em que a outra, Linguística, galga o patamar de ciência “absoluta” do Olimpo científico concedendo ao sincrônico supremacia, confinando a Filologia ao tártaro.

Podemos dizer que a lingüística surgiu quando e onde surgiram exigências filológicas. Os imperativos da filologia engendraram a lingüística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta da filologia. Essa flauta tem por função despertar os mortos. Mas essa flauta carece da potência necessária para dominar a fala viva, com sua evolução permanente.(BAKHTIN, 2006, p.98)

Fica-nos, claro, que a Filologia e a Linguística trabalham com perspectivas e métodos diferenciados, mas tem o mesmo objeto, a língua. Ximenes (2013, p.185), argumenta que:

<sup>3</sup> Não excluimos a importância dos discursos de tradição oral, a exemplo das rezas dos rezadores / benzedores, para os estudos históricos, mas que os contextos discursivos, ou melhor a situacionalidade, faz com que os textos orais sofram uma interferência e uma atualização maior que os textos escritos, ou seja, muitas marcas da individualidade são apresentadas na oralidade que não são marcadas na escrita de forma efetiva.

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o percurso histórico da Filologia e das suas inter-relações com a Linguística, ver Ximenes (2013); Borges et al.(2012)

[...] Linguística e Filologia [...] essas duas maneiras de estudar a língua, muitas vezes, confundem-se, não raro causam atritos. De fato, caminham *pari passu*, no entanto, se distanciam quanto ao método e às abordagens. Cada uma se dedica do seu modo próprio, cultivando as manifestações da língua humana e obtendo resultados satisfatórios a todos.

Conforme Auerbach (1972, p.11), “como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas”, por isso é uma ciência de difícil definição. Essas ocupações variadas da Filologia fazem com que as pesquisas, atualmente, se ocupem em tratar o texto como prática social. Trabalhada com essa perspectiva de língua viva, do entrelaçamento histórico dos enunciados em uma determinada situação comunicativa, a Filologia percorre o campo de atuação da Crítica Textual, pois considera língua, texto e cultura imprescindíveis para a compreensão do texto, indo além da conceituação clássica de filologia que tinha o

interesse por conservar os textos, esse afã por fixar com exatidão os documentos, por estabelecê-los e documentá-los para poder descrevê-los fidedignamente e reproduzi-los de um modo sensível como depósitos de sabedoria certa do passado. (RIGHI, 1967, p.13)<sup>5</sup>

O caráter de ciência global da Filologia com o intuito do entendimento amplo do texto, em seu percurso, passa de uma concepção abrangente para uma concepção restrita que tem como objetivo a (re)construção crítica do texto. Marquilhas (2014), a define como:

Estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. O que é essencial no texto que constitui o objecto da *filologia* é o seu registo em suporte material, ficando os textos orais excluídos das preocupações desta disciplina. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, daí que a *filologia* culmine na *crítica textual*. (MARQUILHAS, 2014, verbete Filologia, grifo da Autora)

Podemos observar na definição do termo *stricto sensu*, que apesar de uma suposta restrição da Filologia ao ser tomada como Crítica Textual, ela continua uma atividade deveras

---

<sup>5</sup> [...] interés por conservar los textos, esse afán por fijar con exactitud los documentos, por establecerlos y documentarlos para poderlos describir fidedignamente y reproducirlos de un modo sensible como depósitos de la sabiduría cierta del pasado.

complexa por, de alguma forma, resgatar a amplitude dos estudos filológicos ao considerar elementos sócio-histórico-culturais presentes nos textos. “Assim, a nosso entender, há uma transferência conceitual, pois o que era entendido como Filologia passa a ser Crítica Textual com todas as suas vicissitudes” (XIMENES, 2013, p.185).

Independente da concepção de Filologia, o caráter transdisciplinar e interdisciplinar deve prevalecer nas pesquisas, pois a prática de edição, apesar de ser primordial, não é única e a propriedade multifacetada dos manuscritos faz emergir desses produtos culturais uma trama urdida de informações. Dessa forma, a edição dos documentos pode “ser o **fim**, por meio de edições científicas que publicam e divulgam o(s) texto(s) para ser(em) lido(s) e estudado(s), e o **meio**, edições que sirvam de ferramentas de pesquisa, com o intento e dar a conhecer certos aspectos das tradições textuais.” (BORGES et al, 2012, p. 27, grifo da autor).

### 2.1.1 O labor filológico: edição textos

Para a análise de textos manuscritos requer que se faça um trabalho de edição textual reproduzindo, reconstituindo e recuperando os textos para que não ocorra a destruição total dos manuscritos, pois mesmo que aconteça um processo de deterioração do suporte, as edições garantem um novo processo de transmissão textual. Esse processo de edição é um dos, senão, o primeiro trabalho do filólogo no/do texto que irá nortear sua edição para uma perspectiva.

Cada área do conhecimento interpreta um texto conforme finalidades específicas, pois os textos oferecem muitas informações e possibilidades de leituras. Assim, um historiador direciona suas leituras para os fatos históricos, um linguista, para manifestações da língua, um sociólogo ou um antropólogo, para os dados relativos ao comportamento humano e social [...] (XIMENES, 2013, p.197)

Dessa forma, entram na tessitura dos trabalhos filológicos os tipos de edição que ao depender do público alvo e do tipo de análise que será realizada influenciará na escolha das edições utilizadas, exigindo “especial reflexão do crítico textual, pois cada tipo tem características muito próprias e distintas” (CAMBRAIA, 2005, p.90).

As peculiaridades de cada tipo de edição, bem como sua utilização, são um indício tanto dos leitores para os quais a edição é direcionada quanto do que se quer analisar, pois a mediação do editor fará com que o texto fique acessível a diferentes públicos. “Assim, uma edição que reproduza particularidades gráficas de um texto [...] pode interessar a um lingüista, mas não seria adequado a um público juvenil [...]” (CAMBRAIA, 2005, p.90).

Dentre os modelos de edição, o filólogo deverá selecionar o tipo mais propício que se adequará ao seu propósito de análise. Borges et al. (2012) faz uma intensa discussão sobre as diversas possibilidades editoriais fazendo com que o filólogo reflita sobre sua prática. Neste trabalho discorreremos no que Cambraia (2005) intitula como tipos fundamentais de edição, alicerçado em dois parâmetros básicos: o público-alvo e a existência de edições anteriores.

Cambraia (2005) assevera que esses tipos de edição estão baseados na forma de estabelecimento dos textos que podem ser divididos em dois polos, monotestemunhais e politestemunhais. O primeiro grupo é subdividido em quatro tipos, todos fundamentados em um texto base ou em um único testemunho: fac-similar, diplomática, paleográfica e interpretativa. Já as politestemunhais são subdivididas em crítica e genética. Spina (1994, p.84) considera que “editar um texto consiste em reproduzi-lo. E quatro são as formas de reprodução de um texto”.

A distinção entre os tipos de edições e os termos que as nomeiam utilizados pelos editores pode gerar confusão para um leitor menos atento porque nem sempre o termo que nomeia o tipo de edição condiz com o processo ou procedimento de edição, por isso elaboramos o Quadro 1, que apresenta um paralelo da nomenclatura dos tipos de edição monotestemunhais elencados por Spina (1994) e Cambraia (2005), bem como o grau de mediação em cada edição.



**Quadro 1-Tipos de edição e o seu grau de mediação.**

SPINA (1994)	CAMBRAIA (2005)	GRAU DE MEDIAÇÃO
Mecânica; Fac-símile.	Mecânica; Fac-símile; Fac-similada.	Zero
Diplomática	Diplomática	Baixo
Diplomático-interpretativa; Semidiplomática.	Paleográfica; Diplomático-interpretativa; Semidiplomática; Paradiplomática.	Médio
Texto crítico	Interpretativa	Máximo

Apresentamos, agora, uma descrição dos quatro tipos de edição monotestemunhais:

1. Reprodução mecânica: é o tipo de edição que se utiliza de equipamentos para reproduzir fielmente o texto, pois não se realiza nenhum tipo de intervenção direta de transcrição fazendo-se através de fotografias, de fototipias, de xerografias etc. para produzir um fac-símile. Borges et al. (2012), salienta que:

Devido ao avanço tecnológico, tem-se optado pela edição fac-similar, fazendo-se a simples reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital [...] realizando-se a digitalização dos textos. Adverte-se, porém, que, mesmo sendo o tipo edição que reproduz o texto de forma mais aproximada, ainda assim há, nela, intervenção do editor, que manipula a captura da imagem e a apresentação por meio da edição.

A edição fac-similar ou mecânica, geralmente, vem acompanhada de outro tipo de edição, pois requer um leitor especializado para a identificação dos caracteres. Tal edição dá conhecimento às características do suporte, da tinta, dos danos ocorridos no manuscrito etc, porém não consegue suprir todas as informações necessárias que apenas o exame *in-loco* consegue dirimir.

2. Reprodução diplomática: o texto é editado em outro suporte garantindo que com a deterioração do suporte não se perca o conteúdo, o estilo, as tradições presentes no manuscrito, pois nesse tipo de edição são mantidas todas as características da obra primeira: grafia, abreviações, erros etc. Spina (1994)

aconselha que as edições diplomáticas tenham o acompanhamento da edição fac-símile para dirimir quaisquer dúvidas de edição.

[d]escreve e reproduz mimeticamente, lugar a lugar e lição a lição, a universalidade que é um manuscrito – descreve as características dos suportes e dos instrumentos de escrita, da topografia dos fólhos, dos hábitos caligráficos, das decorações; e reproduz o texto, transliterando-o, com a lição que ele tem no manuscrito, guardando-lhe a ortografia, as abreviações, a sintaxe, a variação interna, as lacunas, as repetições, enfim, tudo aquilo que faz dele um objeto único e irrepetível. (DUARTE, *apud* BORGES et al., 2012, p.32)

A vantagem da edição diplomática é a atualização dos caracteres facilitando o procedimento de leitura, porém como os outros elementos permanecem iguais ao do manuscrito base, ainda, exige um especialista para realizar a leitura. “Trata-se, portanto, de um *grau baixo de mediação*” (CAMBRAIA, 2005, p.93). Com a modernização dos equipamentos para a realização de uma edição mecânica pouco se tem trabalhado na produção de novas edições diplomáticas, pois seu propósito é o de criar uma edição mais próxima do original o que hoje é realizado pela edição mecânica. Essa cópia do manuscrito, ainda, pode sofrer alguma modificação inerente ao procedimento do trasladar.

3. Transcrição semidiplomática (ou diplomática-interpretativa): com a alternância de suporte, como é feito na edição diplomática, ocorre a interpretação do texto, porém são realizadas operações que não constam no original, mas respeitam critérios de edição (pré)determinadas, como: desdobramento de abreviaturas, divisão de palavras etc. Além disso, são descritos caracteres externos presentes no suporte: selos, guardas, timbres. Na edição semidiplomática, são permitidas interferências do editor porque o tratamento dado ao texto o torna mais acessível para o público que não é apto para decodificar o manuscrito.

“Pode-se dizer que há, neste tipo, um *grau médio de mediação*, pois, no processo de reprodução do modelo, realizaram-se modificações para o tornar mais apreensível” (CAMBRAIA, 2005, p.95). Nesse tipo de edição ocorre uma maior intervenção do editor que nas outras edições. Na primeira edição, mecânica, são relevantes mais a perícia com o equipamento – ângulo, enquadramento, iluminação etc – e as características do equipamento do que a leitura propriamente dita do manuscrito, pelo menos em um primeiro momento. Já a edição diplomática é uma reprodução fiel do manuscrito o que não ocorre na edição semidiplomática.

4. Texto crítico (edição crítica): é o fazer filológico, pois busca a reprodução do texto genuíno exigindo do pesquisador mais do que o conhecimento de equipamentos ou de ciências como a diplomática e a paleografia, prescinde de conhecimentos socioculturais.

“O filólogo que pretenda estabelecer a edição crítica de uma obra do passado precisa de seguros conhecimentos da língua, da cultura, do pensamento, da arte, da história, das técnicas de composição vigentes na época em que a obra foi escrita.” (SPINA, 1994, p.87). Cambraia (2005) alerta para a utilização do termo crítica para nomear uma edição monotestemunhal, pois, para ele, a edição crítica só se realiza com o confronto de testemunhos de um mesmo texto. Dessa forma, o autor nomeia a edição que busca a forma genuína do texto, em que ocorre o grau máximo de mediação, de edição interpretativa.

Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas são além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína. (CAMBRAIA, 2005, p.97)

O tipo de edição selecionado pelo pesquisador dependerá do público-alvo e da existência de edições anteriores, pois em uma edição mecânica não se pode perceber determinadas particularidades do texto e do material pela troca do suporte fazendo com que possam ser percebidos os tipos de escritas deixando evidentes as dificuldades de leitura e de edição dos textos. A edição diplomática elimina dificuldades de leitura e interpretação do texto original que são inerentes da escritura, mas mantém a característica de ser requisitado por especialistas. A edição semidiplomática torna a leitura do texto mais acessível para leitores menos especializados, por isso é um dos tipos mais utilizados nos estudo filológicos. Tal procedimento editorial é o que representa maior confiabilidade para quem deseja realizar um estudo histórico de uma língua.

No processo de edição textual o editor necessita utilizar saberes de outros campos, “pois, embora parta da linguagem, necessita de outras ciências para a execução de sua atividade.” (ABBADÉ, 2008, p.2). Dessa forma, é patente que o crítico textual não pode se isolar de outras áreas do conhecimento, pois para realizar a edição ele necessitará utilizar saberes sócio-histórico-culturais. Conforme veremos a seguir.

### 2.1.2 Paleografia e Codicologia: ciências auxiliares

Os manuscritos podem ser analisados em diferentes perspectivas teóricas por nos dar as mais variadas informações sobre um mesmo documento que ajudam na compreensão do texto, pois a leitura de manuscritos é uma prática árdua que necessita de um “novo” letramento, pois as escolhas lexicais, estruturais, de registro etc. estão fora do nosso convívio requerendo leitores especializados para interpretar a escrita e identificarem os sinais braquigráficos “pelo fato da escrita apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual” (ACIOLI, 2003, p.5)

O estudo das escritas pretéritas presentes nos manuscritos fica a cargo da Paleografia, ciência que trata do desenvolvimento da escrita desde a sua origem até as formas caligráficas que adquiriu em seu percurso histórico-social. Cambraia (2005) assevera que a Paleografia é um campo teórico imprescindível para estabelecer a forma genuína de um texto com a compreensão e decodificação da escrita,

auxiliando o filólogo a decifrar as múltiplas particularidades da escrita, possibilitando assim o estudo dos vários estágios da língua, com as variações sofridas por cada palavra, com as alterações no sentido das frases, com o cambiamento paulatino da sintaxe. Acreditamos poder afirmar com segurança que, sem a Paleografia como auxiliar, dificilmente se compreenderia a existência da Filologia. (MENDES, 1953, p.15)

Preocupação, essa, da Paleografia pelas escritas antigas está intrínseca no termo que a define, como em muitas ciências, derivado da união de duas formas gregas: *palaiós*, antigo, e *gráphien*, escrita. Tal termo ainda expressa o campo de interesse de seus pesquisadores que é o “estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho, papel).” (SPINA, 1994, p.24)

Em uma concepção moderna, segundo Cambraia (2005, p.23), a Paleografia pode ter uma perspectiva teórica e uma pragmática na medida em que a ciência fornece uma discussão sobre processo sócio-histórico que constituíram os sistemas de escrita formando um rico arcabouço teórico para a formação da ciência e de desenvolver habilidades de leitura para que os sujeitos possam agir efetivamente na compreensão dos manuscritos, sendo capazes de realizarem uma leitura crítica dos documentos. Seguindo na mesma linha de pensamento, Blanco (*apud* ANDRADE, 2007, p.310) a define como: “A ciência que ensina a ler

corretamente toda a classe de documentos manuscritos ou impressos, abordando também a origem e evolução de escrita”.

Dessa forma, a Paleografia tem suma importância na identificação e classificação dos caracteres e dos tipos de escrita o que permite uma edição fidedigna, precisa e genuína em relação ao original evitando erros ou falhas pelo não reconhecimento do modelo de escrita: letras, abreviaturas, sinais etc. Para Cambraia (2005, p.24) em uma análise paleográfica, geralmente, são abordados os seguintes aspectos:

- a) classificação da escrita, localização e datação;
- b) descrição sucinta de características da escrita, a saber: a *morfologia das letras* (sua forma), o seu *traçado* ou *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta) e o *peso* (relação entre traços finos e grossos das letras);
- c) descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregado na referida escrita;
- d) descrição dos outros elementos não-alfabéticos existentes e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação, etc.;
- e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

Spaggiari e Perugi (2004) colocam a Paleografia como ciência auxiliar a Codicologia, porém concordam com a definição dos autores supracitados ao afirmarem que a paleografia como disciplina tem por finalidade a investigação dos caracteres gráficos antigos que

examina e cataloga as formas de escrita conforme a datação e o lugar de procedência. [...]. Cada uma dessas ‘scriptae’ tinha as suas características peculiares, e era, por conseguinte, bem conhecível e, sobre tudo, muito regular na sua realização ‘in continuum’. Só a identidade dos caracteres e a sua regularidade podiam garantir a correta interpretação da escrita. (SPAGGIARI e PERUGI, 2004, p.17)

Todos os aspectos analisados pela paleografia estão em um *locus*, uma matéria *scriptoria*, um suporte em que são fixados esses textos possibilitando uma circulação na sociedade. Para a análise do suporte utilizaremos os pressupostos teóricos da Codicologia que “consiste basicamente no estudo da técnica do livro manuscrito”. (CAMBRAIA, 2005, p.26)

Esse tipo de estudo, para Cambraia (2005) e Spina (1994), já foi de interesse da paleografia e da diplomática. Atualmente o conhecimento das características do suporte fundamenta-se como campo do saber que procura

situar no tempo e no espaço os manuscritos, deste ou daquele centro de artesanato bibliográfico (*scriptoria*), a identidade do copista, do decorador, a Codicologia

estuda a qualidade e a preparação do pergaminho, a natureza e a origem do papel, a composição das tintas e das cores utilizadas na decoração, os mínimos detalhes de encadernação (dimensão, composição dos cadernos), modos de numeração, entrelinhamento, colunas, margens, reclamos, dimensões das letras, motivos iconográficos, a própria escritura. (SPINA, 1994, p.28, grifo do Autor)

O termo codicologia, de modo diverso a paleografia, ampliou seu campo de estudo. Inicialmente dedicada à análise dos códices que eram formados de tábuas de madeira recobertas com cera, *tabullae ceratae*, para que fosse possível receber o processo de escrita, fixadas em uma das extremidades à exemplo da atual confecção dos livros. Com o desenvolvimento de novos suportes o termo códice, palavra de etimologia latina derivada do “codex (caudex, cis) tronco de árvore” (SPINA, 1994, p.23), passa a referir-se, também, a suportes de matérias brandos: papiro, pergaminho e papel.

Os dois primeiros materiais brandos, papiro e pergaminho, durante muito tempo foram suportes concorrentes para o registro dos processos e práticas sociais escritas. O pergaminho, confeccionado a partir de peles de animais e o papiro extraído do caule da planta *Cyperus papyrus L.*, da família Cyperaceae, da qual se cortavam tiras, finas e delicadas, para serem colocadas sobrepostas em camadas com uma disposição contrária - horizontal e vertical- a da camada inferior. Após um processo de prensagem e uma técnica para deixar a superfície mais lisa o papiro estavam pronto para receber a escrita em sua superfície<sup>6</sup>.

No processo de escrita desse suporte utilizava-se apenas um dos lados<sup>7</sup>

Em virtude da falta de resistência da membrana, traçava-se apenas de um lado um retângulo com linhas feitas por uma régua, onde se escrevia; e as folhas preparadas eram ligadas com cola sucessivamente, uma ao lado da outra. (SPINA, 1994, p.29-30)

Não objetivamos estudar com afinco o papiro, pois sua utilização é de um período anterior a colonização do território brasileiro, mas quando esse material constituía os

---

<sup>6</sup> Mendes (1953, p.39), afirma que esse processo de fabricação descrito por Plínio é um tanto obscuro: “Cortada a planta, dela se separava a haste. Esta era desfeita (após se lhe extrair a casca) por intermédio de um instrumento cortante, em lâminas longitudinais muito finas chamadas *philyrae* ou *scissurae*. Várias *philyrae* eram postas lado a lado sôbre uma prancha inclinada até alcançarem a largura desejada. Umedecia-se tudo com a água lodosa do Nilo. Transversalmente, colocava-se nova camada de *philyrae* e se submetia o conjunto a uma prensa. Após isso, secava-se ao sol, raspava-se com carapaças ásperas de moluscos as irregularidades do lado em que se ia escrever e alisava-se com uma espátula de marfim. Estava pronta a *plagula*, ou página, de papiro.”

<sup>7</sup> A dificuldade de escrita inerente ao suporte dificultava o processo de escrita nos dois lados da folha. Quando escritos apenas no recto eram denominados de anopistógrafos e quando escrito em recto e verso o nome de epistógrafo. Para mais, ver SPINA (1994)

volumes, ele possui uma terminologia semelhante a que será abordada no subtópico da diplomática.

A leitura dos volumes, folhas de papiro coligadas em uma de suas extremidades, consistia no ato de desenrolar e enrolar num processo contínuo até o fim do volume. A ação da mão direita ia desvelando o texto e a da mão esquerda ia ocultando com o enrolar do suporte. Pela fragilidade do suporte, Spina (1994, p.30) explica que “a folha era reforçada nas extremidades para receber as varetas; a página inicial reforçada recebia o nome de *protokollon* (“protocolo”), e a última, *eschatokollon* (“escatocolo)””. Terminologia que se mantém com o mesmo propósito de indicar a parte inicial e final de leitura, respectivamente, mas agora essa função é realizada com segmentos formulaicos no/do texto por não ser mais necessária a leitura com o desenrolar dos volumes.

A utilização do papiro é dominante nos registros de documentos oficiais, diplomas, e o pergaminho era utilizado apenas para códices até o correr do século VI, pois sua produção<sup>8</sup> era muito onerosa por constituir-se de pele animal – ovino, caprino e bovino. A escrita em couro é muito antiga, mesmo antes da utilização do papiro, já se utilizava como suporte à escrita. Por ser de couro existiam alguns problemas de conservação: o ressecamento que fazia com que a pele ficasse com pouca resistência e quebradiça e o apodrecimento. Quando ocorre o desenvolvimento de técnicas de conservação do couro, a exemplo a utilização do tanino, o papiro já havia se consolidado com matéria escriptória. Até que

pelos arredores do ano 200 A.C., Ptolomeu, rei do Egito, com ciúmes da sua biblioteca de Alexandria, e temendo que outras bibliotecas lhe pudessem fazer sombra, resolveu proibir a exportação de papiros do Egito para a Europa. Diz a lenda, ou história, que em Pérgamo, o rei da época, Eumene II, decidiu descobrir um substituto, para o papiro, que não era mais importado. E através de seus sábios ou pessoalmente — não se pôde saber ao certo— terá descoberto o meio de conservar couros finos, criando assim o *pergaminho* (de Pérgamo). O pergaminho aos poucos consegue alijar o papiro como material básico da escrita, em virtude das vantagens que apresentava sobre o papiro:

1<sup>a</sup>— O pergaminho resistia mais ao manuseio constante do que o papiro. Êste, com a repetição do ato de enrolar- se e desenrolar-se acabava partindo-se ou esfoliando-se, o que não se dava com o pergaminho;

2<sup>a</sup> — O pergaminho era mais resistente ao tempo e às intempéries. A umidade, embora pudesse fazer deteriorar a escrita e auxiliar o ataque dos fungos à matéria base, era no entanto muito menos prejudicial ao pergaminho que ao papiro;

<sup>8</sup> Segundo Cambraia (2005) na produção do pergaminho retiram-se as camadas mais externas da pele – a epiderme e a hipoderme - fazendo-se uso apenas da derme, parte mais fibrosa da pele. Após a colocação da pele em água corrente, molho, utilizava-se a cal para a retirada da epiderme e um processo de raspagem para a eliminação da hipoderme. A peça era tensionada e alisada com objetivo de reduzir sua espessura, tendo como procedimento final o polimento com pedra-pome.

3<sup>a</sup> — o pergaminho podia ser usado por ambas as suas faces, redundando isto numa economia de espaço. Um texto que demandasse dois metros de papiro poderia ser escrito nos dois lados de um só metro de pergaminho;

4<sup>a</sup> — O pergaminho podia ser reaproveitado. Um texto julgado já inútil era raspado e, sobre êle, reescrevia-se. Um pergaminho assim re-utilizado intitulava-se palimpsesto (em grego: escrito de novo) ou *codex rescriptus*. (MENDES, 1953, p.41-42)

Descrito por Mendes (1953) como uma vantagem o procedimento intitulado de palimpsesto, muito empregado a partir do século VII, revelava a escassez de suportes, dificuldade essa que durou até a introdução efetiva do papel como matéria de escrita. Em Portugal, todos os documentos estão em pergaminho<sup>9</sup> até o início do século XIII quando surgem os primeiros documentos em papel, suporte desenvolvido na China por volta da metade do II século d.C.. A utilização do papel como suporte, inicia um caminho que o conduz do oriente para ocidente até sua entrada na Europa, trazido pelos árabes, quase seis séculos após sua invenção. Para Mendes (1953, p.42-43), a superioridade do papel como suporte era notável:

1.<sup>a</sup> — O papel é mais leve que o pergaminho;

2.<sup>a</sup> — É menos espesso que o pergaminho, de modo que os livros são menos volumosos e melhor manuseáveis;

3.<sup>a</sup> — Pode ser fabricado em todas as espessuras, tamanhos e côres que se desejarem;

4.<sup>a</sup> — A matéria prima para a fabricação do papel é de muito mais simples obtenção;

5.<sup>a</sup> — É mais facilmente costurável que o pergaminho; e a cola (quer a vegetal, quer a animal) adere melhor ao papel.

Na história dos suportes sempre existiram tipos diferentes de materiais concorrentes (papiro – pergaminho; pergaminho – papel; papel – meio digital com todas as suas vicissitudes) o que faz com que ocorra um desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de produção, conservação e utilização. A mudança de suporte<sup>10</sup> incide diretamente nos materiais – tinta e instrumento impressores - utilizados no processo de fixação do texto alterando seus modos e técnicas, um suporte duro requer um instrumento de escrita mais resistente do que os suportes brandos. A utilização e escolhas de materiais e procedimentos de

<sup>9</sup> O pergaminho “manteve-se em uso durante muito tempo, considerado como um material mais elegante, mais nobre. (MENDES, 1953, p.43)

<sup>10</sup> Quando surgiram os pergaminhos, seus utilizadores iniciais não se decidiram de imediato quanto à forma a lhes ser dada. Encontram-se pergaminhos, datando dos primeiros tempos de sua aplicação, quer sob o formato de rolo, como os papiros, quer sob o formato de códices, como as *tabelliae*. Considerando que, ao contrário do papiro, o pergaminho permitia a escrita sobre ambas as suas faces, era evidente que a forma de *codex* apresentava maior facilidade para leitura. Consequentemente, foi o sistema que acabou vigorando e que se transmitiu, mais tarde, para o papel. Os nossos livros atuais são os herdeiros, pois, da forma iniciada com as antigas *tabullae ceratae*. (MENDES, 1953, p.45)



escrita podem diminuir a longevidade de um manuscrito, por isso para o estudo dessas características adotaremos um conceito lato de Codicologia.

Nessa perspectiva, a Codicologia diz respeito ao estudo do material empregado para a produção dos manuscritos que vai desde a confecção e utilização desse material até o estado de conservação dos manuscritos permitindo uma melhor descrição do suporte. Pelo exposto, temos a Codicologia como o estudo do aspecto material do códice cujo interesse parte mais da curiosidade do pesquisador que descreve e utiliza seus conhecimentos para explicitar o maior número de elementos do suporte. Como disciplina autônoma estuda as técnicas de fabricação e os componentes materiais dos códices que ajudam a compreender os mecanismos de funcionamento dos gêneros em relação ao suporte.

Essa produção dos manuscritos envolve três componentes ou matérias básicas:

- Subjetiva: contempla o suporte para a escrita dos manuscritos: papiro, pergaminho e papel<sup>11</sup>;
- Aparente: descreve o tipo de tinta utilizada no processo de escrita: carbono, ferro-gálica ou um tipo misto;
- Instrumental: é o tipo de tecnologia empregado para a realização da escrita sobre o suporte, instrumento, que depende diretamente dos materiais que o antecedem: *stylus*, *calamus*, pena etc.

As análises codicológicas usam um repertório terminológico próprio para a descrição dos manuscritos. Os termos são

derivantes na sua maioria do grego e do latim, figuram manuscrito ‘qualquer texto escrito à mão’, códice ‘os manuscritos antigos e medievais’, membranáceo ‘de pergaminho’ e cartáceo ‘de papel’, relativamente ao material escriptório, palimpsesto ‘códice em pergaminho que foi raspado para o escrever de novo’, folha ou ‘fólio’ cada uma das páginas de um ms’, ‘recto’ ‘parte anterior da folha, ou página ímpar’ e ‘verso’ ‘parte posterior da folha, ou página par’, coluna ‘cada uma das duas, ou mais, colunas em que pode ser dividida a página escrita’,[...]. (SPAGGIARE E PERUGI, 2004, p. 16-17).

Cambráia (2005, p.28), apresenta um extenso guia para análise codicológica que de alguma forma tentaremos seguir, por entendermos que a identificação e descrição do suporte auxiliam na contextualização do gênero analisado e aproxima os leitores com o

---

<sup>11</sup> Ver Cambráia (2005)

*corpus* pela recuperação de aspectos que não são contemplados pelas edições que serão adotadas. Outros fatores devem ser observados na análise, pois o processo de leitura e edição será realizado com precisão “quando se tem consciência de como eram produzidos os documentos [...] como se estruturavam internamente, sobretudo porque apresentavam constantes formais em termos estruturais quanto lingüísticos.” (CAMBRAIA, 2005, p.25).

## 2.2 DIPLOMÁTICA: A CIÊNCIA DA FORMA.

Neste subtópico dedicamos à exposição da evolução dos conceitos da ciência Diplomática. Conceitos fundamentais para a caracterização do gênero edital, pois utilizamos as partes constituintes de um diploma - protocolo inicial, texto e protocolo final ou escatocolo – para especificarmos as regularidades da tessitura textual do gênero.

Como em muitas ciências, a Diplomática não possui os limites e conceitos estanques. Ela surge como campo de conhecimento no final do século XVII para o estudo da veracidade dos documentos que concediam privilégios a determinada congregação religiosa, tendo como pilar dessa disputa duas congregações, os beneditinos e os jesuítas. Conflito que ficou conhecido como “Guerra Diplomática” em que especialistas de cada congregação realizavam a crítica dos documentos para verificar a autenticidade dos mesmos.

A Diplomática consolida-se com a publicação dos manuais de Mabillon e Papebroeck, porém a primeira sistematização do estudo diplomático foi realizada pelo Papa Inocêncio III com o estudo crítico e a elaboração das bulas – *Licet ad regimen* e *Pridem eo bulae* – ordenando os elementos e critérios que iriam nortear as análises para garantir a autenticidade ou inautenticidade dos documentos da igreja católica.

a) *Licet ad regimen* (1198), que indicava os modos usados para falsificar bulas;

b) *Pridem eo bulae* (1201), que informava a maneira de distinguir as bulas verdadeiras das falsas.

Inocêncio III preocupou-se em garantir a autenticidade dos documentos pontifícios. Impôs severas penas aos falsificadores e elaborou princípios e regras para a análise de documentos, a fim de descobrir sua falsidade. (BERWANGER E LEAL, 2008, p.26)

A crise documental do século XVII inicia-se com Daniel Papenbrock ao publicar *Propylaeum antiquarium* que fixava critérios precisos para a distinção de documentos falsos de verdadeiros colocando em xeque toda uma documentação produzida que concediam, em

muitos casos, benesses às congregações, pois “tratava-se de uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses [...]”. (BERWANGER E LEAL, 2008, p.17)

A obra de Papenbrock reverbera na produção de novos manuais que tinham como objetivo refutar seus critérios de análises, tendo em Jean Mabillon seu maior expoente com a obra *De re diplomatica libri sex*, coletânea de seis livros dedicados ao estabelecimento de normas e regras que Mabillon julgava pertinentes à análise da veracidade de documentos abrangendo não só critérios diplomáticos como, também, paleográficos. Tal obra voltava à crítica diplomática aos documentos régios, pontifícios e consulares. “Foram os humanistas italianos os primeiros em aplicar o termo, ao princípio para designar peças documentais emanadas da mais alta autoridade civil ou eclesiástica (imperador, rei, papa).” (PIQUERAS, 2004, p.192)<sup>12</sup>

A utilização desses critérios, paulatinamente, foi sendo adotado no exame de documentos de outras esferas e domínios discursivos tendo na crítica diplomática a resolução de conflitos que tinham como cerne documentos de produção duvidosa.

Se a Diplomática, nestes séculos de acesa polêmica em torno da suspeição dos documentos exarados pela alta dignidade eclesiástica, se aplicava preferentemente ao exame da autenticidade dos diplomas religiosos, posteriormente, terminadas as brigas em torno desse problema, a Diplomática passou a preocupar-se com o estudo dos documentos em geral, públicos ou privados. (SPINA, 1994, p.26-27)

Dessa forma, a Diplomática<sup>13</sup> diz respeito a qualquer texto que disserte ou comprove um fato, sendo esses manuscritos o testemunho escrito de uma realidade. Para Bellotto (2002, p.13, grifo da autora) a

**Diplomática**, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de *fé pública*, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito.

<sup>12</sup> Fueron los humanistas italianos los primeros en aplicar el término, al principio para designar piezas documentales emanadas de la más alta autoridad civil o eclesiástica (emperador, rey, papa).

<sup>13</sup> Para um aprofundamento das origens da Diplomática ver: Cambraia (2005), Bellotto (2002), Spina (1994), Rodrigues (2008)

Meireles 1989 (*apud* BELLOTTO, 2002, p.17) faz a distinção entre fato e ato administrativo, para ele o ato seria “toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.”. Por sua vez o fato seria a concretude material na administração proveniente do ato.

Essa amplitude do conceito e abrangência da Diplomática ocorre com os estudos de Sickel, no século XIX, que especifica o testemunho/documento diplomático como sendo um ato escrito de natureza jurídica, produzido a partir de regras e fórmulas determinadas de escrita que lhe garantem fé de verdade adequadas ao contexto de produção - período histórico, pessoa, condição social, lugar etc. Seu método utilizado até hoje faz a distinção das partes que compõem os documentos diplomáticos: protocolo inicial, texto e protocolo final.

Piqueras (2004, p.193) afirma que o documento na perspectiva diplomática seria uma notícia escrita de um acontecimento e define o documento diplomático como:

restrito aos testemunhos escritos ou gravados de naturezas e conteúdos variados e, em consequência, não somente aos estritamente jurídicos e aos procedentes de autoridades e estruturas superiores, mas também aos de carácter administrativo, judicial, económico-social, artístico, cultural, político, religioso, interrelacional, informativo, etc., emitidos por autoridades, instituições, pessoas públicas ou particulares com determinadas intencionalidades e fins, porém revestidos de uma série de requisitos e de formalidades imprescindíveis a fim de dar garantias e valor legal e probatório, certamente a mensagem testemunhal (conteúdo), mas também ao veículo transmissor.<sup>14</sup>

A Diplomática busca a compreensão dos documentos com valor histórico-cultural pertencentes ao domínio jurídico-administrativo que serviam de testemunho escrito de um ato administrativo. “Assim, **o objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento**. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica.” (BELLOTTO, 2002, p.18, grifo da autora).

---

<sup>14</sup> Restringido a los testimonios escritos o grabados de naturaleza y contenido vario y, en consecuencia, no sólo a los estrictamente jurídicos y a los procedentes de autoridades y organismos superiores, sino también a los de carácter administrativo, judicial, económico-social, artístico, cultural, político, religioso, interrelacional, informativo, etc., emitidos por autoridades, instituciones, personas públicas o particulares con determinados intencionalidad y fines, pero revestidos de una serie de requisitos y de formalidades imprescindibles a fin de dar garantías y valor legal y probatorio, ciertamente al mensaje testimonial (contenido), pero también al vehículo transmisor.

Essa construção formal do documento respeita uma estrutura histórica de uma mesma prática social, sendo “exaradas numa forma conveniente.” (SPINA, 1994, p.54), isso faz com que documentos dessa esfera discursiva tenham uma composição similar. Berwanger e Leal (2008), no tocante a crítica diplomática, apontam dois aspectos que devem ser analisados, a crítica externa e o estudo do formulário. O primeiro leva em consideração elementos já abordados na Paleografia e na Codicologia: letra, *ductus*, tinta, estado do suporte, selos etc. No segundo quesito, temos o estudo dos elementos que compõem o documento, para os autores, aspecto verdadeiramente Diplomático.

No estudo do formulário observam-se elementos extrínsecos e intrínsecos com o intuito de reconhecer os elementos constitutivos dos documentos com a pretensão de alcançar os componentes “ideais”, sua estrutura formal, que o identificam independente do contexto histórico. Spina (1994, p.54-58) faz a distinção dos elementos intrínsecos em duas partes, interior e exterior. A primeira “constitui o corpo do documento e contém o fato registrado: é o texto”. A segunda “contém as fórmulas que conferem a ele perfeição legal e personalidade [...]: o exórdio recebe o nome de protocolo, a conclusão, o nome de escatocolo (ou protocolo final)”

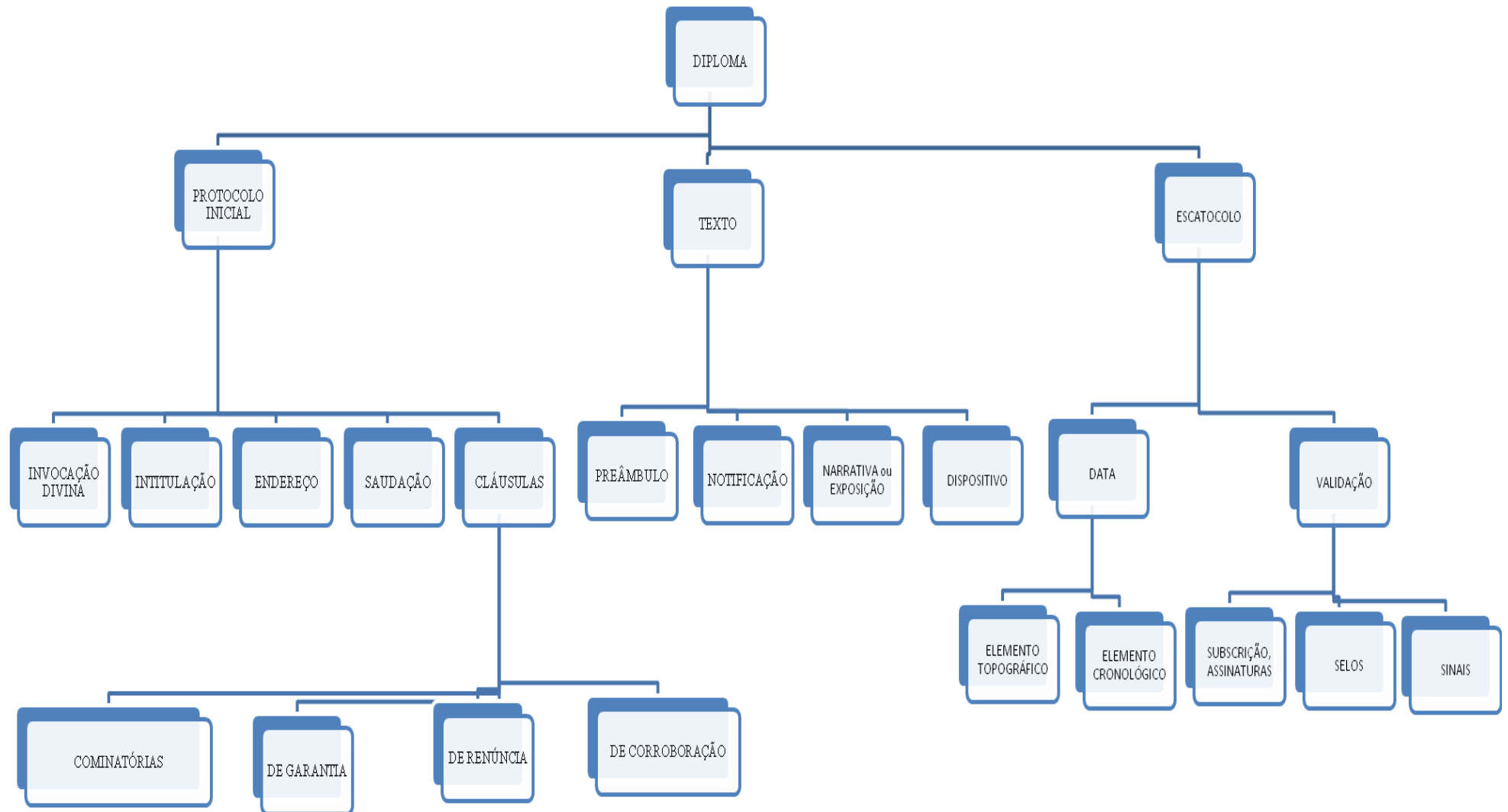
Dessa forma, os documentos devem respeitar uma estrutura discursiva sendo constituído de três partes: o protocolo inicial, o texto e o protocolo final (escatocolo). Spina (1994, p.58, grifo do autor) esquematiza que esses componentes formulares são caracterizados da seguinte forma:

protocolo: a *invocação divina*, a *intitulação*, o *endereço*, a *saudação*. O texto, que contém substancialmente o teor diplomático, compreende o *preâmbulo*, a *notificação*, a *narrativa* ou *exposição*, o *dispositivo* e as *cláusulas cominatórias* (penais, espirituais), de *garantia*, de *renúncia*, de *corroboração*. Finalmente o elemento que remata o documento: o escatocolo, que compreende a *data* (elemento topográfico e elemento cronológico) e a *validação* (subscrição, assinaturas, selos, sinais).

No protocolo inicial temos a caracterização do sujeito que submete o documento à comunidade com suas funções e titulações dentro do Estado conferindo-lhe autoridade, pois é a partir dessa caracterização que os interlocutores irão aceitar o documento como verdadeiro. O protocolo inicial, além de conter a titulação (*intitulatio*), pode apresentar uma invocação (*invocatio*) como, por exemplo, “Em nome de Deus”, a direção ou endereço (*inscriptio*) que determina a que se destina o ato e a saudação (*salutatio*).

Na análise diplomática, a segunda parte constituinte do documento é o texto propriamente dito que irá ser estruturado com uma argumentação para explicitar a criação do ato com o dispositivo que se pretende implementar ou fazer saber com sanções aos que não cumprirem o que determina o ato. No protocolo final, também denominado de escatocolo, temos a contextualização espaço-temporal do documento diplomático, pois ocorre a contextualização do local com a datação (dia, mês e ano). Temos ainda a assinatura de quem manda produzir o documento e/ou de quem o escreveu e os selos e carimbos, elementos extratextuais. A partir dessas categorias realizamos a análise diplomática, observando nos manuscritos que elementos desse padrão formulaico estão presentes nos editais. Em síntese as partes constituintes de um diploma “ideal” são:

Figura 1 - Organograma da estrutura de um diploma



Nessa perspectiva de análise os documentos que possuam uma mesma finalidade e propósito serão um construto de elementos fixos revestidos de formalidades com o objetivo de garantir força legal ao discurso e de elementos variáveis que serão influenciados pelos fatores sócio-histórico-culturais, por isso ocorre à existência de uma não obrigatoriedade de todos os elementos diplomáticos. A partir da caracterização formal dos manuscritos, extraímos o componente composicional dos textos de uma mesma prática administrativa para, assim, começamos a estruturar a análise do gênero edital.

### 2.3 Gênero Discursivo

Na seção anterior vimos que a Diplomática interessa-se pela estrutural formal dos documentos estruturando-os em três partes – protocolo inicial, texto e protocolo final - possuindo uma composição formulaica que caracterizam os diplomas emitidos por autoridades. Tais elementos são tradições que evocadas e repetidas garantem as regularidades textuais em uma prática social. Dessa forma, adentramos na concepção de gênero, aqui trabalhada não na busca de uma análise exaustiva, mas, apenas, para conceituar o edital como gênero. Entendemos que de alguma forma, as questões de gênero estão diluídas nos outros campos do conhecimento aqui apresentados.

O estudo dos gêneros do discurso não é algo inovador nas pesquisas linguísticas porque representam uma inesgotável fonte de *corpus* para análises, não só linguísticas como também de outras áreas do conhecimento, por serem, os gêneros, formas de ação sócio-históricas situadas com um propósito comunicativo específico. Essa concepção de gêneros menos rígida e mais fluida dependente de um contexto ganha expressividade com Bakhtin (2000) que insere o caráter social, por isso:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realiza, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 2000, p.282)

Dessa forma, nos últimos anos o estudo de gênero, passou a ter um enfoque histórico em decorrência da dimensão social dos enunciados, pois para Bakhtin (2000, p. 279)

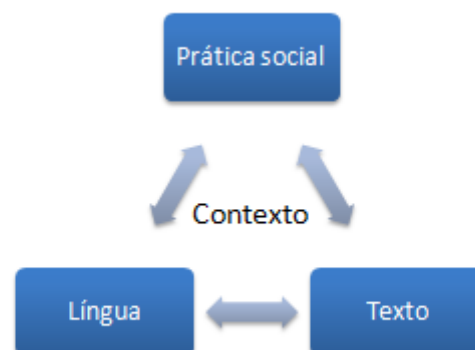


os gêneros são “formas relativamente estáveis de enunciados” que são apreendidas, materializadas e adquiridas socioculturalmente pelos indivíduos. Com isso, abre-se a perspectiva de que os gêneros, bem como suas estruturas retóricas, podem variar ou sofrer um redimensionamento, pois todas as práticas sociais são circunscritas por gêneros em qualquer época da história da humanidade o que garante uma atualização do gênero. Para Bakhtin (2000, p. 279)

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos de Gêneros do discurso.

A estrutura abaixo, Figura 1, representa esta relação entre prática social, língua, texto e contexto de produção. A prática social é construída e é construída por atos realizados por meio da comunicação, da língua e do texto, possuindo uma dependência direta do contexto de produção para a escolha do gênero textual e da seleção lexical realizada para, assim, adequarmos a língua ao ato de fala.

**Figura 2- Relação Prática Social, Língua e Texto.**



**Fonte:** Autor

Dessa forma, Marcuschi (2008, p.155) caracteriza o gênero como textos que

apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais institucionais e técnicas [...] Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, históricas e socialmente situadas.

Os gêneros, nas práticas sociais, circulam dentro de um território discursivo que abriga dentro de si mais de uma forma típica de enunciados. Essas esferas de atividade humana são domínios discursivos constituídos por uma série de gêneros e práticas discursivas “que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder”. (MARCUSCHI, 2008, p.155),

No processo de formação de um documento, pertencente ao domínio jurídico-administrativo, os elementos constituintes de um diploma são alocados dentro da estrutura de um gênero criando um construto formal que atende uma determinada prática social. Tais elementos podem pertencer a mais de um gênero discursivo, por isso a composição estrutural é importante, mas não deve ser o único componente de análise. Essa relação direta entre os elementos estruturais tomados isoladamente e como partes integrantes de um gênero, bem como, sua utilização em uma prática social é o que garante particularidade e propósito dos enunciados.

Os gêneros em seu percurso histórico adquirem e acumulam novos elementos ou os perdem dando-lhes formas que atualizam a sua estrutura, portanto para utilizar um gênero o produtor revela um conhecimento das potencialidades de sentidos presentes no gênero como instrumentos socioculturais de interação e ação social que tem como fim um propósito comunicativo.

As mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso. A língua escrita corresponde ao conjunto dinâmico e complexo constituído pelos estilos da língua, cujo peso respectivo e a correlação, dentro do sistema da língua escrita, se encontram num estado de contínua mudança. (BAKHTIN, 2000, p.285)

As sociedades, devido sua complexidade e sua dinamicidade, produzem muitos gêneros discursivos, tão complexos e heterogêneos quanto às sociedades que os produziram, que garantem os atos comunicativos entre os interlocutores e a sua organização social.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso [...] (BAKHTIN, 1997, p. 279)

A classificação dos gêneros, portanto, torna-se impossível uma vez que a alteração das relações sociais reflete diretamente na produção, na utilização e na circulação dos gêneros, por isso ocorre um desenvolvimento, uma mudança, uma permanência e até mesmo o fim de um gênero.

Definimos gêneros, como atividades recorrentes materializadas em situações comunicativas dependentes de fatores sócio-histórico-culturais presentes em todas as práticas sociais em qualquer tempo possuindo um locus de fixação do texto, um suporte. Marcuschi (2008, p. 174-175) entende que o suporte é “um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.”

No subtópico da Codicologia, vimos que a humanidade desenvolveu, a partir, dos recursos e possibilidades tecnológicos<sup>15</sup>, meios físicos para que o gênero circulasse em sociedade. Esses suportes desenvolvidos especificamente para os processos de escrita são os suportes convencionais. Já os suportes incidentais foram/serviram para fixação da escrita de forma fortuita. Conforme especifica Marcuschi (2008, p.178): “(a) [...] suportes convencionais, típicos ou característico, produzidos para essa finalidade; (b) a categoria dos suportes incidentais que podem trazer textos, mas não são destinados a esse fim de modo sistemático nem na atividade comunicativa regular.”

O suporte, assim como o gênero, não possui um formato regular, por participar das mais variadas práticas sociais e atender a um fim específico, podendo cooperar para a construção do gênero, pois os textos recebem influências do local de fixação. Isso faz com que o suporte não seja, apenas, local de ancoragem dos textos, com caráter passivo no processo comunicação, para um locus que tem propósitos e finalidades específicas.

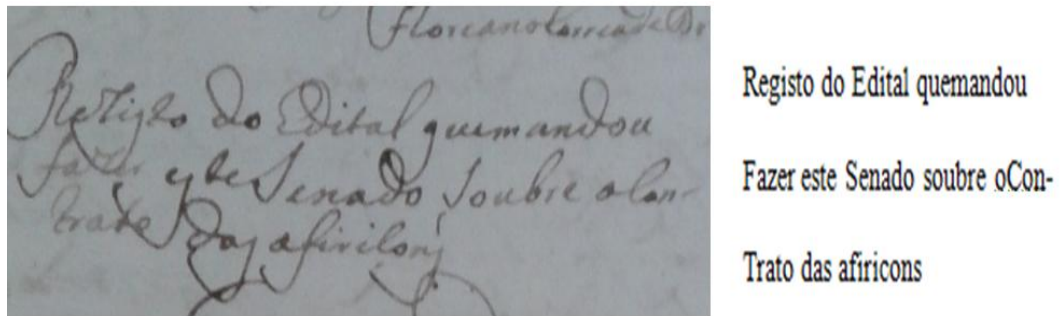
---

<sup>15</sup> Tratamos o termo tecnológico em sentido amplo, entendido como o desenvolvimento de algum material que leve ao desenvolvimento de um determinado processo. Ou seja, o papiro foi uma tecnologia avançada na época do seu desenvolvimento.

Em nossa pesquisa não encontramos o suporte primeiro do gênero edital, por isso trabalhamos com cópias trasladadas para os livros de registros das secretarias do governo. Ao analisar o corpus identificamos que a tradição e prática social era afixar o texto “original” no local mais público da vila/cidade sofrendo as intempéries do tempo e da ação humana para a sua deterioração. A mudança de suporte para o livro de registro com o objetivo específico de resguardar o teor do documento não altera a composição do gênero nem sua funcionalidade, pois são cópias *ipis litteris* mantendo intacta sua estruturação, sua função e validade pública.

A ação ativa nos manuscritos pelo livro de registro está na inserção da fórmula introdutória em todos os gêneros trasladados.

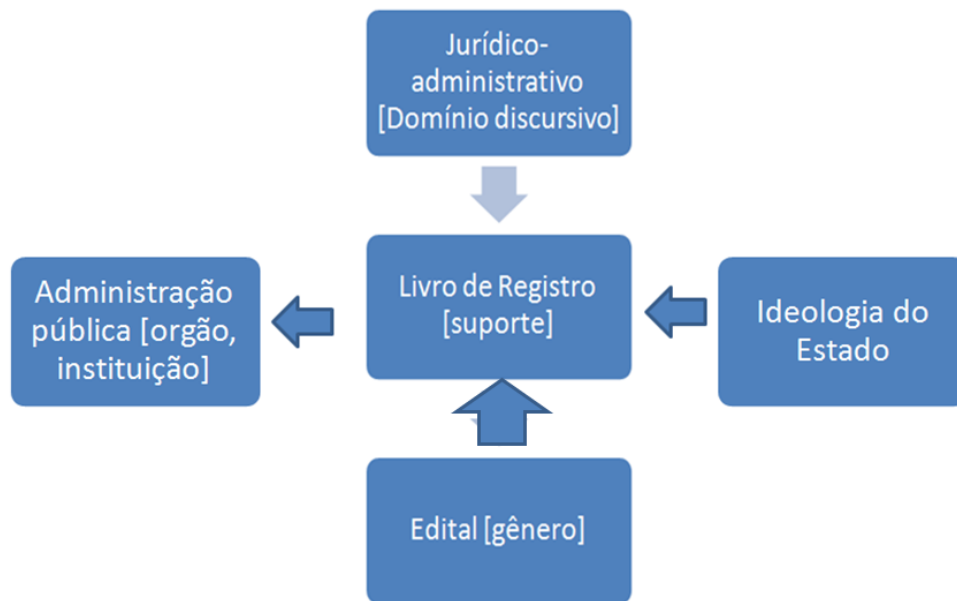
**Figura 3 - Fragmento e edição da fórmula introdutória do Edital 05**



Os livros de registro são suportes convencionados formados pela dobra e costura do papel constituindo um todo que se diferencia de um único fólio de papel, pois considerado isoladamente o papel é o suporte, mas dentro dos livros os fólhos são parte de um todo. Os gêneros presentes nos livros de registro mantêm a especificidade de serem documentos que possuem fé-pública garantindo força nas práticas sociais, o fato de terem sido trasladados não muda as características e os propósitos primeiro do texto.

Destarte, podemos exemplificar os conceitos trabalhados seguindo o esquema proposto por Marcuschi (2008) sobre o suporte jornal. Adaptamos esse esquema para melhor visualização dos conceitos relativos ao gênero:

**Figura 4- Interdependência das instâncias de comunicação**



Dentro da esfera jurídico-administrativa, podemos destacar o gênero edital que sobreviveu às mudanças políticas e administrativas do passado e permanece na sociedade atual.

### 2.3.1 O Gênero Edital

O gênero edital é um enunciado que legisla e delimita práticas futuras em um determinado processo. Segundo Felipe (2007, p.118), no âmbito jurídico, edital é uma

Declaração oficial escrita em que há uma determinação, um aviso, uma ordem de caráter judicial ou administrativo (ex: postura municipal), para fins de conhecimento e notificação das pessoas. Há uma grande série de atos passíveis à notificação ou citação por edital, inclusive alguns de caráter imperativo para a validade jurídica, como *p. ex.*, a citação inicial (se for o caso). (FILIPPE, 2007, p.118)

Nessa concepção atualizada, o edital seria um documento oficial que tem como fim dar conhecimento e servir de norma a um determinado ato e para os fatos que surgirem dele. Bellotto (2007), em seu glossário das espécies documentais mais usuais nos arquivos, elenca duas definições para o gênero edital na administração pública do Brasil.

*Ordem oficial ou traslado de postura afixado em lugares públicos.*

Ato governamental que contém determinação, aviso, postura que se publica em diário oficial e/ou se afixa em lugares públicos, para conhecimento de todos ou de determinada pessoa, cujo destino se ignora. (BELLOTTO, 2007, p.96, grifo da autora).

A primeira definição posta por Bellotto (2007) é relativa a uma produção documental luso-brasileira que não persiste nos dias atuais e para serem levados ao conhecimento geral eram disponibilizados em lugares públicos. Entretanto, ao nosso entender, há publicidade do ato, atualmente, com sua difusão e fixação por meio eletrônico, lugar público, atendendo as novas demandas e práticas sociais contemplando, assim, as definições postas.

De Plácido e Silva (1975, p. 506, grifo do autor) define o edital como:

Derivado de *edictus*, de *edictare* (publicar, anunciar, intimar), vem justamente indicar o ato pelo qual se faz publicar pela imprensa, ou nos lugares públicos, certa *notícia, fato* ou *ordem*, que deva ser divulgada ou difundida, para conhecimento das próprias pessoas nele mencionadas, como de quantas outras possam ter interesse no assunto, que nele se contém.

Ferreira (1999, verbete), no seu dicionário eletrônico, Século XXI, define edital em duas acepções:

1. Ato escrito oficial em que há determinação, aviso, postura, citação, etc., e que se afixa em lugares públicos ou se anuncia na imprensa, para conhecimento geral, ou de alguns interessados, ou, ainda, de pessoa determinada cujo destino se ignora.
2. Relativo a édito.<sup>16</sup>

As definições apresentadas convergem para explicitar a finalidade primeira dos editais, propósito, que é tornar público, fazer saber ou anunciar um determinado ato, portanto os editais são textos com caráter jurídico-administrativo em que se preceitua algum fato jurídico (mandato, decreto, ordem, notícia) que têm como responsáveis àqueles que os escreveram e os seus superiores que assinavam e assinam.

Ferreira (1999) e De Plácido e Silva (1975) explicam que a palavra edital deriva da palavra latina *edictus*, de *edictare* – publicar, anunciar, intimar – possuindo relação direta com os éditos que na administração romana tinham o caráter de ordem/regimento, *edictum*.

---

<sup>16</sup> Éditos são ordens judiciais publicadas por anúncios ou editais.

Azevedo (2005, p.59) considera que o édito “vem de *edico, edicis, edixi, edictum, edicere*, e significa anunciar, dizer em voz alta, publicar, determinar, estabelecer, ordenar; na hipótese aludida, significava fazer aos cidadãos uma comunicação que apresentava a característica de um ato regulamentar”. Os éditos ganhavam notoriedade por meio dos editais, podendo ser exarados “pelos magistrados, para que nele se inserissem as regras a serem observadas no exercício de sua magistratura” (DE PLÁCIDO e SILVA, 1975, p.507).

Os pretores romanos eram magistrados encarregados da aplicação da lei nos territórios do Império, sendo os pretores urbanos, *praetor urbanus*, responsáveis por Roma e por cidadãos romanos e os pretores peregrinos, *praetor peregrinis*, tinham a incumbência de cuidar dos litígios entre romanos e estrangeiros. Ao assumir o cargo, o pretor, estabelecia os princípios norteadores de sua atividade por meio de éditos respeitando, sempre, os critérios e a tradições jurídicas de Roma. Tal função tinha a duração de um ano, ou seja, os éditos que serviam de regimento para a ação do pretor também tinham um prazo determinado de validade, um ano, podendo ser prorrogados pelos pretores sucessores.

Segundo Azevedo (2005), o pretor Rutilius é responsável por exarar o édito mais antigo que se tem registro, datado de 118 a.C. Os éditos passaram de uma tradição oral para uma tradição escrita, em alguns casos as tradições existiam concomitantemente. Não podemos, aqui, confundir éditos com leis, pois os primeiros são disposições e ordenanças que dentro de uma prática adquirem força legislativa em um determinado período de tempo. Já as leis são o conjunto de normas que integram a organização do Estado.

As sucessivas repetições dos éditos pelos pretores, fez com que o imperador Adriano, no século II, ordenasse a elaboração, realizada por Salvio Iuliano, de uma forma “cristalizada” de éditos com uma redação definitiva, sendo chamada de *edictum perpetum*. Obra que serviu de referência a toda tradição jurídica posterior a sua publicação.

Com a expansão do império romano os éditos foram levados à Europa adquirindo as características de análise primeira da Diplomática: documentos exarados por reis, papas, eclesiásticos. O mesmo ocorre com expansão mercantil realizada por Portugal, porém o gênero, no Brasil colônia, volta ser uma prática da administração pública geral podendo ser lançado por outras autoridades da administração, que não o rei, sempre mantendo o caráter temporal do ato que o gerou.

Gêneros institucionalizados, como o edital, possuem uma natureza social com características mais formais, ou seja, gêneros que circulam como oficiais, da administração

pública, possuem estabilidade maior do que gêneros do dia a dia, pois para a elaboração desses textos as convenções do governo não permitem grandes variações dentro dos mesmos. As normas de produção do gênero são partilhadas pelos sujeitos e instituições que limitam as inovações e, com isso, as variações. Marcondes (2005, p. 20) explica que:

as convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo, no caso de um tribunal, ou informais no caso de um grupo de amigos... Mas em ambos os casos as convenções estão presentes e os falantes estão seguindo regras, normas, procedimentos habituais, com variados graus de formalidade, porém constitutivos de suas formas de conduta.

Dessa forma, todo texto seguirá etapas (pré)determinadas para a sua composição. Nos editais, o primeiro segmento é o de legitimação e habilitação de um funcionário do governo com um discurso revestido de autoridade em que são elencados os seus títulos para, após, termos o texto propriamente dito. O autor assume a responsabilidade do enunciado mostrando-se como competente para tal assumindo uma condição contratual na interação que permite estabelecer a posição social dos sujeitos na interação, bem como o contexto situacional do ato comunicativo.

Após a construção argumentativa do ato que o gerou, os editais são finalizados com selos e assinaturas para que o documento possa ter seus propósitos atendidos. “Só a firma do tabelião, que possui fé pública, pode significar a criação de um título jurídico, isto é, tem eficácia legal” (SPINA, 1994, p.60)

O gênero edital, por ser um documento diplomático<sup>17</sup>, apresenta ou é composto por “três partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final<sup>18</sup>. Evidentemente, nem todos os documentos diplomáticos contêm todas as partes constituintes do “documento ideal”.” (BELLOTTO, p.65, 2007). Essa volatilidade é o que Bakhtin (2000) fala da relativa estabilidade do gênero que podem estar suprimidas, ocultas e ou implícitas, que não descaracterizam o gênero discursivo.

Atualmente, o gênero edital está disseminado de forma hegemônica nas práticas sociais da administração pública por tornar acessíveis informações e gerir os processos, garantido a publicidade e a lisura dos atos vinculados. Dessa forma, o edital estabelece as

---

<sup>17</sup> Bellotto (2007) afirma que o gênero edital é um documento não-diplomático, porém utilizamos a concepção de Berwanger e Leal (2008) que afirmam que o edital é um documento diplomático de correspondência.

<sup>18</sup> Nos rolos ou volumes a primeira folha era confeccionada para aguentar ou suportar as varetas e o próprio processo de leitura que consistia no ato de desenrolar e enrolar, essa folha era denominada de protocolo (*protokollon*) e a última, que também era reforçada, recebia o nome de escatocolo (*eschatokollon*). Para maiores informações ver Spina (1994).



normas/regras entre administradores e administrados que todos devem cumprir. Podemos entender, pelo exposto, que o edital é um texto da administração pública<sup>19</sup> que tem por função compilar regras e torná-las públicas para, assim, gerir um procedimento de caráter temporal definido no qual, geralmente, o governo tem interesse de exploração, de contratação ou de aviso.

---

<sup>19</sup> Utilizamos o termo administração pública por tratarmos de textos produzidos no século XVIII. Atualmente, a existência de sociedades mista impõe uma diferenciação entre os regimes público e privado no seio da própria administração governamental.

### 3 PASSOS METODOLÓGICOS: EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS

O tempo filtra, tria e constrói pouco a pouco as condições de uma coerência, de uma sistematicidade e de uma explicação completa. Logo, precisaremos, nós também, filtrar, triar, conservar e rejeitar – e organizar.  
(Fontanille, 2007, p.26)

Relatamos, nesse capítulo, os procedimentos metodológicos que julgamos pertinentes à execução do nosso propósito de investigar manuscritos do século XVIII da esfera jurídico-administrativa, mas especificamente o gênero edital. Estruturamos esse capítulo em três segmentos: no primeiro segmento discorreremos sobre a seleção e compilação do *corpus* da pesquisa, bem como os tipos de edição e as normas que foram seguidas no tratamento dado aos manuscritos. No segundo segmento, trouxemos os aspectos metodológicos de análise filológico-linguística, paleográfica, codicológica e diplomática aplicada aos manuscritos. O último segmento é constituído pela descrição do contexto de produção dos manuscritos e pelos textos editados para que o leitor possa fazer um paralelo entre a edição fac-similar e a edição semidiplomática.

Como o trabalho possui uma perspectiva filológico-linguística, tendo como base da pesquisa a edição do *corpus*, optamos pela inserção dos textos editados no subitem 2.6 deste capítulo. O arranjo justalinear das edições utilizadas permite, através da leitura de ambas, a comparação e distinção do grau de mediação das edições, já discutidas no capítulo 1. Após a comparação das edições fizemos um estudo filológico, linguístico e diplomático desse gênero, que constitui o capítulo 3.

Apresentaremos de maneira minuciosa o percurso metodológico adotado para a coleta do *corpus* e as normas para a sua edição e realização da análise.

#### 3.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: SELEÇÃO E COMPILAÇÃO

O percurso de constituição do *corpus* inicia-se pela coleta dos documentos que compõem nosso material de análise. Após definido o gênero a ser trabalhado, partimos, *a priori*, para a seleção dos manuscritos. Neste mo(vi)mento da(e) pesquisa um problema

metodológico nos fez pensar: Como selecionaríamos os textos que fariam parte do *corpus*? Se a partir das características atribuídas ao gênero na atualidade ou buscaríamos caracterizá-lo dentro do recorte temporal delimitado para a pesquisa? Decidimos realizar a caracterização formal de estruturação do gênero dentro da sincronia de produção dos textos por meio dos pressupostos teóricos da Diplomática, ciência que trata de Diplomas, para identificarmos as partes constituintes dos editais do século XVIII.

Restringimos, dessa forma, o período histórico e optamos por selecionar os manuscritos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC – por ser o depositário de um importante arquivo de textos que são partes constituintes do patrimônio histórico cultural da tradição escrita do estado que por ora ainda não foram editados.

No acervo do APEC estão códices, fólios etc. que contém ou são documentos da administração brasileira de tempos pretéritos, estão/são em grande parte, na forma de cópias/traslados, pois os originais eram afixados nos locais mais públicos das vilas para que a população tomasse conhecimento dos atos jurídico-administrativos do governo.

A escolha dos manuscritos ocorreu de forma aleatória por meio de uma busca manual no acervo, localizando e identificando os registros dos editais que, assim, foram denominados pelos escrivães na fórmula introdutória, parte integrante de qualquer texto que era trasladado para os livros de registro. Nós, apenas, limitamos o período histórico da pesquisa.

O recorte temporal abrange documentos oficiais escritos no século XVIII, entre 1729 e 1791, relevantes para a história administrativa da capitania do Ceará, produzidos em períodos de mudanças jurídico-administrativas, pois a capitania em sua origem era subordinada jurídica e administrativamente a outras capitanias de maior relevância econômica, como Maranhão e Pernambuco, passando a lidar diretamente com a corte, Lisboa, em 1799 quando é nomeado o primeiro governador geral do Ceará.

Os manuscritos, editais desta pesquisa, escritos nesse período histórico, estão organizados no APEC em dois fundos, Câmaras Municipais e Governo da Capitania. Nem todos os editais que compõem o *corpus* estão citados nos índices do arquivo o que dificulta, ainda mais a pesquisa, e, quando elencados, não constam informações do número de fólios ou páginas, fazendo-se necessário o levantamento de todos os documentos que estão presentes nos livros. Para melhor identificação dos textos elaboramos a Tabela 1.

**Tabela 1- Identificação arquivística dos manuscritos no APEC**

<b>EDITAIS</b>	<b>FUNDO</b>	<b>CAIXA</b>	<b>LIVRO</b>	<b>FÓLIO</b>	<b>DATA</b>
1	Câmaras Municipais	03	05	126r,v e 127r,v	02 DE OUTUBRO DE 1762
2	Câmaras Municipais	03	05	131v e 132r, v	26 DE AGOSTO DE 1763
3	Câmaras Municipais	03	08	23r	16 DE AGOSTO DE 1729
4	Câmaras Municipais	03	08	68v e 69r	12 DE MARÇO DE 1732
5	Câmaras Municipais	03	08	69r	12 DE MARÇO DE 1732
6	Câmaras Municipais	03	09	5r, v	24 DE JUNHO DE 1752
7	Câmaras Municipais	03	09	7r	11 DE JULHO DE 1752
8	Câmaras Municipais	03	09	13r	31 DE MAIO DE 1753
9	Câmaras Municipais	03	09	13v	17 DE JUNHO DE 1753
10	Câmaras Municipais	03	09	14r	19 DE JUNHO DE 1743
11	Governo da Capitania	27	85	134v e 135r	21 DE FEVEREIRO DE 1750
12	Governo da Capitania	27	85	36r,v; 37r,v e 38r	14 DE JUNHO DE 1767
13	Governo da Capitania	27	85	38r,v; 39r,v e 40r	?? DE JUNHO DE 1767
14	Governo da Capitania	27	86	5r, v	10 DE SETEMBRO DE 1762
15	Governo da Capitania	27	86	67v e 68r	25 DE NOVEMBRO DE 1791

Fonte: Autor

O *corpus* constitui-se de 15 editais manuscritos, diplomas, do século XVIII trasladados em livros de registro. Tais textos foram transcritos e editados segundo as normas de edição do grupo Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará - PRAETECE – para o modelo de edição semidiplomática ou diplomático-interpretativa. Já a inserção da edição facsimilar ou mecânica permite a visualização de características dos manuscritos que são perdidas pela edição semidiplomática.

### 3.2 NORMAS DE EDIÇÃO

A edição semidiplomática seguiu a norma adotada pelo grupo PRAETECE que objetiva trasladar com o mínimo de intervenção do editor para a realização de estudos das mais diversas áreas. Tais normas, transcritas aqui, estão publicadas em formato eletrônico no blog do grupo<sup>20</sup>.

#### Normas de edição semidiplomática do grupo PRAETECE.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico e em **negrito**, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
  - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura: m.<sup>to</sup> a ser transcrita “munto”;
  - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura: D.<sup>s</sup> a ser transcrita “Deus”
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: *epor ser; aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.*
4. A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: *aRepublica; decommercio; edemarcando também lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio;*

---

<sup>20</sup> As normas do grupo PRAETECE estão em <http://praetece-ce.blogspot.com.br/2013/10/atualizacoes-das-normas-de-edicao-de.html>. Tais normas são uma adaptação das normas de edição do grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB).

*hé m.<sup>to</sup> convenientes.*

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. *Pirassocunda* por *Pirassonunga*; nota 2. *deligoncia* por *deligencia*; nota 3. *adverdinto* por *advertindo*.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição em nota de rodapé, indicando-se a linha de ocorrência.
9. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: *fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdiração opaco.*
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: não deixe passar [registro] de Áreas.
12. Letra ou palavra não legível serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Letra ou palavra deteriorada justifica a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [deteriorada].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou – 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.

14. A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r. fl.2v. fl.3r.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos (nome de outra pessoa) serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

### 3.3 ESTUDO FILOLÓGICO-LINGUÍSTICO

O percurso histórico da língua portuguesa inicia-se com fim do Império Romano no final do século V, quando as invasões “bárbaras” acabam por romper os laços de dominação de Roma com suas províncias, fazendo com que surgisse o *romança*. O latim, língua oficial do Império, era imposta aos povos dominados que ao utilizarem, em contato com os dialetos locais, causavam diferenças sensíveis e típicas de cada região à língua.

Deste modo, o latim adquiriu duas formas: latim literário, *sermos urbanus*, baseada nos discursos políticos e literários e o latim vulgar, *sermus vulgaris*, utilizado nas práticas cotidianas. A língua portuguesa tem suas origens na língua latina do dia a dia, um latim marcado pela ação dos falares regionais, substrato linguístico, e do contato com outras línguas, principalmente, após a queda do Império, subestrato. Assim como a língua portuguesa tem sua base no latim, o gênero edital, em apreço, também é uma herança daquela sociedade.

Na evolução de nossa língua, Silva (2010) destaca três fases: Pré-histórica, Período do Português Proto-Histórico e Histórica. A primeira fase, Pré-histórica, é marcada pelo *romança lusitâneo*, do século V ao IX. Na fase seguinte, Proto-Histórica, século IX ao

XII, as primeiras palavras em português são registradas nos documentos redigidos em latim bárbaro. Nesse período o português já era falado, mas não escrito.

Na terceira e última fase da língua, Histórica, tem seu estabelecimento com o “fim” da fase anterior, século XII, estendendo-se até os nossos dias. Por ser a maior fase divide-se em: Período do Português Arcaico e Período do Português Moderno.

O Português Arcaico compreende o período fonético da ortografia do português, em que as formas e regras não eram definidas e a escrita tentava ser uma representação fiel da fala. Já o Português Moderno se subdivide em duas fases, com diferentes influências, clássico e contemporâneo.

O período clássico compreende os séculos XVI ao XVIII, está arraigado com o pensamento e teoria renascentistas que buscavam nos escritos latinos, língua mãe, a base do aperfeiçoamento linguístico. Essa fase constitui o período pseudoetimológico da ortografia. Por fim, o período contemporâneo inicia-se no século XIX com os primeiros acordos ortográficos da língua portuguesa.

Portanto, o exame descritivo dos documentos possibilita-nos enquadrar as formas de registro presente nos manuscritos em uma das fases da língua, através das formas inscritas/grafadas das palavras. Ou seja, a descrição da ortografia permite uma melhor compreensão dos aspectos linguísticos de produção dos textos.

Outro fator filológico-linguístico, é que esses manuscritos são a concretude de determinadas práticas sociais que trazem consigo uma gama de elementos lexicais que entraram em desuso por representarem/referenciarem cargos da administração pública que foram dissolvidos com as mudanças e estruturas dos Estados, não atendendo mais as demandas sociais ou outras lexicais que foram substituídas e/ou tiveram uma alternância de significação. Depois de analisados alguns elementos ortográficos e lexicais, passamos a observar, de forma sucinta, a organização sintática dos manuscritos editados tornando possível o conhecimento das mudanças ocorridas no percurso histórico da língua.

### **3.3.1 Descrição Paleográfica e Codicológica**

Para uma melhor visualização dos textos, os manuscritos foram editados no modelo semidiplomático para que ocorresse o mínimo de intervenção por parte do editor que



segue regras (pré)determinadas nesse longo processo que tem início pela localização dos manuscritos e pelo conhecimento das normas de edição. O ato de trasladar pressupõe diversas leituras de um mesmo texto para que não aconteçam erros do editor. Sobre o processo de edição, Ximenes (2013, p.307), relata:

Quando o texto original era de fácil compreensão, o processo acelerava, porém, quando havia borrões, palavras ou passagens de leitura dificultosa, trechos de difícil compreensão ou folhas corroídas, deixávamos os espaços equivalentes no caderno ao número de palavras não legíveis que, numa segunda, terceira, quarta ou mais leituras que fizemos, às vezes, conseguíamos recuperar o sentido e preenchíamos as lacunas. [...] Após a transcrição do códice, fizemos a digitalização e mais uma revisão cotejando com o texto original, donde fizemos várias correções. O texto final da edição só foi concluído após outra revisão confrontada com o original.

No processo de edição, necessitamos reconhecer os tipos de escrita utilizadas para facilitar e dirimir dúvidas no ato da leitura. A comparação e descrição dos tipos de escrita possibilita-nos uma melhor identificação dos caracteres utilizados, bem como, dos sinais braquigráficos. Portanto, o editor deve analisar: o traçado, a morfologia da letra, o ângulo, os sinais abreviativos etc., para que ocorra uma decodificação eficiente do texto. Seguiremos na análise paleográfica os aspectos elencados por Cambraia (2005), já mencionados no capítulo 1.

No tocante as abreviaturas, procedimento de escrita comum à época, utilizamos a classificação proposta por Spina (1994, p.50) que as divide em: “a) abreviaturas por siglas; b) abreviaturas por apócope; c) abreviaturas por síncope; d) abreviaturas por letras sobrepostas; e) abreviaturas por signos especiais de abreviação; e f) letras numerais”.

Analisamos, nos aspectos relativos ao suporte, as técnicas de produção dos códices para entendermos como ocorrem modificações inerentes aos materiais utilizados no processo de transmissão. Para essa descrição seguimos, na medida do possível, o guia dos aspectos essenciais proposto por Cambraia (2005, p.28):

**Tabela 2– Guia básico de descrição codicológica (adaptado)**

1. **Cota:** cidade em que se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte; e número ou sigla de identificação.
2. **Datação e lugar de origem:** explícita ou inferido.
3. **Suporte material:** papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo).
4. **Combinação:** número de fólios e dimensão dos fólios (altura x largura, em milímetros).
5. **Organização da página:** dimensão da mancha; margens; número de colunas; números de linhas; pautado; numeração (foliação [número só no recto do fólio] ou paginação [número no recto e no verso]); assinaturas.
6. **Encadernação:** tipo (original ou não-original); natureza e cor da cobertura.

Essas análises, paleográfica e codicológica, auxiliam na etapa seguinte desse trabalho, o exame diplomático.

### 3.4 ESTUDO DIPLOMÁTICO

Para Spina (1994) todo documento tem uma forma convencionada de produção divididas em três segmentos: protocolo inicial, texto e protocolo final. Esse segmentos, apresentados na forma de organograma no capítulo 1, serão melhor definidos com exemplos, em sua maioria dos editais aqui trabalhados, quando os manuscritos não possuírem um dos elementos formulaicos, citaremos Spina (1994).

No protocolo inicial, temos os elementos formulaicos iniciais do texto:

- **Invocação divina:** A estrutura do Estado, ainda, não era laica, tendo uma forte ligação com a estrutura religiosa. “A partir do século XII, a documentação portuguesa começa a abandonar paulatinamente o uso da invocação religiosa”(SPINA, 1994, p.58)

“*in nomine Domini*” (SPINA, 1994, p.58)

- **Intitulação:** segmento destinado a conferir força a quem profere/exara o documento por meio da exposição de seu nome e títulos. Ou seja, o sujeito não é apenas um nome, mas todas as instituições que representa.

“Luis diogo lobodasilva doconselho de sua majestade fi  
delissima comendador da comenda da Santa Mariade  
moncorvo da ordem dechristo governador e capitam gene  
ral diPernambuco Parahiba e mais Capitancias anexas etc”

(Edital 02, *linhas 06-09*)

- **Endereço:** enquanto na Intitulação caracteriza-se quem exara, no endereço ocorre a identificação a quem se destina. Tal destinatário pode ser individual ou coletivo.

“atodos os comandntes de Distristo, eofficiaes deMilicias,  
que dapublicaçãõ deste”

(Edital 15, *linha 17*)

- **Saudação:** último segmento do protocolo inicial consiste em uma saudação.

“[...]saude.” (SPINA, 1994, p.59)

No texto, estão todos os procedimentos do ato jurídico-administrativo, formado por:

- **Preâmbulo:** elemento inicial do texto em que se pretende introduzir e justificar o ato, exaltando sua importância e utilidade seguindo razões éticas e morais do período.

Por *quanto* a Cauza do sencivel estado em *que* seacha toda a  
Europa em huã

sanguinolenta guerra, obrigou a *Sua Magestade* fidelíssima a  
acautelarse detoda

(Edital 14, *linhas 10-11*)

- **Notificação:** forma de promulgar e fazer saber o ato.

“Fasso saber aosqueeste Edital virem oudelle tiverem noti

cia que vniéndose a algunas aldeas da comarca da Para”

(Edital 02 linhas 10-11)

“Faço saber aos que este Edital virem”

(Edital 15, linha 06)

■ **Exposição:** segmento destinado a clarear as causas do ato partindo das necessidades jurídico-administrativas.

“eu tendome

Sidoprezente que apezardas providentissimas Ordens de *Sua Magestade* edos multi

plicados Bandos dos meus Predecessores para senão consentirem vadios e ociosos

no distrito desta capitania, setem assaz augmentado o seu numero, e conse-

quentente ados roubos assassinios e insultos que acada passo Cometem valen-.”

(Edital 15 linhas 04-16)

■ **Dispositivo:** é o ato propriamente dito.

“allcidente *que* se possa mover do real serviço. Ordeno a toda a pessoa de *qual*quer

*qual*idade ou condição seja *que* tenha idade de quatorze annos *para* sima *que* com

prenderem desde *districto* do pirangibe omundahu, venham promptos nesta *Villa* da

*Fortaleza* no dia quinze domes de julho próximo vindouro com suas armas promptas

polvora Balla G[ilegível]a no *ditto* dia passar mostra geral as *dit*tas ordenanças desde *auxiliares* eas com”

(Edital 08 linha 06-10)

- **Cláusulas:** formas de penalidades para garantir o cumprimento do ato (sanção, de garantia e de renúncia) e para a publicidade do ato (corroboração)

- *Cominatória (sanção) e Corroboração*

“*panias* de[ilegível]Cavallros nodia *seguinte* dezeseis do referido mes: e todas os que faltarem tanto

*officiais* como soldados, das referidas ordenanças, serão castigados conforme as orde

nz doditto *Senhor* e *para que* venha anotícia de todoz e não alegarem ignorância

mando\_[ilegível] edital *que* sefixara nas *partes* costumadas *por* mim asignado e”

(Edital 08 linha 11-14)

No escatocolo, temos os elementos formulaicos que garantem a validade do testemunho. Como são elementos de proximidade de recorrência optamos por apresentar um único exemplo.

- **Data:** ocorre a indicação onde foi exarado o documento (elemento topográfico) e do dia, mês e ano (elemento cronológico).

- **Validação** (subscrição, assinaturas, selos, sinais):

“Secomprira e guardara como nelle se contem: *Villa* da *Fortaleza* da Nossa

*Senhora* da Assumpção São Jozê de Ribamar *Cappitania* do Ceara *grande* aos 17 de junho

de 1753 // estava o sello// Luis Coresma Dourado//e não se con

tinha mas em oditto Edital, *que* eu sobrescrevi *Secretario* o Registei bem efiel

*mente* como nelle decontinha evat vt supra// o*Secretario*

Agusto de Bulloenz e Mello”

(Edital 09, linhas 17-22)

Apresentados os critérios adotados para a análise dos textos, passemos ao contexto de produção e ao *corpus* da pesquisa.

### 3.5 CONTEXTO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO

Como analisar um determinado gênero sem se valer do contexto social, político, econômico e cultural que orienta(va)m e influencia(va)m a produção dos textos? Daí a importância indiscutível do percurso histórico por fornecer uma compreensão ampla dos documentos, sejam eles medievais, coloniais ou atuais, dirimindo dúvidas, revelando em cada texto uma estrutura/forma mais sólida para observar traços de permanência que ao serem evocados realizam e nos remetem a uma determinada função ou traços que desapareceram sem nenhuma explicação textual, mas explicitados historicamente.

Adentramos, neste tópico, no contexto histórico da sociedade brasileira do século XVIII com uma explanação dos fatores políticos, administrativos sociais e históricos para compreendermos as circunstâncias que condicionaram a produção textual. Os fatos históricos, aqui elencados, apenas nos auxiliam no entendimento do gênero, do nosso recorte temporal e para situá-los no contínuo da história, por isso não discutiremos o viés histórico com profundidade.

Sabe-se que a ocupação do território cearense ocorreu de forma tardia, apenas no início do século XVII sendo considerado como principal conquistador da capitania do *Siara Grande* Martim Soares Moreno, mas a história desse personagem inicia-se só em 1603.

No período pré-colonial, 1500 a 1530, a colônia brasileira não despertava interesse econômico da metrópole ocupada em colher os lucros provenientes do comércio de especiarias das colônias do oriente. Nessa época, a atividade econômica desenvolvida nas terras além-mar era o extrativismo do pau-brasil em regiões litorâneas entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, tal ocupação não propiciava o surgimento de vilas e povoados pelo caráter errante da produção.

Portugal volta seu olhar para a colônia brasileira, por volta de 1530, com dois objetivos específicos: tornar o território economicamente viável em decorrência da crise do comércio com o oriente e evitar a ocupação e expulsar outras nações européias (Inglaterra,

França, Holanda etc) que tinham interesse na região. Desde a chegada dos portugueses, passaram-se anos e o território cearense continuava uma terra de bárbaros.

O Ceará não dispunha de ouro ou prata, não servia para o plantio em larga escala de cana-de-açúcar, não tinha especiarias e suas riquezas (âmbar, algodão nativo, sal, pau-violeta, macacos e papagaios) não despertavam, com intensidade, a cobiça da metrópole, uma nação mercantilista, voltada essencialmente para o lucro e para o acúmulo de metais preciosos. (FARIAS, 1997, p. 14)

O estado português, na sua ânsia por lucros, não queria financiar a ocupação de territórios pouco atraentes economicamente, por isso em 1534 instaura-se o sistema de capitânias hereditárias que consistia na doação de terras e de um incentivo financeiro para os donatários, principalmente nobres, com o intuito de colonizar e desenvolver as capitânias. Em contrapartida os donatários podiam explorar os recursos naturais da capitania. Tal sistema persiste até 1759, quando é extinto, pelo Marquês de Pombal, a hereditariedade para que o governo português centralizasse o sistema de capitânias para melhor administrar as colônias.

A doação da capitania do *Siará Grande* ocorre em 20 de dezembro de 1535 ao fidalgo Antônio Cardozo de Barros. O capitão donatário, apesar de estar no nordeste como provedor-mor da Bahia, nunca adentrou ao território que lhe era de direito, esse é um dos muitos fatores que contribuíram para que a capitania não tivesse uma experiência econômica exitosa, fato semelhante ocorreu com a maioria das capitânias doadas, das quinze capitânias criadas, doze falharam administrativa e economicamente. Com descaso e desinteresse, inicia-se o percurso histórico do Ceará, tendo efetiva sua ocupação, só um século após sua criação e doação.

Soares Moreno tem sua história entrelaçada com a do Ceará de duas maneiras: na forma de coadjuvante, como soldado da comitiva do capitão-mor Pero Coelho de Souza em 1603 e na forma de personagem principal, em diversos momentos, mas a primeira vez capitaneava uma comitiva em 1612 que fundou o forte na barra do Ceará dando início ao desenvolvimento da capitania.

As dificuldades típicas da região e as invasões holandesas fizeram com que o capitão-mor Martim Soares saísse de seu território para auxiliar nos combates em outras capitânias, deixando o *Siará Grande* propício a invasões. Após Soares, a ocupação holandesa adentra o território cearense entre 1637 a 1644, sendo expulsos pelos índios, e entre 1649 a 1654 quando os holandeses são expulsos do nordeste pelos portugueses. Nesse processo o

Ceará deixa de ser uma capitania subalterna ao Maranhão para estar sujeito às ordens de Pernambuco.

Após o longo período conflituoso de invasões, o povoamento do Ceará teve início de forma mais eficaz, como vemos, na segunda metade do século XVII. [...], o primeiro branco que se instalou depois do período de conflitos foi à família do capitão-mor João de Melo de Gusmão, em 1663. (Ximenes, 2013, p.55)

A população dispersa até o final do século XVII não possibilitava uma estrutura jurídico-administrativa no território, mas com a criação das primeiras vilas e do desenvolvimento econômico do negócio do gado *vacum*, nos 25 anos iniciais do século XVIII, gerou condições para começar uma produção escrita das instituições governamentais para gerir jurídica e administrativamente a capitania.

Na medida em que a sociedade cearense, no século XVIII, ganhava importância econômica e aglutinava um número maior de grupos populacionais, a estrutura burocrática, proporcionalmente, adquiria uma complexidade com a criação de novos cargos que tinham a escrita como a primazia do processo.

As câmaras compunham-se de um juiz, seu presidente nato; três ou quatro vereadores, segundo o foral ou costume da terra, que, nessa parte, foram respeitados pelas Ordenações Filipinas; um escrivão e um procurador, e, em alguns lugares, um tesoureiro. Todos esses membros tomavam o nome de oficiais da Câmara. (GARCIA, 1956, p. 97)

Dentro da estrutura hierárquica jurídico-administrativa da colônia, Garcia (1956, p.111), continua:

ocupava o primeiro lugar o governador geral, [...], com atribuições e poderes constantes de seus respectivos regimentos. Seguiam-se os capitães-mores de capitanias, subordinados ao governador geral.[...] Quando a coroa colonizou sucessivamente por sua conta o Rio de Janeiro, Sergipe, a Paraíba, o Rio grande do Norte, o Ceará, o Maranhão, o Pará, e mais adiante Santa Catarina e o Rio Grande do Sul [...] capitães-mores trienais [...]

Com relação aos capitães-mores do Ceará, estes eram subordinados aos de Pernambuco que poderiam, em caso de necessidade, suspendê-los do cargo. Para os assuntos judiciários existia a figura do ouvidor-geral, bem como, dos juízes.



No século XVIII, início do surgimento e desenvolvimento dos núcleos populacionais do Ceará, a metrópole necessitava estar presente na região para gerenciar as operações do Estado, dominação política e cobrança de impostos, por isso ocorreu à estruturação jurídico-administrativas das vilas. Nesse contexto inserem-se os manuscritos que serviram de *corpus* para a pesquisa.

### 3.6 O *CORPUS*: EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DOS EDITAIS

Os editais, aqui postos, tiveram o mínimo de intervenção do editor, por acreditarmos que quanto menor a interferência do especialista mais fidedigna e verossímil é a edição para um grupo de leitores com experiência nas ciências da linguagem, mesmo que estes tenham o primeiro contato com o labor filológico, as edições. Desta forma, para facilitar a leitura e visualização nas edições respeitamos alguns critérios.

Na edição fac-similar, optamos por reproduzir o fólio completo em que os editais estão transcritos, mesmo que não ocupem o fólio em sua totalidade. Isso nos obrigou a realizar um sobreamento das partes que não constituem o gênero aqui trabalho, para propiciar uma melhor localização espacial no suporte, dando destaque aos editais. Para a edição semidiplomática respeitamos as normas do PRAETECE, já apresentadas nesse capítulo.

Outro fator que merece esclarecimento é a inclusão das edições fac-similar e semidiplomática, mesmo que parcial, do Edital 06, por representar o quanto é urgente a recuperação desse patrimônio escrito da sociedade cearense que na letargia dos arquivos vão, aos poucos, deteriorando-se. Esse manuscrito, também, é o exemplo das dificuldades que nos deparamos no movimento de leitura para a realizarmos as edições. Infelizmente, no respectivo edital, não superamos as dificuldades encontradas pelo apagamento do texto.

Apresentamos, a seguir, as edições fac-similar e semidiplomática dos manuscritos constituintes do *corpus*.



Fl 126r

Registro de hum edital vindo remetido do *Governador* e *Cappitam*  
*General* de Pernambuco remetido ao *Doutor* ou *vidor Geral* e *Corregedor*  
 desta comarca do Ceará *grande para* seregistar nesta Comarca

- Luis Diogo Lobo dasilva doConcelho de Sua Magestade Fi  
 05 dellissima Governador eCappitam General das Cappitanias  
 de Pernambuco eParahiba etc Naconformidade das  
 ordens de ElRey Nosso Senhor quetenho recebido: Fasso  
 Saber a todos os que este edital virem queporquanto  
 por diferentes generais deElrey Catholico Seafixaram  
 10 nodia trinta de Abril proximo precedente;( com outros  
 dias aelles sucessivos) emdiversos Lugares Sitos dentronos  
 dominios do Reyno dePortugal muitos exemplares  
 dehum Cartel impresso: noqual ( como magnifes  
 ta Contradiçam defactos) aomesmotempo em quipor hu  
 15 ma parte Seintimaraõ asinvazoens dos exércitos cas



Dos Exercitos Castelhanos nosdominios do mesmo Reyno  
 de Portugal Seprescreveram dentro nelle ordens eComonica  
 coens digo nelle ascommandantes das provincias, Gover  
 nadores das prassas Magistrados, emais vassalos delle or  
 20 dens, eCommin[deteriorada]çoens<sup>21</sup> incompativeis com a imdependen  
 te soberania da Croa domesmos Reýno; Seforam reduzin  
 do o effeito asmesmas invazoens com asmas hostilida  
 des que tras con sigo a guerra offenciva, que Siestafazen  
 do a Sua Magestade: pella outra parte protestavam os  
 25 Sobredittos Generais, que não tinham intenção defazerem  
 amesma Guerra, que estavam fazendo, evam continuan  
 do; mas quedirigiam tudo o reffido afins vteis, e glorio=  
 zos aCroa, evassallos de Portugal: dizendose que assim  
 otinha representado Elrey Catholico a Elrey Fidilissi  
 30 mo seu conhado: Ecalandose com hum abuzo sem ex  
 emplo que arefferido repezentação sehavia dado emne  
 cessarias respostas, desde os dias sinco, e vinte essinco do  
 mesmo mes deAbril: que Sua ditta Magestade Fide  
 lissima nocazo não esperando deintrarem astropas cas  
 35 tilhanas em Portugal ( debayxo dequal quer pretesto  
 que fosse; ) não sô sem o seu consentimento, mas athe  
 contra asSuas expessas declaracoens feitas na Memoria  
 devinte essinco de Marco proximo passado, enovamente  
 repetidas, fazendoselhe assim huma guerra offenciva, e  
 40 declarada pello facto dehuma taõ inesperada invazam  
 violenta: Neste cazo não podendo o mesmo Monar  
 ca eximirse sem offensas dosdireitos Divino, natural,  
 edasgentes e sem cauzar vniversal escandalo de fazer  
 vzo de todos os meynos pociveis para a sua indespensas  
 45 vel defeza; tinha dado as suas ordens para se em  
 pegarem nella suas propias forças e para sevnirem  
 asdos seus aliados... Sendo Serto que seria menos  
 custozo amesma Magestade Fidelissima ( ahinda  
 naquella mayor extrimidade que So depende de  
 50 arbitro Supremo) deichar cahir avltima telha do Pa  
 lacio da sua habitação, eaosseus eaoses Leais vassa

---

<sup>21</sup> comunicações



Fl 127r

Leais vassallos deramarem avltima gota doseu San  
 Gue. doque sacrificar Portugal comodecro dassua Coroa  
 tudo a que hã demais perciozo eprertarçe por hum tam  
 55 extraordinario modo asservir de exemplo nocivo atodas  
 as outras potencias pacificas: Eem vltimo lugar, que final  
 mente Sua Magestade Fidelissima para deffender de in  
 vazoens o seu Reyno, tem hum direito tal, que a qual quer  
 particullar he licito ehe indispensavel defender a sua  
 60 propia caza contra quem nella quer entrar sem seuconsenti  
 mento: eque reduzindosse aeste vnico ponto dedefeza na  
 tural da neutralidade, e Pas dozseus Reynos, portos, e va  
 ssallos deles: obraria oque coubesse nas suas forcas, e dos  
 seus aliados no cazo em que apesar do refferido sevisso ata  
 65 cado etc E por quanto pellas contraditorios, incompa  
 tiveis factos dos sobredittos Generais Castelhanos assima re  
 fferidos setem declarado efeito pellas armas de castella  
 huma guerra offensiva, ealeivoza contra acora aco  
 roa de sua Magestade Fidelissima econtra osseus Rey  
 70 nos, evassallos: omando o mesmo senhor assim fazer no  
 torio atodos as seus refferidas vassallos, para que tenham  
 os Invazores do mesmo Reyno, e violadores desua liber  
 dade, e independencia por agressores, e inimigos decla  
 rados epublicos: para que como tais os tratem em tudo, e  
 75 por tudo. E para que contra elles (como tais aggresso  
 res Voluntarios e Inimigos publico) vzem deto  
 dos osmeyos defacto, que osdireitos divino Natural, e  
 das gentes authorizam nestes cazos: separandosse in  
 teyramente dacomunicacaõ dos mesmos aggressores  
 80 e inimigos sem com elles terem alguma correspoden  
 cia directa ou indirecta: Eprocedendo contra a su  
 as pessoas, e bens, como he premitido naguerra que  
 seacha por elles introduzida nom mesmo Reyno de Por  
 tugal: Decujo Vassallos naõ espera o mesmo Senhor  
 85 quesendo portugueses, haja entre elles algum que  
 entre tenho amenor comunicaçam com ossobredittos





Fl 127v

os sobredittos inimigos gratuitos, ou lhe dê azillo favor  
 ou auxilio algum directo, ou indirecto, sugeitandosse  
 assim aspenas quecontra osRebeldes seacham estabele  
 90 cidas; as quais nocazo de contravemção faria opublico  
 excandolo dos leais vassalos do mesmo senhor com que  
 não pudesem deichar deser executadas irrimissivelmente  
 escripto nacidade deolinda acatorzedeAgosto demil  
 sete centos ecessenta e dous. Para o Doutor ouvidor Geral  
 95 daCappitania do Cearâ mandar registrar nas cameras e ouve  
 doria: o Secretario Antonio Joze Correya o subescre  
 vÿ.// Luis Diogo lobo dasilva // estava a sellodaz ar  
 mas domesmo Senhor General // cumprasse registace noli  
 vro desta auvidoria Geral e nascamaras detoda esta Comarca  
 100 para onde logo sem amenor demora se enviara acada hua  
 ma o seu trans sunto, Aquiraz oPrimeyro deoutubro dimil  
 sete centos e cessenta e dous // Barboza // registado no Livro dos  
 Registros das Ordens Reais que serve nesta auvidoria geral  
 do Cearâa *folha 4 verso Villa* de Aquirâz oprimeyro de outubro de mil  
 105 sete centos e cessenta e dous // oescrivaõ dozaubentes porem  
 pedimento dada ouvidoria //Mathias Tavares daLus //  
 e não setinhamais nem menos em o ditto edital vindo  
 remetido do *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Governador* e *Cappitam*  
*General* de Pernambuco  
 ao *Doutor* ouvidor geral e corregedor desta commarca Victorino  
 110 Suares Barboza para o mandar registrar oqual aqui registrei  
 por meser assim mandado pello mesmo Ministro aquemde  
 pois deo registrarlho entreguei outra veis e fica este naverda  
 de semcouza que duvida faca porque como propio origi  
 nal este conferi comigo propio esrivaõ dacamera Cris  
 115 pim Gomes deoliveyra que o escrevy nesta ditta Villa  
 do Aquirâs aos 2 de *8tu*bro de 1762  
 Conferindo comigopropio                      *Escrivam*daCamara  
 Emfêdeverde  
 [arabesco]Crispim Gomes deolivejra[arabesco] [arabesco]Crispim Gomes  
Deolivejra[arabesco]



Fl 131v

Registro do Edital do *Illustrissimo* e *Excelentissimo Senhor* Luis  
 Diogo Lobo da Silva *Governador* e *Cappitam General* da *Cappitania*  
 de *Pernanbuco* oqual pello *Doutor ouvidor Geral* Victorino=  
 Soares Barboza *Corregedor* desta commarca me

05           foi mandado registrar eheo seguinte

Luis Diogo lobodasilva do conselho de sua majestade fi  
 delissima comendador da comenda da Santa Mariade  
 moncorvo da ordem de christo governador e capitam gene  
 ral di Pernambuco Parahiba e mais Capitancias anexas etc

10   Fasso saber aos que este Edital virem ou delle tiverem noti  
 cia que vnindosse a algumas aldeas da commarca da Para  
 hiba outras do certam que naõ podiam subsistir pella suape

por sequenly mecafundade ditos ons Contes, Durisim<sup>o</sup> 192  
 de veniente, tudo conformidade do § 177 da Directoria do  
 Regum para que sua Magestade Realissima mande a libelidade  
 das Capitancias por ordens que faz seruid. Expedirnos pella  
 Real Caxaria de Estado de poy ditos Confirmaes, a ditta Directoria  
 ante vito: Hauey pusey que exquidat sua sua & briga  
 Com celo muidy do Espirito de parcellidade esingenta  
 Contes a ma publicas que oculto babilimenty, por Indis, em  
 Conto actual Antonez da ditta sendos afim de ser poy  
 Conto que bnde queriam que quarety de vey licy, Valerian  
 de aub contes firmo Comandoy por poy texto Euy arde fida do  
 Conto, outry ardo nly que poy bmente sikom Experimentals  
 mite Antionates Contes, obne sity, quibuceras poy da  
 perida fugida, epede ser que sendos abriyo sus poy  
 Doclorosy aonde oculto em algum Conto, ditta poy  
 Conto Cibrau, sem dependis seja Desilubora aly titui-  
 de doclorosy ditta Indis, a sua, Pauca, hays que  
 Capitany, thre, Regent, clomondant, dar Ordinanly sua  
 Conto que algum pusey tem em sua lora Indis ou Indis  
 sem dilencia de sua, Dyrectory, Directory, alomto poy  
 a sua lora ante poy, esugente, ou offelud da ordomen  
 ca, que esta ordon ou Cumpris a sem de ditta baixada,  
 Patente de lora lora Coma transgros, cingid, Exelutas  
 dar Ordony Regis, Epayau, Dotta antilia ditta, com  
 tempo algum nos a leguem ignorancia de poy ca de  
 ditta ou hys, may publico, de lora de, Ditta ou Pauca  
 agutelar legutar de poy, glimey, na ditta ditta  
 Govern, m de la capitany, thre, alory, clamra, de  
 sem ditta Exelutas Comandara Certidem ante poy  
 no: Dada no ditta de poy bala sob sua signa do  
 monte no ditta de poy Domes de lora, ditta ditta  
 Conto, ditta ditta, ditta ditta ditta ditta ditta  
 ofy Caloued. // qui, Diego de poy // Antonez poy  
 Corra. // Cum, ditta ditta ditta ditta ditta ditta

Fl 132r

ssoa pequenas mcapacidade de terreno e outros varias in  
 convenientes tudo em conformidade do parágrafo 77 da directorio do  
 15 Gram Parâ que sua Magestade Fidelissima manda praticar nes  
 tas Cappitanias por ordens que foi servido expedir me pella se  
 cretaria de Estado depois de ter confirmado o ditto directorio  
 como alvara de dezacete de Agosto de mil sete centos sinco  
 20 enta e oito: Haver pessoas que esquecidas das Suas obriga  
 ções e Sô movidos do Espirito de parcialidade e vingança  
 entram a publicar que os estabelecimentos dos Indios eraõ  
 contra a Real Intençãõ do ditto Senhor afim de dezpergalos,  
 e porque conseguiram que quaze todas os descidos do certam  
 25 Seaubzentassem tomados por per texto huns as referidas vo  
 zes, outros as doenças que geralmente setem experimentado  
 neste continente e outros os conselhos que tiverãõ para a re  
 ferida fugida e pode ser que achado abrigo nas fazendas  
 do certoens aonde os recolhem alguns senhores dellas por  
 terem escravos sem despendio seja de difficul toza a restitui=  
 30 çãõ dos sobredittos Indios assuas Povoaçõens, logo que os  
 Cappitaens Mores Regentes, e comandantes das ordenações Sou  
 berem que alguma pessoa tem em sua caza Indio ou Indios  
 Sem licença de seus Respectivos Directores o remeta prezo  
 a sua custa a esta Praça, e o Regente, ou official da ordenan  
 35 çã, que esta ordem não Cumprir alem de selhedar baixada  
 patente ser castigado como transgressor, e infiel executor  
 das ordens Regias, e para que venha a noticia de todos, em  
 tempo algum não aleguem ignorancia se fixara este E=  
 dital no Lugar mais publico da Cidade, Villa, ou Povoaçãõ  
 40 a que tocar Registandosse primeyro na Secretaria deste  
 Governo, na das Cappitanias Mores, e Mores, e Camaras, e de a  
 sim seter executado sem mandara certidãõ a este Gover  
 no : dada no Recife de Pernambuco sob meu signal so=  
 mente aos vinte e seis dias do mes de Março de mil sette  
 45 centos secenta e três, o Secretario Antonio Joze Correa  
 ofes escrever // Luis Diogo Lobada Silva // Antonio Jozê  
 Correa // cumpasse e registasse na Camera desta villa e



Fl 132v

Villa enasdasmais aonde este edital Seapresentar e do Refferi  
do Sepasse certidão Aquirâs vinte eseis de Agosto demil sette  
50 centos ecessenta e três // Barboza // Enãõ secontinhammais nem  
menos emditto Edital quemefoimandado registrar pello Dou  
tor ouvidor e Corregedor daCommarca Victorino Soares Bar  
boza e fica naverdade sem couza que duvida faca que me Re  
porto dequepassei certidão, villa do Aquirâs 26 de Agosto de  
55 1763 escrevÿ e assignei

Emfeeteste *munh*odeverdade OEscrivamdaCamara

[arabesco]Crispim Gomes Deoliveira[arabesco]





Registo do Edital que mandou  
fazer este Signado sobre os  
officiois de Artes Macanica

Manda fiar atodos os ofisiais decoais quer  
05 officios de artes macanicas do districto des  
ta vila e seu termo vinham fixar Reas car  
tas e regimentos pera cuederem suas hobras  
para oque reconcedemo lhe ovltimo de ou  
tubro procimo vindouro pena deque o que assim o  
10 não fizer seproceder contra elles alem das penas  
empostas epera que tenha notissia detodas man  
damos fixar este edital por nos vai assinado  
eselado com oSelo que ante nos serve no pelou  
rinho desta vila e naspartes mais publicas desta  
15 dado epassado em Vereassa de 16 de agosto de  
1729 anos eu Mario Dias neto escrivão da  
Camara escrevi // Agostinho de Freitas dasilva //  
Joao da Freitas Guimaraes // Antonio Gaspar de  
oliveira // Antonio daSilva digo de Freitas dasilva  
20 e não Secontinha mais emodito edital que assim  
Registei bem e fiel mente comosecomtem  
acoalmereporto dequeassinei

Mario Dias Neto[arabesco]



Registo do Edital que mandou  
fazer este Senado sobre o Contra  
to das Carnes

05 Porquanto embem Comum o Regimen desta villa  
emoradores della e mais circumvizinhos seja  
conviniante o porse o Contrato das Carnes em pra-  
capublica para nella se arematar na forma costu-  
mada nos foy conviniante paçarmos o presente  
Edital para que a pessoa ou pessoas que tiverem  
10 lançar nelle no termo de dezoyto dias com todas  
as conveniencias a lazulas que se ajustar no ter-  
mo da arematação cujas leyloens principiaõ  
em treze de corrente e para que venha a notiçia  
de todas mandamos por o presente Edital sendo  
15 por nos a Signado e Sellado Comosello Real  
que ante nos serve dado e pasado aos douze  
dias domes de Março em vereação e eu Floreano  
Correa de Britto escriveõ deste Senado que o es-  
crevi e sobre escrevi // Jorge de Souza Ferreyra  
20 Manoel de Barros Martins Manoel Rodrigues  
de Souza Ignacio Ioaõ Coimbra e não se conti-

69 r<sup>22</sup>

Se continha mais do ditto Edital que aqui registey  
bemefielmente Como nelle se contém ao qual me  
reporto de que me assignei //

25 Floreano Correa de Britto [arabesco]

<sup>22</sup> A edição fac-similar do fólho 69 recto está no Edital 05.

**EDITAL 05**

CAIXA 03 LIVRO 08 FÓLIO 69 r

Se contenta mais do dito Edital que aqui se fez bem  
 e fielmente como nelle se contém a qual me  
 Reporto de que measigney // Floriano Lora de Direito

Petição do Edital quem andou  
 fater e se Senado soubre o lan-  
 trate de asinilony

Por quanto se me a lordeo a por se o contatado da  
 asinilony de la jurij dilas e for solamente se de  
 por imprata e digo publico a quem por elle mais  
 der mandamay feller e de naq parte by la humadaq  
 a qual prinlipias de brevedo lo pnte eno findo no  
 dediaz se lade a limatar em falivel e para que venha  
 a notitia de cada mandamay feller e de na parte di-  
 go na poulo rinal de yta dilla indo primeyro por  
 naq a signado e sellado como sello que parante  
 na serve de de cyabado eorialao de doute de  
 Marco de mil e de cento e trinta e douz annas  
 e de floriano Lora de Direito e Lira de de  
 Senado que a e Lora de Direito e Lira de de  
 soubrate de yta de Manoel de dora Martinij Manoel  
 Rodriguy de soutra // Ignacio Joas Coimbra enas  
 Se contenta mais do dito Edital que aqui se fez bem  
 e fielmente como nelle se contém a qual me  
 Reporto de que measigney // Floriano Lora de Direito

Petição de Lora de Direito  
 vinda do meo nro digo  
 e undos geral Antonio  
 de Lora de Direito

Digo aqui na fazenda me de Lora de Direito  
 de meo vira meo de Lira de de  
 de Lira de de de Lira de de  
 de Lira de de de Lira de de

Registo do Edital quemandou

Fazer este Senado soubre oCon-

Trato das afiriçons

- Porquanto Temos acordado o porseo contrato da
- 05 afiriçons desta Jurisdição e forsozamente sedeve  
 por empraça aq digo publica aquem por elle mais  
 der mandamos fichar este nas partes costumadas  
 aqual principiaõ detrezedo corrente enofim dosno  
 vedias sehade arematar emfalivel e para que venha
- 10 anotiçia detodos mandamos fichar este nas partes di  
 go nopoulorinho destavilla indo primeyro por  
 nos assignado e sellado com o sello que par ante  
 nos serve dado e pasado everiação dedouze de  
 Março demil esette çentos etrinta e dous annos
- 15 em Floreano Correa deBritto escrivão deste  
 senado queoesvrevi e soubreescrevi // Jorge de  
 Souza Ferreyra // Manoel de Barros Martins // Manoel  
 Rodrigues deSouza // Ignacio Ioaõ Coimbra // enaõ  
 Secontinha mais dodito Edital que aqui rezistey bem
- 20 efielmente como nelle secontem aaqual mereporto  
 deque me asigney // Floriano Correa de Britto [arabesco]

**EDITAL 06**  
CAIXA 03 LIVRO 09 FÓLIO 5 r,v

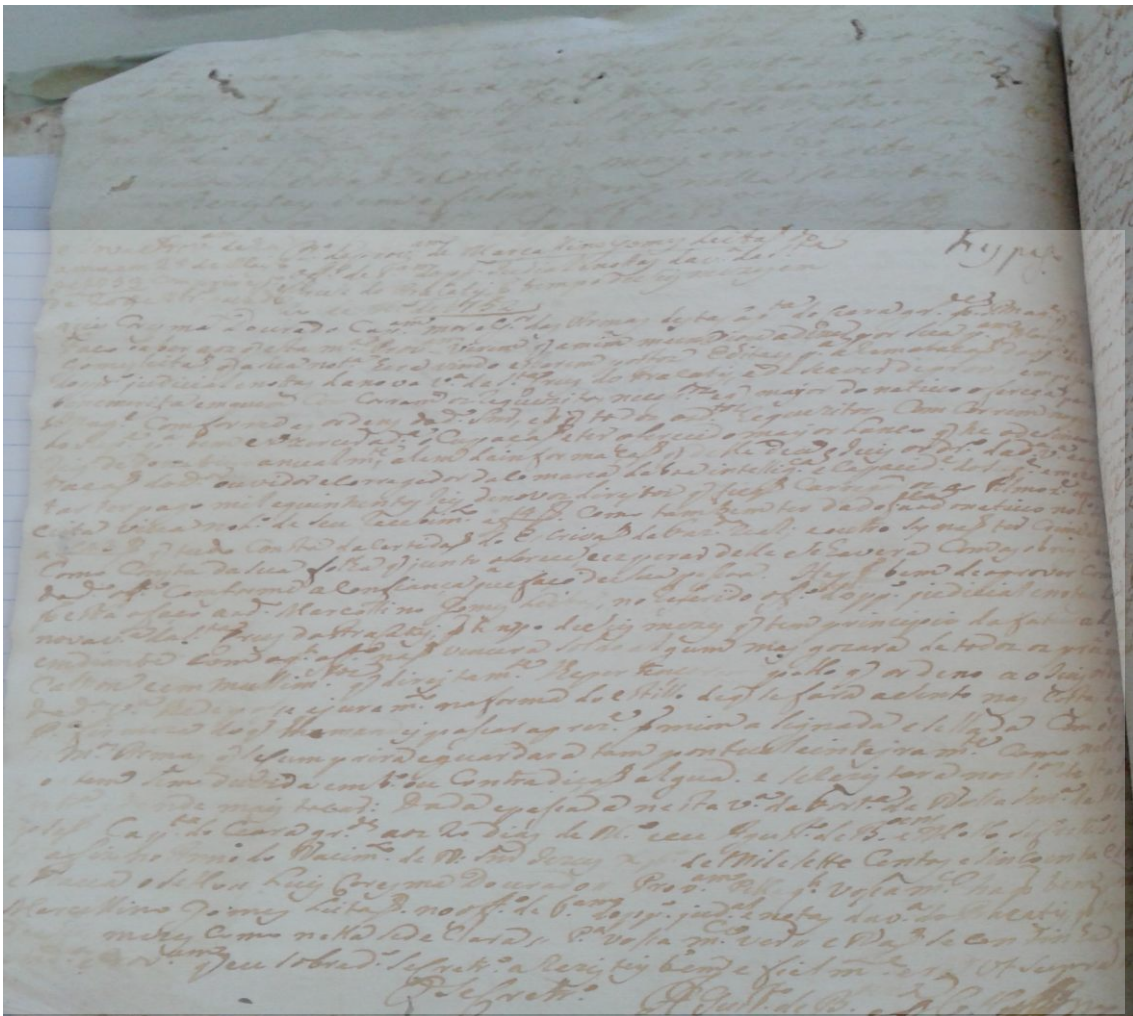
*[Faint handwritten text, mostly illegible due to fading and bleed-through from the reverse side.]*

*Releu Edital q mandou q se p. mot a d. 1792*  
*requerendo q a m. k. q. d. ordenam. e. cl. v.*  
*cau. x. l. l. r. d. l. a. f. p. v. i. n. t. e. e. l. e. t. r. o. d. e. j. u. n. d. o. 1792*  
*nesta. r. e. q. u. i. t. u. r. o. d. e. j. u. n. d. o. d. e. j. u. n. d. o. 1792*  
*Mag. Cosme Doucado Cap. m. e. q. d. a. t. o. r. d. e. t. a. l. a. q. d. e. h. a. r. a. q. u. e. f. a. z.*  
*Mag. que. d. e. r. P. o. i. q. u. a. n. t. o. e. m. B. a. d. e. r. o. b. l. e. a. n. n. o. p. a. l. e. m. a. n. y. q. u. e. d. e. t. a. q. u. e.*  
*Mag. q. u. e. d. e. r. P. o. i. q. u. a. n. t. o. e. m. B. a. d. e. r. o. b. l. e. a. n. n. o. p. a. l. e. m. a. n. y. q. u. e. d. e. t. a. q. u. e.*  
*Mag. q. u. e. d. e. r. P. o. i. q. u. a. n. t. o. e. m. B. a. d. e. r. o. b. l. e. a. n. n. o. p. a. l. e. m. a. n. y. q. u. e. d. e. t. a. q. u. e.*

*[Faint handwritten text continues, including names like Cosme Doucado and references to laws or decrees.]*

**Registo** dehum Edital *que* mandou o **Senhor Cappitam** mor Se rezistê  
 oz quais Sam *para* asmostras das ordenanças eCavalleiro  
 eauxiliares desta Cappitania *para* vinte e coatro de Junho de 1752  
 nestavilla.

- 05 Luis Coresma Dourado Cappitam mor e Governador das armas desta cappitania doSeara Grande *para*  
 Magestade que Deos **Guarde**// Porquanto em 7tbro do anno pasado, mandey por editais  
 nas partes costumadas desta cappitania para que todoz oz officiais de Patenes das  
 ordenanças  
 eCavalleros  
 [+ 35 linhas ilegível]



**EDITAL 07**  
CAIXA 03 LIVRO 09 FÓLIO 07 r

*[Handwritten text in Portuguese, likely a legal notice or edict. The text is dense and cursive, with some words underlined. It appears to be a transcription of a document from the 18th or 19th century.]*



*Registo* dehum Edital que mandou ouvidor *Capitam* mor e *Governador* se registou *que* Sam *para* a mostradas ordenanças desta

*Villa* para oito de *7tembro*(setembro) *para* ser passada namesma *ditta Villa* ezcepto as ordenanças dos Cariris. *Villa* do Ico 11

05 de junho de 1752

Porquanto Sepuzeraõ Editais nos destrictos desta *Villa* do Icô, enos lugares costumados *para* passarem mostradas ordenanças desta *Villa* em vinte e Seis deste *prezente* mez

e anno, na forma declarada e noz *dittos* Editais, e do *prezente* semeoferecido

aos Certoens dos Caririz novos do mesmo destricto Com o *Dittos* ouvidor *geral* desta

10 *Capitania* e o *Cappitam* mor desta *Villa* e outroz *officios* das *dittas* ordenanças adas exzecu

ção a real ordem de *Magestade* muito emportante a seu real *serviço* *para* poder

com aindivduação *necessarria* das contas aoditto *Senhor* naforma nella

expressiada: delogo a Datta devinte eseis de Junho em*que* Seouvera

depassar mostra as *dittas* ordenanças, *para* oito de setembro proximo vindora

15 ra em oqual haseacharaõ todoz ez *officiais* e soldaoz das ordenança dez

te destricto nestavilla com penna deproceder contra elles naforma das

ordens do *ditto* *Senhor* eSômente rezereio opassar mostra em vinteeseis deste

*prezente* mes naforma do Edital passado; as ordenanças da freguezia

dos Caririz novos, emopateo da matris da *ditta* freguezia e *para* que não

20 aleguem ignorancia mandey fazer novos Editais *para* se fixarem

nas partes costumadas sendo *pormim* asignadoz esellados com

o signete de *minhas* armas, e serezistara em oz *livros* da secretaria desta

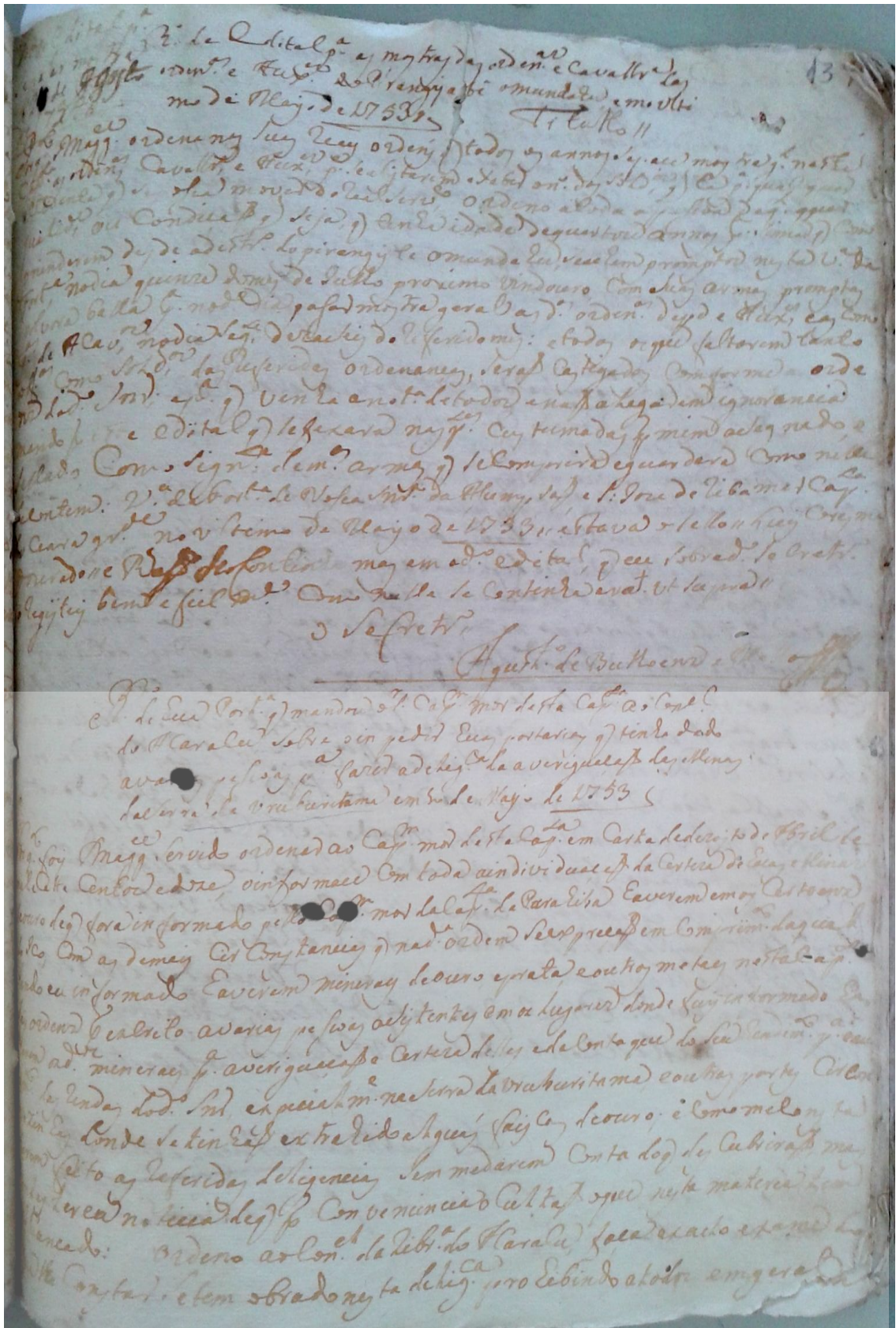
*Villa* do Icô 11 de julho de 1732/ estava o sello // Luis Cores Ma Do

rado // e não secontinha mais moditto Edital, *que* eu sobre *ditto* Sec

25 tario a Rezistey bem e fielmente com nelles secontinhaõ e vat vt supra.

Augusto de Bulhoenz e Mello

EDITAL 08  
CAIXA 03 LIVRO 09 FÓLIO 13 r



*Registo* de Edital *para* as mostradas ordenanças e cavalleiros das  
ordenanças e *auxiliares* etc Pirangyabê omundahu em vlti  
mo de Mayo de 1753// Titulo//

Porquanto Maggestade ordena nas SuasReais ordens *que* todos os anos Sepaçe mostra *geral* nesta

05 *Cappitania* as ordenanças, Cavalleiro e *Auxiliares* para Selistarem a todas onomedos soldados, *que* ha *para*  
qualquer

allcidente *que* sepossa mover do real servico. Ordeno atoda a pessoa dequalquer

qualidade ou condição *que* seja, *que* tenha idade dequatorze annos *para* sima *que* com

prinderem desde *districto* dopirangibe omundahu, Seachem promptos nesta *Villa* da

*Fortaleza* nodia quinze domes de julho proximo vindouro com suas armas promptas

10 polvora Balla G<sup>a</sup> noditto dia passar mostra geral asdittas ordenanças desde *auxiliares* eas com  
*panias* de ACavalleiros nodia *seguinte* dezaseis do referido mes: e todas os que faltarem tanto

*officiais* como soldados, das referidas ordenanças, serão castigados conforme as orde

nz doditto *Senhor* e *para que* venha anoticia de todoz e não alegarem ignorancia

mando *por* este edital *que* sefixara nas *partes* costumadas *por* mim asignado, e

15 sellado com o Signete *minhas* armas *que* Secomprira eguardara como nelle

Secontem: *Villa* da *Fortaleza* de Nossa *Senhora* daAsumpsão e *Saõ* : Joze de Ribamar *Cappitania*

do Ceara *grande* no vltimo de Mayo de 1753// estava o sello// Luis Coresma

Dourado// e Naõ Secontinha mas em oditto edital, *que* eu sobreditto *Secretario*

o Registei bem efielmente como nella se continha e vat.vt subra//

20

o SeCretario//

Agusto de Bulhoens e Mello



Edital *para* amostra das ordenanças do Acaracu au  
*xiliares*, Luis Coresma Dourado, *Cappitam* mor e *Governador* das armas  
desta  
*Cappitania* do Ceara Grande por *Magestade* que Deus *garde* e etc

Porquanto *Magestade* ordena nas suas ordens, *que* todos os annos sepassi mostra *geral* nesta  
*Cappitania*

- 05 as ordenanças, Cavalleiro e *Auxiliares* *para* selistarem a vaber *nome* dos *Soldados* *que* ha *para*  
*qualquer* alci  
dente *que* se possa mover do real servico: ordeno atoda apessoa de*qualquer* *qualidade*, ou  
condição *que* seja *que* tenha idade de quatorze annos *para* Sima *que* compreenderem nos  
dentro da *freguesia* de *Ribeira* do Acaracu e seus riachos anechos, seachem promptos  
no dia 24 de *Agosto* proximo na matris daCajsara com suas armas promp
- 10 tas, epolvora, eballa, *para* noditto dia sepossa mostra *geral* as ordenanças da cavallaria  
e *auxiliares*, eos *officiais* do regimento deque he *Coronel* *Francisco Tavora* da Ponte Sa com as  
suas *patentes*  
en, *para* apresentarem muto *daditta* mostra *para* asim ser percizo aore  
al *serviço* todos oz*que* faltarem, tanto *officiais* como *soldados* das referidas ordi  
nanças seraõ castigados com forme as ordens do *ditto* *Senhor* e *para* *que* venha a *noticia*
- 15 detodos e não alegarem ignorancia mando *que* este Edital, *que* sefixara  
naz *partes* costumadas *por* mim assignado, e sellado, com o Signete de *minhas* armas  
*que* Secomprira e guardara como nelle se contem : *Villa* da *Fortaleza* da Nossa  
*Senhora* da Assumpção Saõ Jozê de Ribamar *Cappitania* do Ceara *grande* aos 17 de junho  
de 1753 // estava o sello// Luis Coresma Dourado//e não se con
- 20 tinha mas em oditto Edital, *que* eu sobredito *Secretario* o Registei bem efiel  
*mente* como nelle Secontinha evat vt supra// o*Secretario*

Agusto de Bulloenz e Mello

Novo edital em 25 de abril de 1754// para a 24 de junho, sepassa mostra no Acavalu



*Resgisto* dehu Edital *para* asmostras das ordenanças cavalleria  
eauxiliaresdas Vargenz de Jagoaribe em 19 de Junho  
de1743

<Novo edital em 28 de Abril de 1754 *para* 24 junho Seposa mostra>

- 05 Luis CoresMa Dourado Cappitam.mor e Governador das armas desta Cappitania doCeara grande *para* Magestade Geral Doutor

etc Portugal Magestade ordena nas suas Reais ordens *que* todas os annos sepasse mostra

Geral nesta Cappitania, as ordenanças, Cavalleiro e Auxiliares *para* selistarem e saber *nome* dos soldados venha

*para* qualquer alcidente *que* Sepossa moverdo real Serviço: ordeno a toda apessoa

dequalquer qualidade ou Condição *que* seja *que* tenha idade de quatorze annos *para* sima que

- 10 comprienderem nos districtos das Villas do Akuiras e Aracati seachem promptos nodia 15

de A[deteriorado] proximo vindouro, enavilla do Akuiras, a tropa daCavallaria e Auxiliares pertencetes

aos districto e navilla doAracati as Companias de Auxiliares, e ordenanças depe *que* pertencerem a Suas

guarnicaõ *para* pasarem mostra emoditto ha apresentando os officiais dos dittoz [Corapos] as suas patentes e num, *para* sefazerem mapas, Com aindividuacaõ *que* oditto senhor, ordena

- 15 he sejaõ remetidos naprezente frota: e todas os*que* faltarem tanto officiais Como Solda dos das referidas ordenanças e Auxiliares seraõ prezos eproCederey Contraelles Conforme as ordens de Magestade e *para que* venha anoticia de todoz, e não alegarem ignorancia mando por este Edital, *que* sefixara nas partes costumadas pormim asignado, e sella

do, Com o Signete de deminhas armas, *que* secomprira, eguardara Como nelle se Contem: Villa

- 20 da Fortaleza denossa Senhora da Asumpsaõ e Sam Jose de Ribamar Cappitania do Ceara

grande aos 19 de junho de 1743//estava o sello // Luis Coresma Dourado// e

Naõ secontinha mas enoditto Edital, *que* eu sobreditto secretario, o Registey bem efielemente, como nelle secontinha, evat vt supra// oSecretario//

Agusto de Bulhoenz e Mello

## EDITAL 11

CAIXA 27 LIVRO 85 ou 14 FÓLIO 134 v e 135 r, v

O Senhor Doutor José de Sousa D. João de Barros  
 do D.º de Embargo de Real Magestade e Real Audiencia de  
 Ouvidor geral do Crime e Civil em toda esta Comarca  
 do Rio de Janeiro grande Comarca Corregedor e Presedente  
 da Real Audiencia e das Real Definitivas e Juizes  
 das Capellas e Audiencias Juizes Inspectores da Coroa  
 e em continencia pelo Tribunal do Arcebispado Juizes  
 varios dos Indios Auditores e Juizes particulares  
 da guerra Intendentes da Real Fazenda Juizes dos  
 Reys e Juizes de Alameda e pelo ditto Senhores  
 que Deus guarde e da Real Fazenda saber que pelo  
 Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General  
 Messy participada a deploravel Noticia do oneroso  
 e agustissimo Camadellissimo Sabesano de  
 Dom Joseph de Arriaga que foy tanta gloria da  
 Comarca e tambem que nos dias de ante e de ante  
 deiro do presente anno se celebrou o casamento  
 Matrimonial do ferrenissimo Senhor Principe  
 D.º de Braganca e da serenissima Senhora Infanta  
 D.ª Maria Francisca benedita para que  
 a Real Audiencia desta Comarca fizesse  
 e cumprisse as Custumadas e Correio  
 de Real Audiencia.



Fl 134 v

Registo do Edital que mandou  
 o Doutor Provedor da Comarca Iozé das  
 ta Dias Barros a Camera esta *Villa para*  
 amandar publicar para aqui nelle ficar  
 05 tem etc  
 Doutor Iozeph dacosta Dias Barros  
 do Dezembargo de Sua Magestade Fidelissima seu  
 Ouvidor geral no Crime e Civil em toda essa comarca  
 do Seará grande enelle Corregedor e Provedor  
 10 da Sua Real Fazenda e das dos defuntos e auzen-  
 tese capelas e Rezidous Iuiz dos feitos da Coroa  
 edos confiscados pelo Tribunal do Sancto officio pri-  
 vativo dos Indios Auditor e vedor particular  
 dagentes e Guerra Intendentada Policia e Juiz dos Jus  
 15 tificaçoens tudo com aliada pelo ditto senhor  
 que Deos guarde etc Faço saber que pelo  
 Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General  
 mefoy participada adeploravel Noticia donosso  
 Augustissimo e amabilissimo Soberano o senhor  
 20 Dom Iozeph primeiro que Sancta Maria haja  
 como tambem que nodia vinte e hum de feve  
 reiro do pressente anno Sesselebrou o faustissimo  
 Matrimonio dosserenissimo Senhor Principeda  
 Beira com asserenissima Senhora Infanta  
 25 Dona Maria Francisca benedicta para que  
 em todo o distrito desta comarca fizesse pratica  
 as demonstraçoens costumadas e Correspoden  
 ter a cada hum dos referidos objectos [espaço] Pelo



Fl 135r

Pelo que quanto ao primeiro mando <Barboza><Guarda>  
 30 que toda apessoa dequal quer qualidade econdi-  
 Çam que seja moradores nessa Villa do icó esseu  
 termo dentro notermo de dias da publicaçam des  
 te deitelecto e o conserar pelo tempo dehum anno  
 contado damesma publicação assaber us primeiros  
 35 Seis mezes seram delicto rigoroso easoutras Seraõ  
 M[deteriorado] aliviadoz: pena de que toda equal quer pessoa  
 que culpavelmente faltar aestadevida demonstra  
 çam será condenada Na pena deseis milreis 6000,  
 pagos dacadea ametade para quem acuzar eaou  
 40 tra para adespeza deste conselho. E quando as  
 segundo m/digo/aosegundo objecto mando que  
 em todas as cazas dessa mesma villa etermo  
 sem excepsam seponham luminar as três  
 noites susecivas que principiaram nanoi-  
 45 te do diadecimo contado desde adapublicaçam  
 deste inclusive: pena de destustoens por cada 100/  
 huma das noites que faltarem com assobre  
 dicta applicaçam epagas dacadea. E para  
 que venha anoticia detodos mando aCamera  
 50 desta mesma Villa que faça publicar este  
 Edital eoficxar No lugar mais publico  
 della. Dado epassado navilla dessaõ  
 Jozeph deRibamar do Aquiráz quatro  
 de Julho e mil setecentos setenta  
 55 essete. E eu Prudente Pessoa da Veiga Es-  
 crivam dacorreiaçam assobrescrevy= Joze  
 DaCosta Dias Barros= Enam ssecon  
 tinha mais em dito Edital qui eu *Manoel* Anto  
 nio Carvalho dovalle Escrivam da Camera  
 60 eos [deteriorado] nesta villa denossa Senhora daico



Fl 135v

Do ico pertaçam daeles esseu termo capita  
 nia do Ceará grande porsua Magestade  
 fidelíssima que Deos guarde etc [ilegível]  
 bem efielmente do propiro Edital aque me  
 65 Reporto efuia naverdade ssem Couza queduvi  
 dafaça e o torney a dar amesma Camera,etam  
 bem as cartas que pegam digo quefiz [ilegível]  
 des defolhas sentoetrinta e cinco as que fo  
 lhas sento etrinta equatro eestá naverdade  
 70 Sem couza que duvidafaça [ilegível] ea  
 Signey com meu signal de que uso  
 Nes tasobredicto villa enossa senhorada  
 Expectaçam do icó aos vinte e hum dias do  
 mes dejulho do anodoNascimento deno-  
 75 So Senhor Jezus Christo demilssetecentos se  
 tenta e sete anos. Fis escrever e aSigney

Emfedeverdade oEscrivamdaCamara  
Manoel AntonioCarvalhodoValle[arabesco]

EDITAL 12

CAIXA 27 LIVRO 85 FÓLIO 36r,v; 37r,v e 38r

*[Handwritten text in Portuguese, likely a legal decree or edict, mentioning various officials and locations like 'Camara da Vila de São Paulo' and 'Camara da Vila de São Paulo'.]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*

*[Signature and name: Antônio de Albuquerque]*



Fl 36r

Registo de hum Edital que mandou  
lançar nesta Villa o Doutor *Ouvidor*  
*geral* e *coronel* desta *commarca* Victorino





Fl 36v

Victorino Soares Barboza, naqual manda  
 05 *Sua Magestade Fidellissima* erigir Villas os Vagamundos como abaixo [ilegível]

O Doutor Victorino Soares Barboza do Dezembargo de Sua Magestade Fidellissima Seo ouvidor geral no Crime ecivilme da esta Commarca do Ceará grande enellaCorregedor Prove-  
 10 dor da Real fazenda e da dos defuntos e auzentes capellas reziduos Juiz do Fisco real e dos confiscados pelo Santo officio juiz des funtos da coroa eIntendente da Policia tudo comselhada pelo ditto Senhor que Deos guarde [ilegível]= Faço Saber a todos os mora-  
 15 Distrito desta Villa doIcó que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Copeiro Mor Governador e Capitam General emCarta Sua de quatorse de Jnaeiro doprezente anno meenviou aCopia deoutra de ElRey Nosso Senhor devinte edous de Janeiro do anno proximo passado pela qual hé Servide das as Suas pas enecessarias providencias para que Cessem as Repetidas queixas dos crvis e atroztes insultos que nos Sercoens desta Capitania cometendo os Vadios facinorazos Vagamundos que pella falta da pulicia settendoocasionado nelles contra Si faça publicar e fixar para vir a noticia detodos como Sem  
 20 e obrigado acumprir pela razam do ditto cargo cujo senhor damesma Carta Regia Héo Seguinte=Copia=Comde deVilla Mor Governador e Capitam General daCapitania dePernambuco eParahiba // Amigo Eu El Rey vio muito Saudas como aquelle que amo// Sendome prezentes emmuitos e muito Repetidas queixas os Crvez e atroztes insultos que nos Sertoens dessaCapitania tem Comme ttia os vadios efacionorazos que nelles vivem como feras Separados da Sociedade Civil e commereiro hummano, Seu Servido ordena que todos os homens que nos dittos sertoens Seacharem Vagamundos ou em Sítios volantis Sejam logo obrigados ascharem lugares ocommodados para viverem juntos em Povoacoens Civiz que pela menos Tenhaõ SuSincoenta fogos para cima com Juiz ordinario vereadores

Handwritten text in a cursive script, possibly a historical document or manuscript page. The text is dense and covers most of the page area.



Fl 37r

Procurados do conselho repartindo-se entre <Barboza guarda>  
 40 elles com justa proporção as terras adjacentes e isto  
 de baixada pena de que aquelles que no termo com  
 petente que selhes assigna nos editais que sefixa  
 rem paraesti effeito nam apparecerem para se  
 congregarem e reduzidurem a Sociedade Civil nas Po  
 45 voacoens acima declaradas seram tratadas como Salti  
 adores de caminhos inimigos communs e como tais que  
 punidos com a civilidade das Leys exceptuando com  
 tudo primeiramente as ossicinas que com criados es  
 cravos e fabrica de Lavoura vivem nas suas fazendas  
 50 subgeitos a serem infestados daquelles infames apes  
 [ilegível] Vadios em Segundo Lugar os Ranxeiros que  
 nas estradas publicas seachaõ estabelecidas com se  
 es Ranxoes para a hospitalidade a commodidadados  
 viadantes em beneficio do comercio e comoni  
 55 cação da gentes, em terceiro lugar as bandeiras ou  
 tropas que em corpo da sociedade Vtile [ilegível] lvaõ  
 dos Sertoens congregados em Boa vniam para nelle  
 fazerem novos descobrimentos Sou Servido entre Sis  
 quenos mesmo rosseiros rancheiros e tropas de bandei  
 60 ras tenham toda anecessaria autoridade para  
 prenderem Remettterem as cadeas publicas das com  
 marcas que tiverem mais vizinhas todos os homens  
 que acharem disperzos ou seja nos ditos chama  
 dos sítios volantes sem istabelecimento prima  
 65 nente solido ou Seja nos caminhos e matos  
 remettendo com elles [ilegível] os lugares estados  
 e circunstancias em que estiverem ao tempo em que  
 os em contrarem com as justificaçoens feitas com  
 as pessoas que as tais prizoens assistiriam posto que  
 70 não sejam officiaes de justiça para que pa [ilegível]  
 tes cazos lhe concedo autoridade publica combenefi  
 cio da tranquillidade dos meos fies Vassallos// para



Fl 37v

Para melhor execução excarmento de homens tam infa  
mes etam perniciosos, mando que nas commarcas desse go  
75 verno sicobrirem inviolavelmente os decretos e Leis da Po  
licia que tem estabelecido neste Reýno mesmo augo publi  
co servido de intendente da Pulicia nessa capitania  
oOuvidor geral desta e nas outras Commarcas os Seos Respec  
tivos Ouvidores gerais para assim Secobrirem inviolável  
80 mente vos mando remeter os sobreditos Ley edecretos os quais  
fareis dar a sua devida execuçaõ depois de publicados sem duvi  
da ou embargo algum qualquer que lhe seja e que tudo fare  
is executado com aquelle zelo e atividade que devoz confio//  
Escripta no Palacio de Nossa Senhora daAjuda avinte  
85 dous de Iulho de mil sette centos e sessenta e seis // para o conde  
de villa [ilegível]// primeira via// cumprasse como sua Magesta  
de manda registada nos livros da Secretaria deste Gover  
no sepassem as ordens necessarias // Recife treze de janeiro  
demil sette centos sessenta e sete// conde Copeiro mor//  
90 registada afolhas vinte e sinco do livro settimo do registo  
de ordens reais que Servem na Secretaria de Pernambuco  
este em treze de janeiro de sessenta e sette // Joseph Goncalvesda  
Fonseca // Enaõ Secontinha mais em ditta carta em com  
primentada qual na parte que me pertence executa naõ  
95 se com Ouvidor geral e corregedor damesma capitania  
mas tam bem como intendente da Leis novíssima da Pulicia  
nella em nome do Sobredito Soberano Senhor Faço este  
que athe ovltimo dia do anno presente seham de acharjaõ  
tas todas aquelles pessoas que achara comprehenda a sobre  
100 ditta carta regia em povoaçõens civiz que já estiverem [ilegível]  
tass eu nas que denovo sehaõ de erigir na referida confor  
midade della debaixo das penas que amesma impoem aos  
transgressores rebeldes inobidentes epara que assim [ilegível]  
tue na forma das mais instruçoens que houverem para  
105 a Criçaõ das novas Povoaçõens que sedevem erigir para  
a sua assistencia serem os sobreddittos comprehendidas  
obrigados acomparecerem perante mim no termo para



Fl 38r

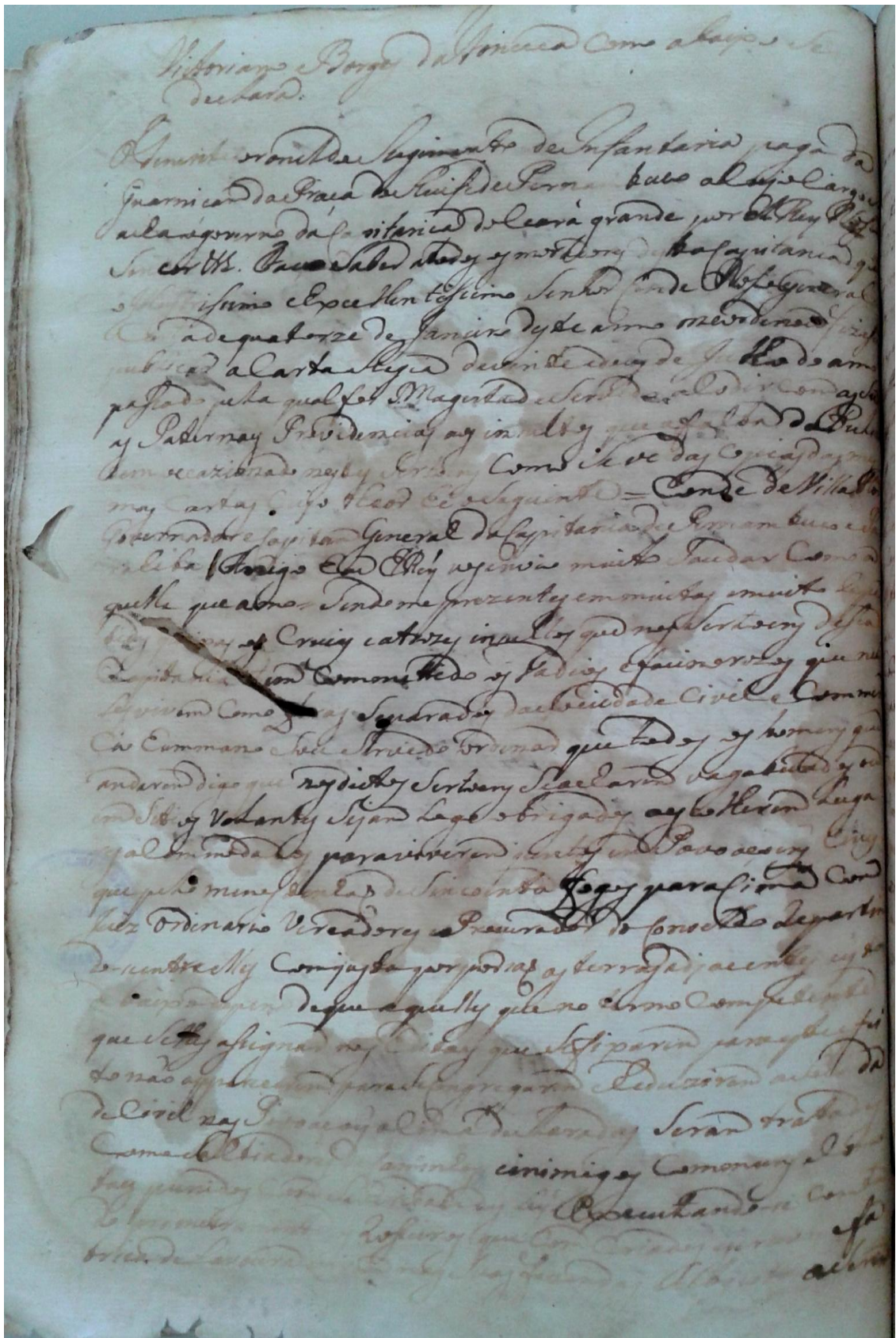
Termo peremptorio de arez mezes que prin  
 cipiaraõ acorres dedia em que SepuBlicar afi  
 110 xar Edital em cada huma das villas desta  
 commarca para onda logo sepassarõ os necessa  
 nos por mim assignados derigidos aos Juizes ordina  
 rios para ofazerem fielmente registrar nosli  
 vros das respectivas camaras edepois depublica  
 115 dos seraõ fixados pelos escrivães delas e de ficar  
 assim executada Se Hemetera contidam imforma  
 do dia em ofazem para ser ciente e poderiu  
 di cialmente proceder contra os ditos transgressores  
 e para vistado o referido anoticia de todos esse  
 120 não podem alegar ignorância assim seexecute=  
 Dado epassado nesta villa de Sancta Cruz de Ara  
 caty aos trinta de mayo demil sette centos Ses  
 senta esette annos ehu dias Paes deSeu [ilegível]  
 dança escrivão o Sobscrevy= Victorino Soares Bar  
 125 boza= Registado no livro Segundo de Registo que  
 serve nesta Camara a folhas trinta e seis verso=  
 villado Jcò a 14 de junho demil sette centos ses  
 senta esette= Filix Joseph de Andrade= Escrivão  
 daCamara= Enaõ Secontinha mais nem menos  
 130 em ditto edital que eusobredito escrivão aqui  
 bem efielmente o registei nesta Villa do Icó  
 quatorze de junho de mil sette centos sessen  
 ta e sete

IntestemôniuVeritatas [arabesco]

135Felix Joseph Andrade[arabesco]

### EDITAL 13

CAIXA 27 LIVRO 85 FÓLIO 38r,v; 39r,v e 40r





Fl 38r

Registo de hum Edital que mandou lancar  
ao Somdecaixas o Senhor Tenente Coronel e  
*Governador* desta capitania Antonio Jozeph *Victorino*

Fl 38v

05 Victorino Borges da Fonceca como abaixo se  
declara

O Tenente Coronel do Regimento de Infantaria paga da  
Guarniçam da Praça de Recife de Pernambuco acoaisocargo se  
acha o governoda Capitania do Ceará grande por El Rey Nosso  
Senhor etc. Faço Saber a todos os moradores desta capitania que  
10 o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Nosso General em  
Carta de quatorze de Janeiro deste anno me ordenou Fizesse  
publicar a Carta Regia devinte edous de Julho do anno  
passado pella qual foi Magestade Servido alodir com as Su  
as Paternas Providencias aos insultos que afacon da Pulicia  
15 tem occasionado nestes Sertoens Como Se ve das copias das mes  
mas Cartas Cujo theor heo Seguinte= Conde de Villamor  
Governador e Capitam General da Capitania de Pernambuco e Pa  
rahiba amigo ha El Rey [ilegível] muito Saudar como a  
quelle que amo = Sendo me presentes em muitos e muito repe  
20 tidas queixas os Cruetas e atrozes insultos que nos Sertoens dessa  
Capitania tem Commettido os Vadios e facinorozos que nel  
les vivem Como feras Separados da Sociedade Civil e Com mes  
Cio hummano Sou Servido ordenar que todos os homens que  
andarem digo que nos dittos Sertoens Seacharem vagabundos  
25 em Sítios volantes sejam logo obrigados a escolherem luga  
seja Commodados para viverem juntos em Povoaçãoens Civis  
que pelo menos tenhaõ de Sincoenta fogos para cima com  
Juiz ordinario vereadores Provedor do Conselho repartin  
do-se entre elles com justas porporzaõs as terras adjacentes  
30 de baixo da pena deque aquelles que no termo competente  
que selhes assignas nos Editais que se fixaram para este effei  
to não apparcerem para Se congregarem reduziram a Sociedade  
de Civil nas Povoaçãoens acima declaradas serem tratados  
Como Saltiadores de caminhos inimigos Communs  
35 Tas punidos com Severidade das leis Executando-se com tu  
do primeiramente os Rosseiros que com Criados escravos e fa  
brica de Lavoura vivem nas Suas Fazendas Subjectos a Serem



Fl 39r

Serem infestados daqueles infamis e perniciosos <Barboza guarda>  
 vadios em Segundo Lugar o: Ranxeiros que nas estradas  
 40 das publicas Se acham esta belecidos como Seos ranchos  
 para ahospitalidade e utilidade dos viandantes em  
 beneficio do commercio e da communicação das gentes  
 em terceiro Lugar as Bandeiras ou tropas que em corpo  
 e civilidade util e louvavel dos Sertoens congrega  
 45 dos em Boa vniam para nelles fazerem novos [ilegível]  
 tes Sou Servido outro Sem que os mesmos rosseiros Ranxe  
 ros e tropas de Bandeiras tenham toda a necessária  
 authoridade para prenderem e renettarem as cadeas publi  
 cas das commarcas que estiverem mais vizinhas que di  
 50 go vizinhos todas os homens que acharem des perigos  
 Sejam nos ditos Sítios chamados volantes Sem esta  
 belecimento permanente sollido ouseja nos cami  
 nhos e mattos remettendo com elles autuados os Lugares  
 estadas circunstancias em que estiverem ao tempo em  
 55 que os em Contrarem com as Justificaçoens feitas  
 com as pessoas que as tais prizoens assistirem porta que  
 não sejam officiais da Iustiça porque para estes  
 cazos lhes concedo authoridade publica em beneficio  
 da tranquillidade dos meos fieis Vassallos para melhor  
 60 Execução [ilegível] mentade homens tam infames e tam  
 perniciosos mando que nas commarcas desse Gover  
 no Seobriuaõ inviolavelmente os deretos e Leis'  
 da Policia que tem estabelecido neste Reyño o mes  
 no [ilegível] publico Servindo de intendente nessa  
 65 digo Intendente da Policia nessa Capital ouvido  
 ria Geral desta e nas outras Commarcas os Seos Res  
 pectivos ouvidores Gerais para assim sobre  
 ve inviolavelmente vos mando Remeter as Sobre  
 dittas Ley's e Decretos as quais fazeis dar a Suadevida  
 70 execuçaõ depois de publicadas sem duvida o embar  
 co algum qualquer que elhe que seja o que tudo fareis ex  
 ecutar com a quelle zello e atividade que denoz  
 comfio=Escripta no Palacio da Nossa Senhora desta



Fl 39v

Senhora da Ajuda a vinte e dous de julho de mil sette centos Ses  
 75 senta e Seis = reis = Para o Conde da Villa = Primeira[ilegível]=  
 Cumprasse Como Sua Magestade manda Registada na Se  
 cretaria deste Governo Sepassem as ordens necessárias // [ilegível]ter  
 ze de Janeiro de mil SetteCentos Sessenta e Sete = Conde  
 Copeiro mor = Registada a folha vinte e Cinco do Livro Set  
 80 timo do registo das ordens Reais que Servem na Secretaria =  
 Penambuco Recife treze de janeiro de mil SetteCentos e sés  
 senta e sete # Joseph Goncalves da Fonseca = Incluza remeto  
 a vossa merce o exemplar da Carta Regia da data de vin  
 te e dous de Julho de setecentos Sessenta e Seis assignada  
 85 pela real manda Sua Magestade para que fazendo  
 a registrar nos Livros da Secretaria desse governo e pu  
 blicar [ilegível] da caixa em todas as E[ilegível] mais  
 publicos de Sua jurisdicção Sem duvida ou [ilegível] =  
 algum qualquer que lhe seja tenha a devida obser  
 90 vancia na parte que a Vossa merce faça o que [ilegível]  
 Soberano Senhor ordena a Cópia fim fará vossa mercê  
 declarados Editais e tempo certo que lhe parecer pro  
 porcionado [deteriorado] os comprehendidos devem ter previni  
 do' execuçaõ que os absolverá da pena impost tudo es  
 95 pero vossa merce ministro [ilegível] [ilegível]  
 fio de Sua capacidade = deos guarde a vossa merce  
 Recife de Penambuco quatorze de Janeiro de Sessenta  
 e Sete = Condi Copeiro mor = Senhor Antonio Joze  
 ph Victoriano Borges da Fonseca = Em cuja obser  
 100 vancia declaro que athe o vltimo deste anno Sehaõ Seachaõ  
 juntos em Povoaçoes Civis todas aquelles que comprehenda  
 desta Carta Regia e abaixo das penas que nelles Seimpoem aos trans  
 gressores e para que assim Seexecute na forma das mais instru  
 çoes que a este Respeito hoverem Sepossaõ formar as mesmas  
 105 Poviaçoes Seram os dittos comprehendidos obrigados appa  
 recerem perante aos Capita'is Mores e Commandantes das Siv  
 as Respectivas freguesias no termo peremptorio dittos mezes  
 que se contaram do dia em que este Sepublicar e para isso  
 faraõ os destas Capitaes Mores das freguesias declararem



Fl 40r

110 Declararem aoque dellenal dia da publi<Barboza guarda>  
 cação para que os mesmos Capitaes mores[ilegível]  
 [ilegível] dantes imediatamente que se completam  
 o ditto termo possam enviar relaçoens [ilegível]  
 exactos destritos os que nas suas freguesias tive  
 115 rem apparecido para SeCongregarem Reduzi  
 rem aSociedade Civil nas Povoçoens queSua  
 Magestade Subestabelecer para que chegue a  
 noticia de todos e a nen hum tempo sepossa alle  
 gar ignorância Sepublicará [ilegível]som de cai  
 120 xas nos Lugares mais publicos desta capitania  
 depois de Registado na Secretaria deste Gover  
 no mais partes aqui [ilegível]= Dado nesta villa  
 do Fortalleza de Nossa Senhora da Assumpsaõ de bai  
 xo demeo Signal e Sinette de minhas Armas aos  
 125 dezanove de May'o demilSetteCentos Sessenta  
 eSette e Eu Felix[ilegível] [ilegível]Secretario  
 deste Governo o fiziscrever=Antonio Jozeph  
 Victorino Borges da Fonseca = [deteriorado] Sine  
 te das Armas registado no livro dessimo afo  
 130 lha dezanove [ilegível] [ilegível] [ilegível]  
 Mayo de milsettecentos e sessenta e sette// Felix  
 [ilegível] Matos // E não Secontinha mais nem  
 menos em dito Edital de ordem regia que eu Fe  
 lix Iozeph de Andrande Escrivaõ da Camara nesta  
 135 villa do Ico' aqui o registei bem e fielmente a  
 que me Reporto [ilegível] naverdade Sem couza que  
 cauza duvida por que o Registo com o proprio  
 li[ilegível] [ilegível] escrevy e assignei nesta ditta Villa  
 Do Ico' [ilegível] de Iunho de 1767

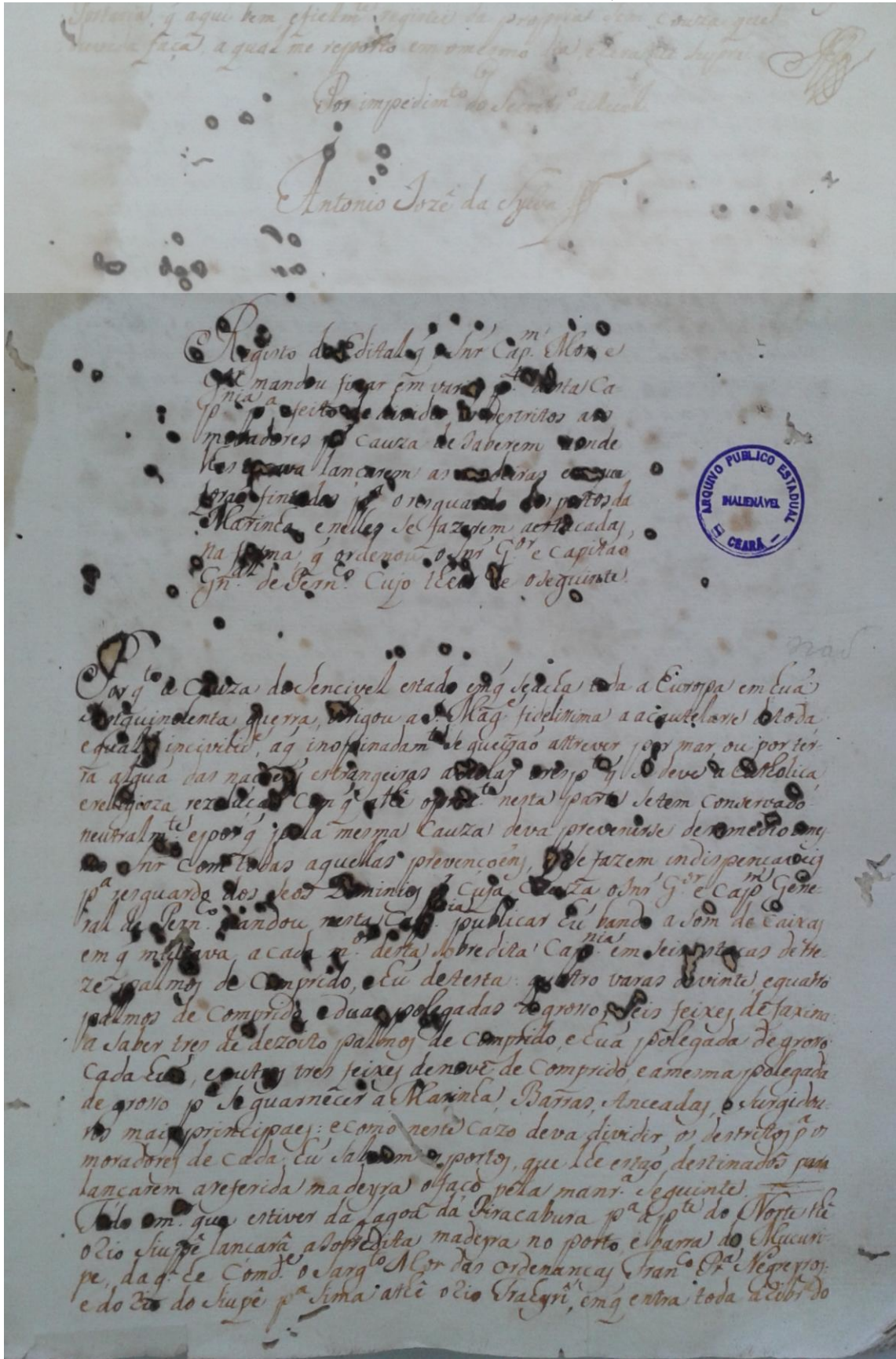
140

IntestemõniuVeritatas [arabesco]

Felix Joseph Andrade[guarda]

# EDITAL 14

CAIXA 27 LIVRO 86 FÓLIO 5 r, v





Fl.5r

- Registo de Edital *que* o *Senhor Cappitam* Mor e *Governador* mandou fixar em varias *partes* desta *Cappitania para* efeito de dividir os Distritos aos moradores por cauza de saberem aonde
- 05 lhes tocava lançarem as verdadeiras em que foraõ fintados *para* o resguardo dos portos da Marinha, e nelles se fazerem aestacadas na forma *que* ordenou o *Senhor Governador* e capitão *general* de *Pernanbuco* cujo theor he o seguinte
- 10 Por *quanto* a Cauza do sencivel estado em *que* seacha toda a Europa em huã sanguinolenta guerra, obrigou a *Sua Magestade* fidelissima a acautelarse de toda equalquer incivilidade *aque* inopinadamente se queiraõ atrever por mar, ou por terra alguã das nações estrangeiras [deterriorado] a respeito *que* se deve a catholica, e religiosa rezolução com *que* a thê oprezente nesta parte setem conservado
- 15 neutralmente e por *que* pela mesma cauza deva prevenirse de remédio o mesmo *Senhor* com todas aquellas prevenções *que* se fazem indispençaveis *para* resguardo dos seus Dominios por cuja cauza o *senhor Governador* e *Cappitam* *general* de *Pernanbuco* mandou nesta *cappitania* publicar hu bando a som de caixas em *que* multava a cada *morador* desta sobredita *Cappitania* em seis estacas de
- 20 ze palmos de comprido, e hu de testa: quatro varas devinte, equatro palmos de comprido, e duas polegadas de grosso, seis feixes de faxina a saber tres de dezoito palmos de comprido, e huã polegada de grosso cada huã, e outros tres feixes de nove de comprido, e a mesma polegada de grosso *para* se guarnecer a Marinha, Barras, Anceadas e surgidouros
- 25 mais principais e como neste cazo deva dividir os destritos *para* os moradores de cada huã saberem os portos, que lhe estaõ destinados para lançarem a referida madeyra o faço pela maneira seguinte.
- Todo *morador* que estiver da Lagoa da Piracabura *para* a *parte* do Norte thê o rio Siupê lançará a sobredita madeyra no porto e barra do Mucuripe, da qual he *Comandante* o Sargento Mor das ordenanças Francisco Pereira Negreyros
- 30 e do rio do Siupê *para* cima athê o rio trahyrî, em *que* entra toda a ribeira do

Do Curi, e Carindi, inclusive lancaram a mesma madeira no porto do Pa-  
 ri, do qual se tem de Alferez das mesmas Ordenanças, por An. Glz. e do  
 Rio do Sul, p.<sup>a</sup> Sima até a rib. da incluzão, do Bracatyani lan-  
 çam no porto, e barra do Mandatu, do q. se Com. Cap. das Ordenan-  
 ças, por An. Glz. e do Bracatyani p.<sup>a</sup> Sima até Rio S. Barbara  
 lancaram no porto do Rapagê, do qual se Com. Cap. dos Auxiliares, por  
 An. Glz. e do Rio S. Barbara p.<sup>a</sup> Sima em q. entrão inclusive  
 os moradores da Cap.<sup>a</sup> do Curitiba até a extremas desta Capiti-  
 tania Com. a do Paulo, lancaram no dois portos do Camuti, e Pariqua-  
 quara dos q. se Com. Cap. dos Auxiliares, Jorge da Costa, p.<sup>a</sup> Sima  
 de Alferez, e Alferez da mesma Com. Jorge da Costa, e do. E da par-  
 te do Sul a morador da Lagoa de Itacabuna até Rio Malgozi-  
 nado, lancaram no porto do Guape, do qual se Com. Cap. dos Auxili-  
 ares Apollinario Gomez, e do Rio S. p.<sup>a</sup> Sima até a rib. do Rio  
 Itaparipe, em q. entrão inclusive os moradores do Botinilê, lancaram  
 no porto do Itacabú, do qual se Com. Cap. de Alferez e Estouro de Bar-  
 ros Rego, e da outra banda do Rio Itaparipe, até a barra das pedras  
 lancaram na dita barra do Itaparipe, do qual se Com. Cap. dos Auxi-  
 liares Teodoro de Al. e do. E da parte das pedras p.<sup>a</sup> Sima até  
 o boqueiro, em q. ficão inclusive os moradores de Itacabú, e Guiz-  
 zemobim lancaram no porto do Itiro grande, do q. se Com. Cap. dos  
 Auxiliares, Joze de Brita Macleado, e dos boqueiros p.<sup>a</sup> Sima to-  
 dos os moradores q. pertencem a do Rio Lancaram no porto do Iti-  
 ro pequeno, do q. se Com. Alferez dos Auxiliares Joze de Brita  
 de, e os farias, e outros dentro do termo p.<sup>a</sup> Sima de Cu. maz. de Iti-  
 ro grande, e de Itiro das penas, nelle impontas, pois sem embargo, al-  
 guns dos referidos moradores, e não cabendo mais ao Centro do Cer-  
 to, e afastados da Matinca, e parte q. se mandam fortificar, e tudo  
 p.<sup>a</sup> Sima, e os escravos, e famulos podem mandar Cost. q. a referida madei-  
 ra abriga dos mesmos portos, como se está praticando em m. da par-  
 te do Norte, ainda quando não finta, e deve ser praticada en-  
 tre todos Com. iguais, e a Corte do referido mand. e fixo este nos  
 lugares publicos desta Capitania, e para de Regorad. m. de Secn-  
 taria, da Fortaleza, do de Setembro de 1762. // Que do // Enão  
 e continca mais em o. Dital q. a que vem, e ficam te registos do pro-  
 prio sem contra q. duvida feita, em 10 dias do dito mes. a firma  
 declarado.

Por impedim<sup>to</sup> de Sec. B.

Antônio Joze da Silva //

Do Curû, e Canindê incluzivel lançaraõ a mesma madeira no porto do Parã, do qual he *Comandante* o Alferes das mesma ordenanças *Francisco Antonio Gonçalvez* edo

35 rio do Trahiry *para* sima athê a *ribeira* toda incluzivel do Aracaty assû lançaraõ no porto, e barra do Mondahû, do *que* he *Comandante* o *Cappitam* das ordenanças *Francisco Xavier de Goiz* e do Aracatyassû *para* sima athê o rio Iaybaraz lançaraõ no porto do Itapagê, do qual he *comandante* o *Cappitam* dos Auxiliares *Ignacio Ioaõ Coimbra* e do rio das Jaybaras *para* sima em *que* entraõ incluzive=

40 is todos os moradores da *ribeira* do Curuayû athê a extremas desta capitania com ado *Piauhý* lançaraõ nos dois portos do Camussî e Iariquaquara dos *quaes* saõ *Comandantes* o *cappitam* dos Auxiliares *Iorge da Costa* - [deteriorado]

o Alferes, e o Alferes da mesma *compania* *Iorge da Costa*, e *Araujo*. E da parte do sul os *que* morarem da Lagoa da Pirâcabura athê o rio Malcozi=

45 nhado lançaraõ no porto do Iguape, do qual he *Comandante* o *cappitam* de *Auxiliares Apollinario Gomez* [deteriorado] e do *ditto* rio *para* sima athê a *ribeira* do rio Iagoaribe, em *que* entraõ incluzivel os moradores do Botiritê lançaraõ no porto do Uruhahû, do qual he *Comandante* o Alferes *Christovaõ de Barros Rego*, e da outra borda do rio Iagoaribe athê a passage das pedras lançaraõ nas ditas barras de Iagoaribe da *qual* he *comandante* o *cappitam* dos Auxili=

50 liares *Theodozio de Araujo Abreu*; e da passage das pedras *para* sima athê os boqueiroens, em *que* ficaõ incluziveis os moradores de *Bonabuyû*, e *Quixeremobim* lançaraõ no porto do retiro grande, do *qual* he *Comandante* o *cappitam* dos

Auxiliares *Iozê de Souza Machado*: e dos boqueiroens, *para* sima todos os moradores *que* pertencerem a *villa* do *Icó* lançaraõ no porto do re=

55 tiro pequeno do *qual* he *Comandante* o Alferes dos Auxiliares *Iozê Ribeiro Freyre*, o *que* faraõ huns, e outros dentro do termo prefixo de hu mez do referido bando, e debaixo das penas nelle impostas, pois se embargo, *que* alguns dos refferidos moradores estejaõ habitando mais ao centro dos cer=

60 toãs afastados da Marinha, e postos que semanda fortificar, contudo pellos seos escravos, e famulos podem mandar cortar a refferida madeira a beira dos mesmos portos, como se está praticando em *muitos* da parte do Norte, ainda quando sendo finta geral deve ser praticada entre todos com *igualdade* e *para que* conste do refferido mando se fixar este nos

lugares públicos desta Capitania depois de registado nesta Secretaria *Villa* da Fortaleza 10 de Setembro de 1762// [Quelado] // E não

65 secontinha mais em o *ditto* Edital *que* aqui bem, e fielmente registei do proprio sem couza *que* duvida faça, aos 14 dias do dito mes asima declarado



Edital para os Inhamuns a respeito dos Vagabundos

Criminosos, dezertores, eaprenção de armas prohibidas

Luiz daMotta Feo eTorres, Professona Ordem deChristo, Fidalgo

Cavalleiro daCaza de *Sua Magestade Fidellissima* que [ilegível] epelo *mesma* Senhora seuCappitam

- 05 MorGovernador daCapitania doCearagrande edas Armas, eFortaleza  
 Damesma Capitania etc. Facó saber aos que este Edital virem eu tendome  
 Sidoprezente que apezardas providentissimas Ordens de *Sua Magestade* edos multi  
 plicados Bandos dosmeus Predecessores para senão consentirem vadios eciozos  
 nodestrito desta capitania, setem assaz augmentado oseu numero, econse-  
 10 quentente ados roubos assassínios einssultos que acada passo Cometem valen-  
 dosedo excessivo uzo das Armas prohibidas emdesprezo das Leys do Soberano  
 edos Sítios dezertos poronde vagaõ, e discorrem fugindo deviverem emssociedade  
 Civil embrenhados como feras nos matos doque resultaõ gravíssimos danos aRe  
 al Fazenda, eao socego publico, eparticular dos moradores epacificos que vivendo nas  
 15 suas fazendas, senão podem considerar seguros deserem assaltados daquelles preversos  
 individuos vagabundos: mepareceo portanto ordenar (como pelaprezente orde  
 no) atodos os comandntes de Distrito, eofficiaes deMilicias, que dapublicação deste  
 emdiante não consintaõ nos mesmos Distritos suspeitos alguns quenaõ verifi  
 quem oofficio trabalho ounegocio deque vivem, eos obriguem ahir viver  
 20 nas Povoaçõens ou Villas mais vizinhas: que os donos defazendas não conservem  
 nellas aggregados alguns fora daquelles homens que ocupaõ nas suas fabri-  
 cas, com tanto que não sejaõ criminosos ou dezertores, eque sabendo saõ taes



prendaõ, eremetaõ acadea mais vizinha como parte dasua con-  
 duta a entregar aos Juizes ordinários, que achando alguns com Ar-  
 25 mas prohibidas ousejaõ brancas oudefogo especialmente nas Villas,  
 ouPovoaçõens lhes façaõ apreheñaõ nelles eas remetaõ aosArma-  
 zem daFortaleza. E paraque chegue anoticia detodos mandei passar oprez<sup>e</sup>  
 por mim assignado esellado com osignete deminhas Armas quedepois depubli-  
 cado asomdeCaixas seraaffixado nolugar mais publico década destrito. Dado  
 30 nesta Villa daFortaleza deNossa. *Senhora* daAssumpçaõ em 25 deNovembro de 1791// E  
 euJoze deFarias quesirvo de secretario dasecretaria desta Capitania aescrevi//  
 Estava osello// Luiz daMotta Feo eTorres// Enaõ secontinha mais nodito E  
 dital quebem efielmente aqui registei noproprio dia eerasupra

Joze de Faria

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MANUSCRITOS

A humanidade não pode compreender-se, nem delinear seu futuro, sem apreciar seu passado.

Joachim Hermann

Nos capítulos anteriores, começamos a entrelaçar as linhas sinuosas e divergentes que nortearam a tessitura do trabalho com o objeto em estudo, os textos manuscritos. Até o momento, fixamos os motivos teóricos da pesquisa para agora preenchermos a trama, fazendo surgir, de um trabalho artesanal, um todo harmônico.

Dessa forma, seguimos em busca da compreensão de cada fenômeno presente nos manuscritos de maneira segmentada para, assim, exemplificar melhor cada aspecto abordado, mas sempre estabelecendo um paralelo entre as unidades analíticas, que compõem essa dissertação, evidenciando as estruturas que emergem da produção escrita de determinada época.

Toda produção escrita, seja atual ou pretérita, segue formas convencionalizadas pela sociedade, gêneros, para o atendimento das exigências de uma determinada prática social.

[...] os gêneros por nós produzidos dão, [...] legitimidade ao nosso discurso. Nesse particular, certos gêneros tais como *ensaios, as teses, os artigos científicos*, [...] assumem um grande prestígio, a ponto de legitimarem e até imporem determinada forma de fazer ciência e decidir o que é científico. E com isso chega-se inclusive à ideia de que não são ciência os discursos produzidos fora de um certo cânon de gêneros da área acadêmica. (MARCUSCHI, 2008, p.162, grifo do autor)

Na produção do gênero acadêmico dissertação utilizamos: Papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.; fonte Times New Roman; tamanho 12; espaçamento 1,5; parágrafo justificado com recuo de 1,5 cm e entrelinha 1,5; A numeração de páginas deve ser inserida no canto superior direito; no primeiro emprego de uma forma abreviada devemos inserir o seu modo desenvolvido etc.; o texto é dividido em capítulos para atender uma estruturação convencionalizada do gênero. O não atendimento de alguma característica formal do gênero pode gerar represálias dos virtuosos da área.



Essas formas de composição, aceitas por uma determinada sociedade, auxiliam na compreensão do funcionamento dos gêneros que podem estar em contextos formais, que diminuem as inovações no decorrer do tempo, ou em contexto informais, em que as variações ocorrem, naturalmente, com uma maior facilidade. Essa historicidade, gerada pelo contato dos textos com outros de mesma época e textos de períodos passados todos perpassados pelos contextos sociais, acaba por sedimentar as estruturas que estão presentes nos textos.

Da mesma forma o gênero edital do século XVIII segue padrões de composição. Portanto, as análises aqui empreendidas buscam observar esse tipo de estruturação formal que achamos de suma importância para caracterização dos elementos formais, presentes nos manuscritos analisados.

Iniciamos nosso percurso pela análise filológico-linguística, cindindo-o em quatro: fenômeno ortográfico, aspecto lexical, aspecto paleográfico e aspecto codicológico. Após os comentários filológico-linguísticos - da fase da ortografia em que se enquadram os manuscritos, do tipo de escrita, do suporte – continuamos a caracterização do gênero por sua estrutura formal com uma análise Diplomática<sup>23</sup>.

#### 4.1 ANÁLISE FILOLÓGICO-LINGUÍSTICA

Os processos de mudança e de variação são aspectos característicos próprios do desenvolvimento das línguas, pois “a língua é uma atividade social, histórica e cognitiva, desenvolvida de acordo com as práticas socioculturais e, como tal, obedece a convenções de uso fundadas em normas socialmente instituídas” (MARCUSCHI, 2008, p.64)

Nessa evolução da língua, fatores sócio-histórico-culturais convergem como marcas de identificação de uso em um determinado período, sendo um importante critério de análise filológico-linguístico por fornecer subsídios que possibilitam conhecer o contínuo de permanência, de continuidade, de mudança (inovação e desuso) etc. da escrita de uma determinada sociedade. Tomamos, dessa forma, como critério de análise a tradição escrita produzida em língua portuguesa para a melhor compreensão dos fenômenos linguísticos dos documentos da capitania do Ceará no século XVIII, aos quais passamos a estudar.

---

<sup>23</sup> Utilizamos, no decorrer deste trabalho, os termos: Diplomática e edição semidiplomática. O primeiro diz respeito à ciência Diplomática que estuda a estrutura formal dos documentos exarados por autoridades públicas. Já a edição semidiplomática é um tipo de edição realizada para salvaguardar o conteúdo histórico de um manuscrito, respeitando critérios (pré)determinados para a sua produção.

#### 4.1.1 Fenômenos ortográficos

Em seu percurso histórico, a ortografia portuguesa é dividida em três períodos distintos: o fonético, o pseudoetimológico e o moderno. Essa tradição inicia-se com os primeiros textos escritos em português estendendo-se à contemporaneidade. O período fonético caracteriza-se pela tentativa de representação fiel da fala. Ou seja, a escrita sofria uma forte influência de fatores orais, como a pronúncia, causando, assim, uma heterogeneidade da maneira de escrever em decorrência do escrito ser um retrato dos falares dos indivíduos. “A falta de uniformidade era absoluta e a maneira de escrever variava de autor para autor, de um copista para outro [...]”. (SILVA, 2010, p.97)

O período pseudoetimológico tem início, a partir do século XVI, quando surgem preocupações de eruditismos e do rebuscamento da escrita com a tentativa de resgatar e de redescobrir a cultura e a etimologia greco-latina. “Com a pretensão de ser etimológica, tal ortografia estava inçada de erros, de formas absurdas, totalmente contrárias à etimologia.” (SILVA, 2010, p.98).

O terceiro e último período da ortografia nasce após a publicação da obra *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana que codificou de forma pioneira a ortografia da língua portuguesa, ainda sob a influência dominante de Portugal. Esse acordo, como todos os outros, tem como objetivo uniformizar a escrita.

Nessa perspectiva histórica da ortografia poderíamos enquadrar cronologicamente o *corpus* de análise, datado entre 1729 a 1791, no período pseudoetimológico da ortografia de nossa língua. Contudo, a delimitação temporal não apaga as marcas de estilo dos escrivães que acabavam utilizando, também, formas do período fonético.

Na apresentação dos elementos lexicais, optamos por separar em dois grupos: das vogais e das consoantes, expondo as formas mais marcantes dessa ortografia.

**Quadro 2– das vogais**

<b>Letras</b>	<b>Ocorrências</b>
e por i	Quaes; capitaes (02); Paes; taes; officiaes (02)
o por u	Deos

u por i	Couza; dous
uso de y	Reyno (09); ElRey(08); rey; Mandey(02); debayxo; meyo (02); mayor; primeyro (04); Correyra; escrevy(04); Oliveyra; foy (02); leyloens; asigney (03); Ley (04); torney; Freyre; Sylva; Bonabuyu; mayo (04); inteiramente; dezoyto; Ferreyra; rigistey (04); procederey; Aracaty(assu)(02); madeyra (02); Negreyros; Trahyri (02); Jaybaras (02); Piauhy., Parahyba.
e por ei	Aldeas.

No tocante as consoantes, existem registros de uma escrita que tem como base elementos gregos e latinos, mas com a recorrente utilização dessa escrita e a falta de conhecimento das formas gregas e latinas fizeram surgir na ortografia portuguesa formas que não existiam nessas línguas.

**Quadro 3– das consoantes**

<b>Letras</b>	<b>Ocorrências</b>
cc	Occasionado;
ch	Christo (03); anechos; Christovaõ.
ct	(de)facto (04); directa; indirecta; Victorino (10); directorio (02); directores; respectivo(a)s (03); districto (03); sancto(a) (03); benedicta; delicto; objecto; dicta; expectaçam; exactos.
ff	Effeit(t)o; offenciva (03); reffido; refferido(s) (03); official; officiois (03); officiais (07); affixado.
gg	Aggressores; aggregados; Maggestade
gm/gn	Asignado; signal; Ignácio; signete; magnifesta; augmento
ll	Fidellissima; elles; nelle; pella; vassallos; aliados; naquella; particullar; castella; vassallos; azillo;sello; illustrissimo; Villa; delle; sellado; cavalleros; Mello; allcidente; Bulloenz; capellas; excellentissimo; aquelle; sollido; zello; Apollinario; allegar; daquelles.
mm	Commarca (11); commandantes; communicações; hummano; communs (02); commettia (02); commercio.
nn	Anno (18)
pp	Cappitam; cappitania(s); cappitaens; apparecerem;

	aparecido.
pt	Esripto(a) (03); ezcepto; promptos (04); peremptorio (02)
ph	I(J)oseph
pç	Assumpçaõ
th	Catholico (03); athe ou a thê (15); autoridade (02); authorizam; Theodozio; Mathias.
tt	Sobredittos; dittos(as); ditto(a); sette; Britto; datta; frotta; settendo; remetterem; remettendo; settimo; commettido; ttam; sinettes; atrever; settembro; Motta

As consoantes geminadas, apresentadas na tabela acima, já eram utilizadas no período fonético, passando a quase totalidade no período pseudoetimológico para restarem no período moderno apenas *rr* e *ss* com a normatização de Gonçalves Barbosa, em 1904. Além das características ortográficas apresentadas nos Quadros 2 e 3, temos, também, as permutas de grafemas: A escrita fonética é marcada com a representação grafemática nos manuscritos de alguns fonemas: o fonema /z/ em *caza* por *casa*; do /s/ em *certam* por *sertão*.

**Quadro 4- permutas de grafemas**

<b>Letras</b>	<b>Ocorrências</b>
z por s	caza, abuzo, reprezentação, cazo, custozo, invazam(ores), defeza, doz, apezar, aleivoza, vzem, couza, quaze, dificultoza, prezo, presente etc.
c por s	dezacete, certam; certoens; cessenta, registace etc.
m por n	incompativeis; enviara etc.
g por j	magestade; sugeitnadosse;
v por u	Vzem, vtilizar, vnirem; vzem; vnico; vniversal.

O conhecimento da história da ortografia portuguesa é um importante fator que permite observarmos as mudanças e os mo(vi)mentos gráficas da língua, possibilitando a compreensão de que as convenções são alteradas por ideologias de uma classe que domina as variantes de prestígio, controlando, de certa forma, o sistema de ortografia.

No primeiro momento da língua, quando não havia uma sistematização, os sujeitos escreviam tentando representar a fala, por isso ocorre casos como: *reyno*, *caza certam* etc. No segundo período, de influência renascentista, ocorre o uso de formas latinizadas que

por hipercorreção ou por eruditismo acabam por criar sequências lexicais que não existiam na língua base.

O período moderno é o maior expoente de uma dominação político-ideológica em que Portugal impõe, aos países que tem a língua portuguesa como oficial, uma sistematização. Em 1911, Portugal aprova o acordo, elaborado por Gonçalves Barbosa, sete anos antes, que reduz a quase zero as consoantes dobradas e outras ocorrências. Tal acordo culminou, em 1931, em uma nova sistematização da língua elaborada pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. Sendo revogado em território brasileiro em 1934, para uma nova estruturação, resultando na Convenção Luso-Brasileira de 1943 (Silva, 2010).

As mudanças geradas pelos acordos não são as únicas a influenciarem o sistema linguístico. O estabelecimento de uma nova organização social afeta a utilização e permanência de lexias que neste processo podem não atender as novas demandas sociais entrando em desuso ou mesmo resignificando, adquirindo novos usos, como veremos a seguir.

#### 4.1.2 Aspecto Lexical

As mudanças podem, também, serem observadas na utilização de determinadas lexias que representam as estruturas das instituições governamentais, sendo um reflexo direto das práticas administrativas de um período. A não utilização de alguma lexia na sequência histórica dos documentos pode representar uma mudança político-administrativa da organização pública, gerando também, uma mudança na língua.

No protocolo inicial ou mesmo na fórmula introdutória temos, após o nome de quem exara o documento, uma série de elementos referenciais que têm a função de dar força e validade à voz do sujeito que emitiu o documento com os cargos ocupados/adquiridos dentro das instituições. Os termos *cappitam general e cappitam-mor* fazem referência a dois cargos distintos da administração pública do século XVIII.

O vocábulo *capitão*, posto da hierarquia militar, é utilizado nos manuscritos com outra acepção. Ele está diretamente ligado à estrutura administrativa imposta pela metrópole que instituiu o sistema de capitanias hereditárias em que o nobre que recebia a concessão de terras na colônia era denominado de capitão donatário. Nas capitanias que

tiveram sucesso os administradores foram chamados de *capitães-generais*. As capitâneas menos prósperas foram anexadas jurídica-administrativamente às capitâneas exitosas economicamente, tornando-as capitâneas subalternas. Nessas regiões pouco desenvolvidas, o administrador era chamado de *capitão-mor*, possuindo uma posição inferior na hierarquia em relação aos *capitães-generais*.

Os capitães pertenciam às ordens religiosas de caráter militar, sendo um resquício das cavalaria no período das cruzadas. Essa atribuição dos capitães nos mostra a releção dos poderes da Igreja Católica e do Estado português:

Luis Diogo lobodasilva do conselho de sua majestade fi  
delissima comendador da comenda da Santa Mariade  
moncorvo da ordem de christo governador e capitam gene  
ral di Pernambuco Parahiba e mais Capitâneas anexas etc  
(Edital 02, linhas 06-09)

Os capitães eram, também, os chefes das ordenanças. Tal lexia, *ordenança*, Bluteau (1728, p.106) a define como regimento ou batalhão do exército: “[...] he o modo com que os esquadrões, batalhoens, & todas as mais cousas se ordenão, assim para marchar e combater.” Esses regimentos eram compostos por cidadãos das vilas que ficavam prontas para se apresentarem para os superiores dos regimentos, capitães, e em muitos casos compunham as milícias.

Atualmente o vocábulo *miliciano* é utilizado com sentido negativo do termo em que pessoas com treinamento militar assumem o controle de determinada região em detrimento da organização estatal, exercendo um poder paralelo. No século XVIII, o *miliciano* era um soldado das ordenanças. Esses sujeitos que compunham as *milícias*, ordens militares subordinadas a estrutura do estado com o intuito de proteger seus interesses, eram pessoas comuns das vilas “gente miliciana, he a gente bisonha, & soldados de Ordenança, em que entrão sapateiros, alfayates, & outros officiaes mecanicos.”(BLUTEAU, 1728, p.487)

Na hierarquia administrativa o *Rei* possui o maior cargo na administração, sendo referido nos documentos como *El Rey*. Essa denominação revela a proximidade entre as línguas românicas e pela interação entre as línguas portuguesa e espanhola. A lexia o rei é escrita na forma espanhola em que El é o artigo definido e Rey é o monarca que comanda. Bluteau (1728, p. 207), assim define:

Rei, ou Rey. Deriva-se do verbo Latino Regere, que vai o mesmo que governador, & he o titulo que se dà a Deos, Rey do Ceo, & e da terra [...]. Ha cinco modos de ser Rey, o I. pela graça de Deos, como Moysés; o 2. Pelas armas, como Alexandre, Cesar, Cyro; o 3. Por elyção, como os Reys de Polonia; o 4. Por nomeação do Principe, como quando Marco Antonio nomeou a Lucio Vero por seu sucessor; & o 5. por sucessão, como hoje el Rey de Portugal, D. João V. que Deos guarde. [...] denota jurisdição sobre todos os que vivem no seu Reyno [...]

Outra lexia utilizada para referir-se ao soberano é *magestade*. O termo mag(g)estade é recorrente nos editais aparecendo na expressão *Sua magestade fidellissima* (Editais: 01; 02; 11; 12; 14 e 15) ou na forma simples de *Sua Magestade* (Editais: 01; 06; 07; 08; 09; 10; 13 e 15). Essas lexias, *ElRey* e *Magestade*, são formas discursivas de retomada do soberano. O pronome tratamento *Senhor*, também, é utilizado como mecanismo de coesão textual para referir-se ao soberano, entretanto tal pronome pode ao depender do contexto textual designar um nobre ou algum funcionário da administração pública.

Registro do Edital do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Luis Diogo da Silva Governador e Cappitam Genreal [...] (Edital 02, linha 02)

O vocábulo *ouvidor*, na contemporaneidade, é utilizado com a acepção lata do termo. Os ouvidores podem ou não serem pessoas com funções jurídicas, hoje o cargo tem por função estabelecer a ligação ou interação entre uma pessoa externa da instituição e a estrutura administrativa da qual o ouvidor faz parte. No século XVIII os ouvidores eram juízes corregedores com a função de fiscalizar/inspecionar a administração pública, essa característica ainda é uma das atribuições dos ouvidores. A primeira ouvidoria do Ceará foi criada em 31 de outubro de 1721, porém a carta régia que cria definitivamente a Ouvidoria só foi exarada em 08 de janeiro de 1723, estabelecendo sua sede na vila de Aquiraz.

O Ouvidor deslocou-se do papel exercido na época do Brasil-colônia, que representava o Rei, aplicando justiça, junto à população, para uma inversão da representatividade. Hoje, o Ouvidor configura o cidadão, junto aos órgãos públicos. Ele tem o poder-dever de ser o liame entre o cidadão e a instituição. (ALENCAR, 2006, p.69)

O procedimento de transladar os documentos para os livros de registro era realizado pelo *escrivam/escrivaõ*. Termo que nomeia o sujeito que escreve os atos administrativos e o cargo jurídico-administrativo ocupado por esses indivíduos. Ao designar a pessoa, BLUTEAU (1728, p.228) o define como: “O que escreve actos públicos. Official de penna, que ganha a vida com as pontas dos dedos.”

A ocorrência do termo *escrivão*, geralmente, precede a expressão “*enão se continha mais nem menos em o ditto edital que eusobredito escrivão aqui bem efielmente o registei nesta Villa*” (Edital 12, linha 129-131), respeitando as variações da expressão, ela servia para garantir o afiançamento dado pelo *escrivão*.

O conhecimento dos termos utilizados no período colonial é um importante fator para o entendimento dos manuscritos, por isso realizamos esse breve comentário não esgotando a temática presente nos documentos. O conhecimento do sistema ortográfico e lexical é importante para a análise tipo de letra utilizada e das formas braquigráficas, pois facilitam o processo de leitura e compreensão, auxiliando para no entendimento dos caracteres utilizados pelos *escrivães*. O traçado das letras pode gerar confusão em leitores menos atentos, por isso, caracterizamos, a seguir, os tipos de letras e seu traçado até o sistema de sinais abreviativos.

#### 4.1.3 Aspectos Paleográficos

Os tipos de escritas, assim como o sistema ortográfico, são convecionalizados pelas sociedades que as utilizam. Berwanger e Leal (2008) diferenciam em sete tipos o percurso da escrita latina: capital; uncial; semi-uncial; cursiva; nacionais; gótica e humanística. Dentre os tipos elencados, podemos identificar e enquadrar o tipo de letra utilizada nos manuscritos dos editais que compõem o nosso *corpus* como humanística.

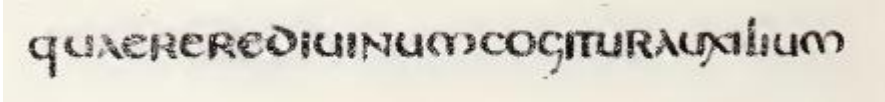
O modelo de escrita Carolina ou minúscula carolina, que acaba por culminar na escrita humanística, é classificado por Berwanger e Leal (2008) como um dos tipos de escritas nacionais que existiram. Tal escrita, desenvolvida na França no reinado Carlos Magno, dominou por mais de três séculos a forma de grafar as palavras por sua simplicidade nos ductos<sup>24</sup>. Contudo, a utilização por longos períodos acaba por exercer forças de mudança no traçado, evoluindo “numa verdadeira inversão da sua simplicidade e elegância, para a escrita *gótica*”. (SPINA, 1994, p.40, grifo do autor).

Mendes (1954, p.30), apresenta exemplos da escrita minúscula carolina e de sua variante gótica:

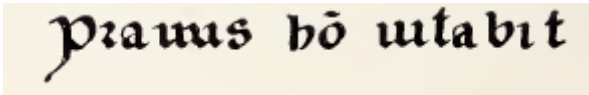
---

<sup>24</sup>Ductos: sucessão e sentido dos traços das letras.





(quaerere divinum cogitur auxilium)



(Pravus homo vitabit)

Em consonância a nossa perspectiva político-ideológica de dominação, Spina (1994, p.40) coloca que:

O Renascimento, que se caracterizou por uma adesão incondicional ao mundo clássico antigo e postulou um conceito pejorativo contra a Idade Média (identificando a imperfeição com o goticismo), relegou o estilo gótico pela profusão de artifícios e voltou as suas simpatias para um tipo de letra mais simples e mais pura, [...]; daí a reabilitação da antiga minúscula carolina, que supunham genuinamente romana. O novo estilo caligráfico redundou na chamada escrita *humanística* ou italiana, que entrou pelos séculos seguintes. (grifo do autor)

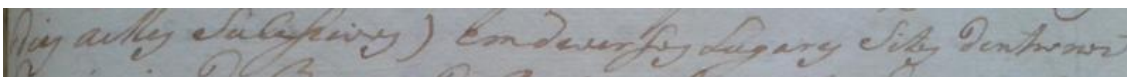
Nesse modelo, o escrivão possui um traçado contínuo sem intervalos, o que poderia causar e causou uma ausência de separação de palavras, pois não ocorria o descanso da mão,

o desejo de escrever mais depressa provoca o não levantamento da pena de sobre a superfície do papel. Dêsse modo as letras se vão, aos poucos, ligando umas às outras na escrita cursiva. E mudando de fôrma, conseqüentemente, por lhe serem adicionados os traços de ligação. (MENDES, 1953, p.24)

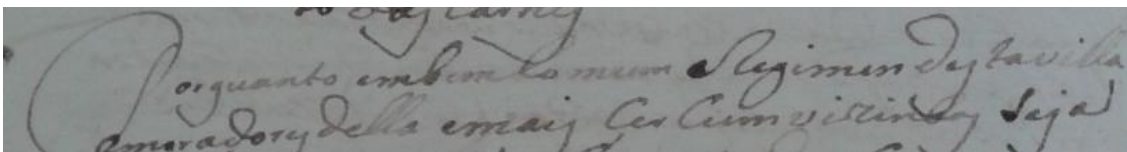
Os escrivães dos manuscritos aqui trabalhados têm um traçado homogêneo de escrita, sem muitos erros, com uma inclinação dos ductos, geralmente, à direita, respeitando as margens laterais dos fólhos e a pauta das linhas, mesmo que inexistentes.

Os editais foram escritos por 8 escrivães, o edital 14 tem a expressão “por impedimento do secretário”, fazendo referência que quem trasladou não ocupava a função de escrivão instituído pelo Estado. Todos os manuscritos, mesmo sendo redigidos por pessoas diferentes, mantêm o tipo de traçado e letras, em sua grande maioria, constantes com as características superiores de escrita humanística: escrita com ligaduras, hastes alongadas e inclinadas à direita, juntura de palavras etc. Como veremos nos exemplos seguintes:

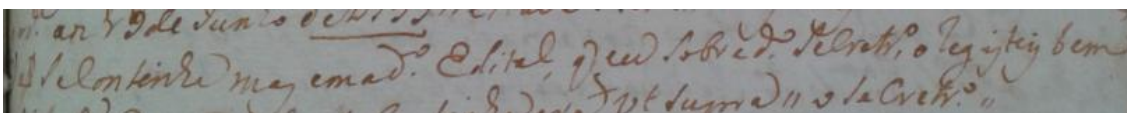
**Figura 5 - Edital 01: linha 11**



**Figura 6 - Edital 04: linha 03**

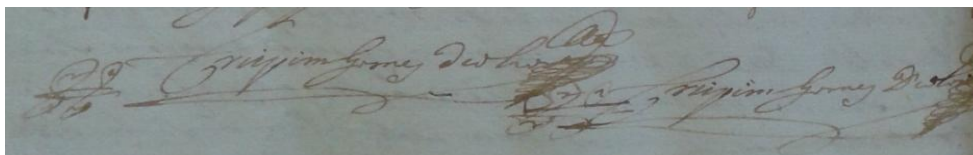


**Figura 7 - Edital 10: linha 22**



O escrivão, para dar validade às cópias dos documentos transcritos, os assinava e não os selava, pois os selos constavam nos originais e a forma de legitimar os documentos trasladados para os livros de registro era introduzindo uma marcação, arabesco<sup>25</sup>. Tal recurso, considerado por muitos como ornamental, serve para indicar o final da transcrição de um documento para que se inicie outro. Ou seja, os arabescos possuem a função de delimitar o fim dos documentos trasladados e ainda possibilitam uma garantia maior da não ocorrência de acréscimos em relação ao documento original. Trata-se de um recurso para impedir que algo estranho fosse acrescentado ao texto, afirmando a veracidade do documento. Em seguida, apresentaremos as 15 assinaturas dos escrivãos dos editais, aqui, trasladados.

**Figura 8 - Edital 01**



<sup>25</sup> Em conversas com funcionários do APEC e com frequentadores do arquivo, muitos professores de história, percebemos que os arabescos eram denominados de guardas. Para nós, o termo guarda é mais condizente com a função de validação do documento exercida por esses elementos nos manuscritos, pois a denominação arabesco reflete apenas a função ornamental herdada dos árabes em que existe um ducto entrelaçado.

Figura 9 - Edital 02



27/09/09  
Cristian Gomes De Lima

Figura 10 - Edital 03

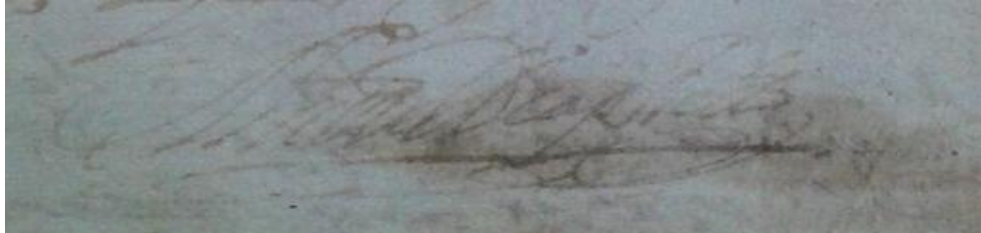
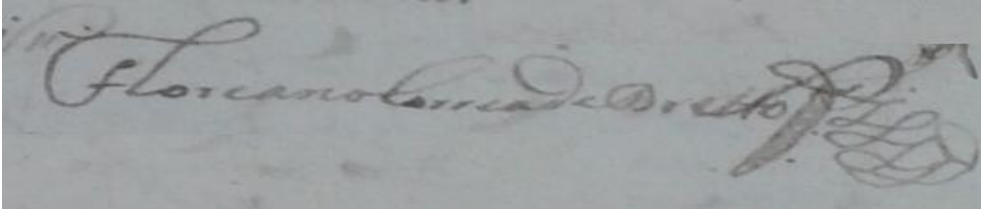
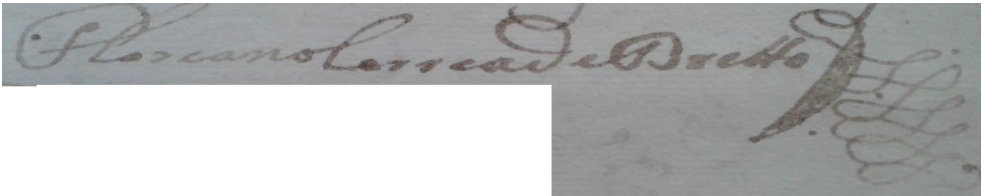


Figura 11 - Edital 04



11/09/09  
Florianos de Dredto

Figura 12 - Edital 05

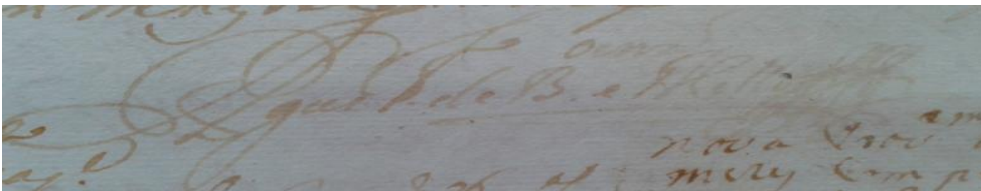


11/09/09  
Florianos de Dredto

Figura 13 - Edital 06

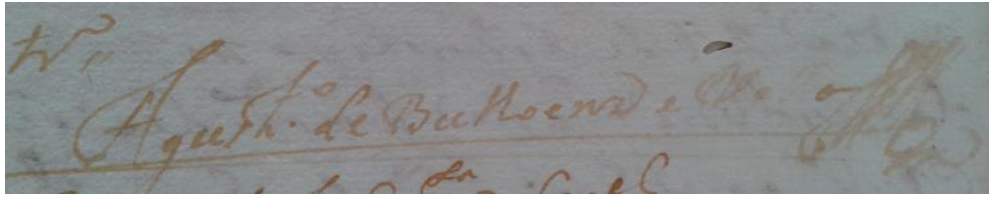


Figura 14 - Edital 07



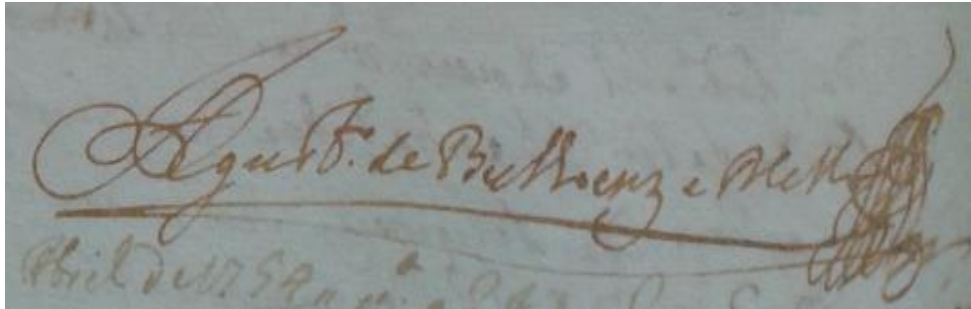
11/09/09  
Florianos de Dredto

Figura 15 - Edital 08



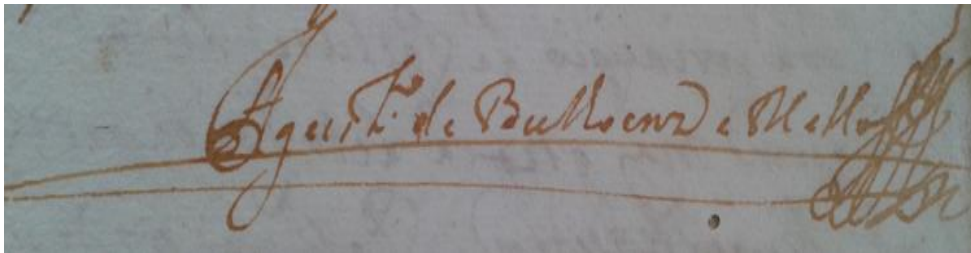
W<sup>o</sup>  
Agueda de Bulhoen e Mello  
Phil...

Figura 16 - Edital 09



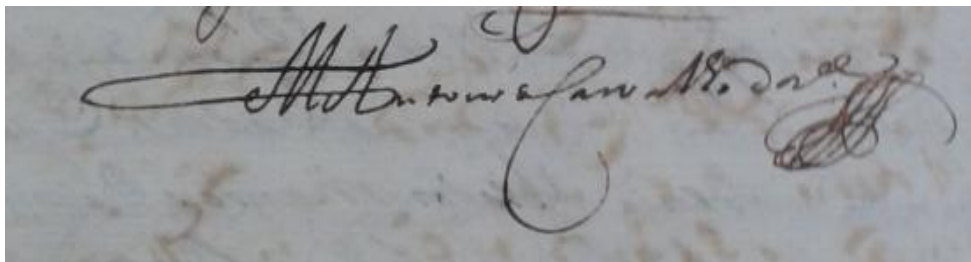
Agueda de Bulhoen e Mello  
Phil...

Figura 17 - Edital 10



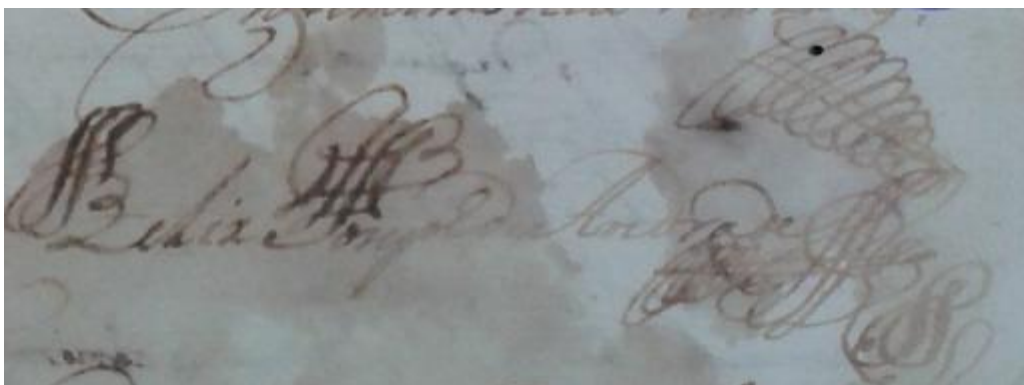
Agueda de Bulhoen e Mello  
Phil...

Figura 18 - Edital 11



Antonio de Jesus  
Phil...

Figura 19 - Edital 12



Antonio de Jesus  
Phil...

Figura 20 - Edital 13



Figura 21 - Edital 14

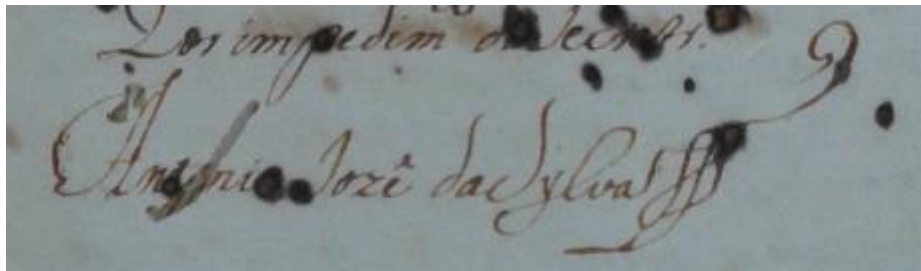
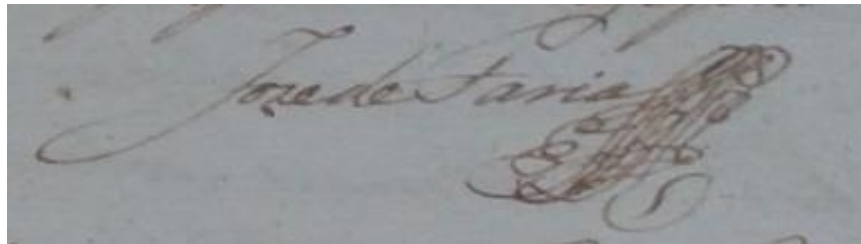


Figura 22 - Edital 15



Podemos perceber nos editais trasladados por um único escrivão (editais 06, 07, 08, 09 e 10) que os arabescos são reproduzidos na forma e no traçado característicos de cada escrivão, possibilitando a identificação de um padrão de assinatura e de produção dos arabescos para evitar e/ou identificar falsificações. Outro recurso, analisado pela Paleografia, é o baquigráfico que denomina a escrita reduzida ou abreviada de algumas lexias.

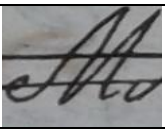

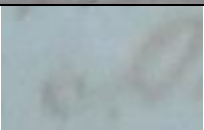
A abreviatura, sinal baquigráfico, é um recurso muito utilizado no processo de escrita, não só na contemporaneidade com o desenvolvimento dos suportes eletrônicos que possibilitaram uma interação dinâmica entre os sujeitos, mas da escrita geral. Esse imaginário de um fenômeno moderno que influência/atrapalha a escrita acaba por despertar o interesse e revelar uma área de estudo antiga, pois esse recurso de escrita reduzida existe desde o século II a. C.

Quando trabalhamos no percurso histórico da escrita adentramos na Paleografia, que procura compreender os sistemas de escrita, sendo isso “a chave da interpretação

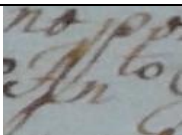
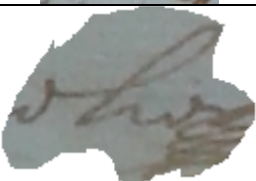

paleográfica” (SPINA, 1994, p.49). As abreviaturas são classificadas por Spina (1994) em seis tipos, como apresentado no capítulo 2: por siglas; por apócope; por síncope; por letras sobrepostas; por signos especiais; e por letras numerais.

Ao analisarmos os documentos, decidimos utilizar as categorias propostas acima, mesclando dois grupos, ou seja, classificamos em cinco tipos, formulando os quadros demonstrativos em quatro colunas: imagem/edição mecânica, transcrição diplomática, transcrição semidiplomática e referências do edital (ED) e linha (L). A indicação das abreviaturas aqui apresentadas são dos recortes das imagens que exemplificam a grafia, não representando que exista apenas uma ocorrência.

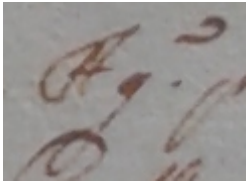





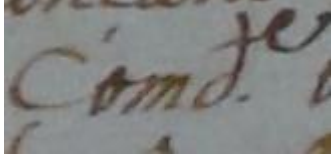
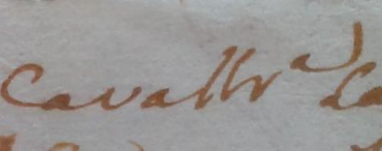

a) abreviaturas por sigla: ocorre a representação, apenas, da letra inicial

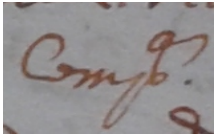
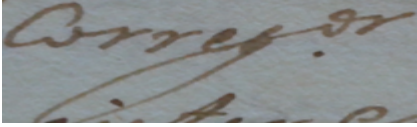
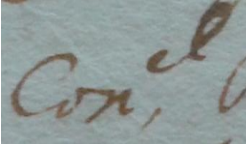
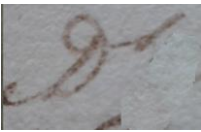






	M	<i>Manoel</i>	ED11: L78
	S:	<i>São</i>	ED08: L16
	S	<i>Sua</i>	ED12:L05

b) abreviaturas por apócope: supressão de elementos finais do vocábulo.


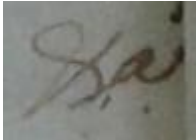


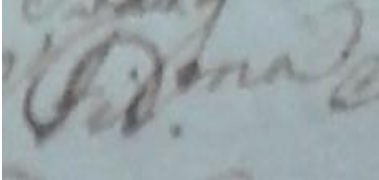
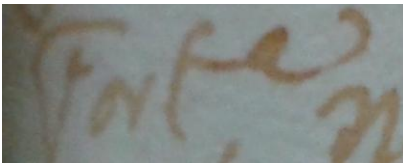

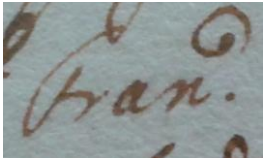
	An <sup>to</sup>	<i>Antonio</i>	ED14:L33
	oliv	<i>Oliveira</i>	ED 01: L118
	q	<i>que</i>	ED 01: L01




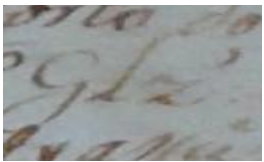




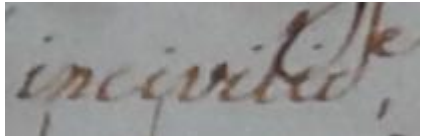
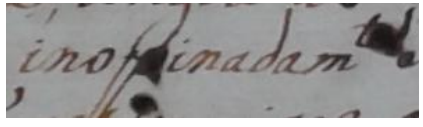
c) abreviaturas por síncope com letras sobrepostas: supressão de elementos mediais com letras sobrepostas ao final do vocábulo.

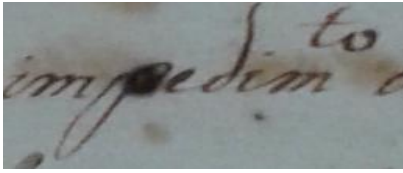







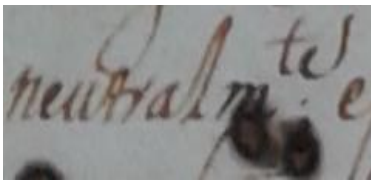

	Ag <sup>o</sup>	Agosto	ED09:L09
	Ar <sup>o</sup>	Araujo	ED14:L42
	Aux <sup>es</sup>	Auxiliares	ED 08: L02
	cap <sup>m</sup>	Capitam	ED07:L01
	capp <sup>am</sup>	Cappitam	ED 01: L01
	Capp. <sup>nia</sup>	Cappitania	ED02: L02
	Comd <sup>e</sup>	Comandante	ED14:L30
	cavallr <sup>o</sup>	Cavalleiro	ED08: L01
	comm <sup>ca</sup>	Commarca	ED11: L03


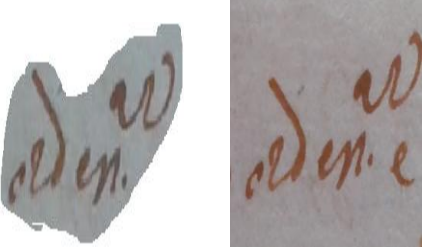


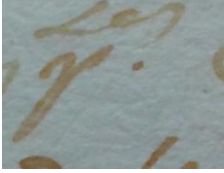
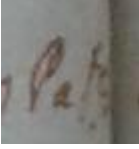

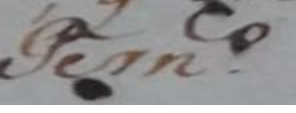

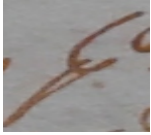
	comp <sup>as</sup>	<i>Companias</i>	ED10: L12
	correg <sup>or</sup>	<i>Corregedor</i>	ED 01: L02
	Cor <sup>el</sup>	<i>Coronel</i>	ED09: L11
	D <sup>s</sup>	<i>Deos</i>	ED06: L06
	d <sup>a</sup>	<i>Desta</i>	ED07: l06
	destr <sup>s</sup>	<i>Destructos</i>	ED07: L06
	d <sup>a</sup>	<i>Dita</i>	ED07: 119
	d <sup>as</sup>	<i>Dittas</i>	ED07: 110
	d <sup>o</sup>	<i>Ditto</i>	ED 08: L10
	d <sup>os</sup>	<i>Dittos</i>	ED07: L09

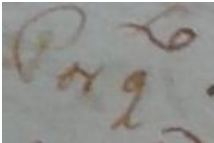


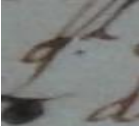
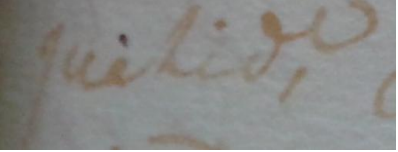


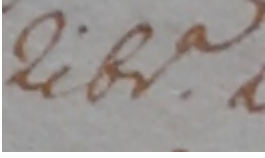
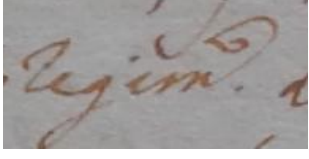
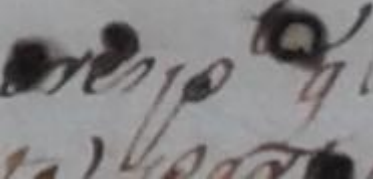


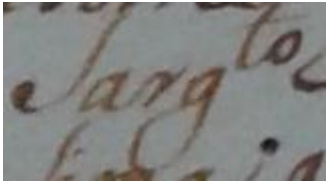
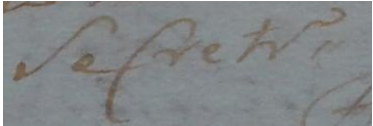
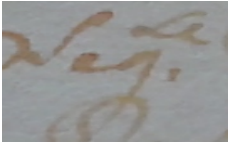


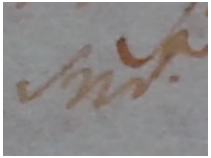
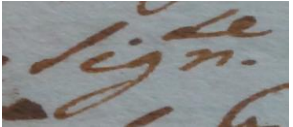
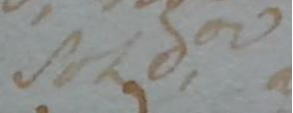
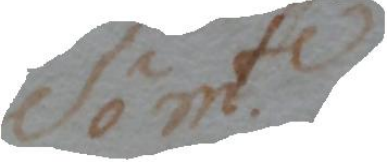

	D. <sup>or</sup>	<i>Doutor</i>	ED 01: L02
	eta	<i>Etcetera</i>	ED02: L09
	Exm. <sup>o</sup>	<i>Excelentissimo</i>	ED 01: L108
	fielm <sup>te</sup>	<i>Fielmente</i>	ED07: L25
	Fid <sup>ma</sup>	<i>Fidellissima</i>	ED12: L05
	Fort <sup>a</sup>	<i>Fortaleza</i>	ED08: L09
	freg <sup>a</sup>	<i>Freguesia</i>	ED09: L08
	Fran <sup>o</sup>	<i>Francisco</i>	ED09: L11



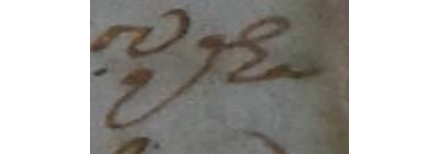
	Gn. <sup>al</sup>	<b>General</b>	ED 01: L02 ED 01: L108
	g. <sup>l</sup>	<b>Geral</b>	ED 01: L02
	g. <sup>al</sup>	<b>Geral</b>	ED12:L03
	Glz'	<b>Gonçalves</b>	ED14:L33
	G. <sup>or</sup>	<b>Governador</b>	ED 01: 101
	gr. <sup>de</sup>	<b>Grande</b>	ED 01: 103
	G <sup>e</sup>	<b>Guarde</b>	ED06: L06
	Ill. <sup>mo</sup>	<b>Illustrissimo</b>	ED 01:L108
	incivilid <sup>e</sup>	<b>Incivilidade</b>	ED14:L12
	inopinada m <sup>te</sup>	<b>inopinadamente</b>	ED14:L12

	impedim <sup>to</sup>	Impedimento	ED14:L69
	Mag <sup>e</sup>	Magestade	ED07: L11
	Magg <sup>de</sup>	Maggestade	ED 08: L04
	m <sup>do</sup>	Mando	ED10: L17
	m <sup>as</sup>	Minhas	ED 08: L15
	m <sup>or</sup>	Morador	ED14:L19
	m <sup>to</sup>	Muito	ED07: L11
	necessa <sup>a</sup>	Necessária	ED07: L12
	neutralm <sup>te</sup>	neutralmente	ED14:L15
	not <sup>a</sup>	noticia	ED08: L13


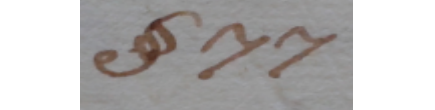
	off <sup>ais</sup>	<i>Officiais</i>	ED07: L15
	orden <sup>as</sup>	<i>Ordenanças</i>	ED 08: L01
	ouv <sup>or</sup>	<i>ouvidor</i>	ED 01: 102
	p <sup>a</sup>	<i>para</i>	ED 01: L03
	p <sup>tes</sup>	<i>partes</i>	ED08: L14
	pat <sup>s</sup>	<i>patentes</i>	ED09:L11
	Pr <sup>a</sup>	<i>Pereira</i>	ED14:L30
	Pern <sup>co</sup>	<i>Pernanbuco</i>	ED14:L09
	Pernn. <sup>co</sup>	<i>Pernanbuco</i>	ED02: L11
	p	<i>por</i>	ED09:L116

	porq <sup>to</sup>	Porquanto	ED 07: L06
	Prez <sup>e</sup>	Prezente	ED07: L07
	q <sup>es</sup>	quaes	ED14:L41
	q <sup>l</sup>	qual	ED14:L30
	qualid <sup>e</sup>	qualidade	ED 08: L07
	q <sup>l</sup> q <sup>r</sup>	qualquer	ED09: L06
	R <sup>o</sup>	Registo	ED07: L01
	Ribr <sup>a</sup>	Ribeira	ED09: L08
	regim <sup>o</sup>	regimento	ED09: L11
	resp <sup>to</sup>	respeito	ED14:L13




	Sarg <sup>to</sup>	Sargento	ED14:L30
	SeCretr <sup>o</sup>	SeCretario	ED 08: L20
	seg <sup>te</sup>	seguinte	ED 08: L11
	serv <sup>co</sup>	serviço	ED07: L11
	Senr <sup>'</sup>	Senhor	ED 01: L108
	snr <sup>a</sup>	senhora	ED 08: L16
	Sign <sup>te</sup>	signete	ED 08: L15
	sold <sup>os</sup>	soldados	ED 08: L05
	Sôm <sup>te</sup>	Sômente	ED07: 117
	Tvr <sup>a</sup>	Tavora	ED09:L09

	Vict <sup>o</sup>	Victorino	ED13: L03
	V <sup>a</sup> .	Villa	ED 01: L104
	v <sup>ha</sup>	venha	ED10:L07

## d) abreviaturas por signos especiais de abreviação

	af4v <sup>o</sup>	afolha 4 verso	ED 01: 1104
	§77	Parágrafo 77	ED02: L14

e) letras numerais: utilização de dois sistemas semióticos, letras e numerais, para compor a unidade sonora de palavra.

		7bro	setembro	ED07: L03
		8br <sup>o</sup>	outubro	ED 01: 116

#### 4.1.4 Aspectos Codicológicos

O objetivo da análise codicológica é apresentar aspectos materiais dos manuscritos, que no processo de edição são perdidos ou não são apresentados em sua completude, por isso optamos por realizar a descrição e análise das matérias básicas que compõem os documentos pertencentes ao Arquivo Público do Estado Ceará (APEC). Os textos formam códices da administração colonial brasileira e estão distribuídos em dois fundos<sup>26</sup>, Câmaras Municipais e Governo da Capitania.

No fundo Câmaras Municipais estão dez dos quinze manuscritos editados, todos na caixa 03, lançados em três livros de registro: 05, 08 e 09. Os outros manuscritos estão no fundo Governo da Capitania, acondicionados na caixa 27, distribuídos em dois livros: 85 e 86. A identificação é fixada em uma das extremidades das caixas contendo: número da caixa; fundo; série; local e data. Esse procedimento pode causar um problema futuro caso a ficha com a identificação se desprenda da caixa. Abaixo, Figura 5, apresentamos a exemplo a identificação da caixa 03.

**Figura 23– Identificação Arquivística das caixas**



**Fonte:** autor

O livro 05, do fundo Câmaras Municipais, é composto por 136 fólios numerados no recto, canto superior direito com uma rubrica, mais 2 fólios não numerados inseridos

---

<sup>26</sup>Nome dado a uma série de documentos de qualquer natureza que tenham a mesma proveniência.



depois de sua produção por ser o papel pautado com espessura e textura diferentes dos fólhos dos diplomas do século XVIII. As folhas do códice original estão amareladas pela ação do tempo e a tinta utilizada, provavelmente, possui em sua composição material(is) mineral(is), pois detectamos a presença de oxidação nos textos, Figura 6.

**Figura 24- Oxidação na rubrica da numeração do fólho.**



Fonte: autor

Na capa existe uma identificação do livro, seu conteúdo e período, que não constavam no original sendo afixado depois da nova encadernação, como pode ser verificado na Figura 7.

**Figura 25– Capa do códice 05 e aproximação da identificação da capa**

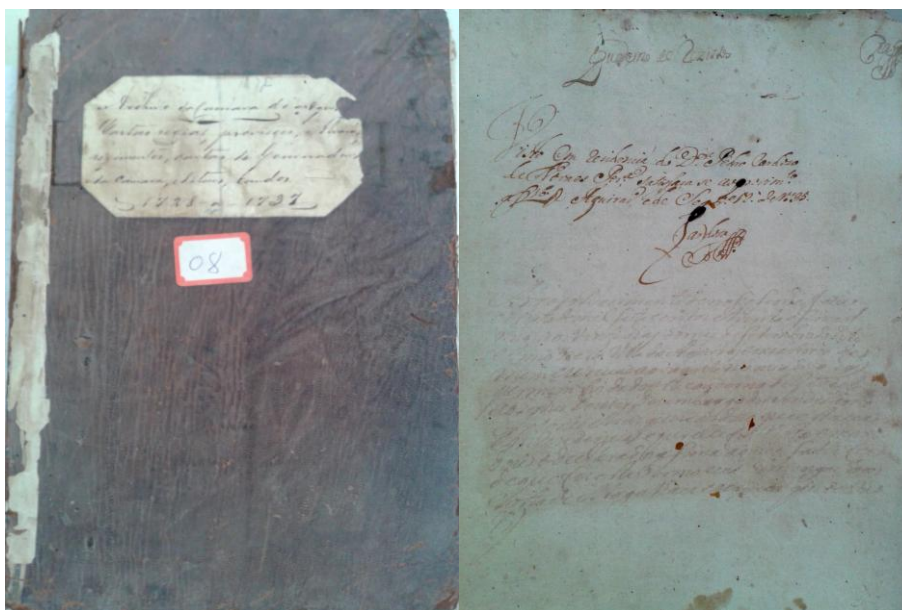


Fonte: autor.

O livro 08 é um códice composto, formado pela união de dois livros que sofreram um novo processo de encadernação, pois sua numeração encerra-se no fólho 98 ainda restando 17 fólhos para o fim do livro. No que seria o fólho 99, existe a inscrição “*caderno de residuos*” em que se inicia uma nova numeração até o fólho 16.

Esse códice, também, não possui encadernação original e ainda foram inseridas duas folhas que ficaram com a tonalidade verde, apesar disso, nos parece que a capa de couro é do mesmo período de produção do códice, como podemos verificar na Figura 8. Os documentos trasladados para este livro não sofreram com a ação da oxidação, mas, sim, com o apagamento do texto como visto nos editais 03; 04 e 05 no capítulo 02.

**Figura 26– Capa do códice 08 e fólio 01 do caderno de resíduos.**



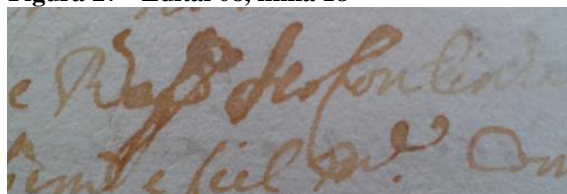
Fonte: autor.

Assim como o livro 08, o livro 09, também é um códice composto, mas apresenta diferenças na dimensão dos fólhos, o que não ocorre com o códice analisado anteriormente. O primeiro conjunto de fólhos possui dimensões 290mm X 195mm com numeração até o fólho 128. Essa dimensão é menor que a dos 85 fólhos que se seguem que possuem 309mm X 207mm. Nas primeiras páginas do livro, existe um termo de abertura com a indicação de que faltam os 9 fólhos iniciais do primeiro segmento do livro e um segundo termo de abertura, no fólho 129, possui o título “*Registo de provisão desta secretaria = tem o N° 19*”.

Todos os editais deste códice, que fazem parte do *corpus*, estão nos fólhos de maior dimensão. Os editais 06 e 07 não possuem processos de oxidação, mas de apagamento. Já nos editais 09 e 10 a oxidação se faz presente e pode ter influenciado o mesmo processo no edital 08. Nesse manuscrito foi inserida uma nota, provavelmente, feita após a produção do

livro com outra composição de tinta, pois no corpo do texto existem pontos de acúmulo de tinta que não oxidaram como pode ser observado na figura abaixo.

**Figura 27 - Edital 08, linha 18**



Fonte: autor

O códice 85, do fundo Governo da Capitania, possui 259 fólhos em mediano estado de conservação, com danos causados pelo contato com água, do ataque de papirografos, pela ação do tempo no material aparente. No que se refere ao códice 86, temos uma encadernação em capa-dura, feita posterior a sua produção, com 100 fólhos incluindo os termos de abertura e enceramento. As oxidações ocorrem, principalmente, no início das letras alongadas ou letras em que o escrivão demorava no processo de escrita.

Todos os quinze manuscritos estão em bom estado de conservação, porém apresentam danos ocasionados por papirografos e/ou oxidação decorrente do composto da tinta utilizada. Todos têm uma matéria subjetiva do tipo cartácea, isto é, papel, da cor branca, amareladas pelo tempo, numeradas no recto dos fólhos, procedimento de numeração usual para o período, sem pautação, porém com marcação das margens a lápis<sup>27</sup>. A Tabela 4 mostra as distâncias das margens utilizadas nos manuscritos analisados.

**Tabela 3– Margens dos fólhos**

Editais	Fólhos	Margens cm				Editais	Fólhos	Margens cm			
		Superior	Inferior	Esquerda	Direita			Superior	Inferior	Esquerda	Direita
01	126r	0,5	0,5	1,9	1,8	11	134v	1,5	1,6	2,2	1,6
	126v	0,5	0,7	1,8	1,5		135r	1,0	1,2	1,0	2,0
	127r	0,6	0,7	1,8	2,2	12	36r	0,8	1,7	2,0	2,0
	127v	0,6	0,7	1,7	1,8		36v	0,5	1,5	1,8	1,5
02	131v	0,5	0,6	-	1,8	12	37r	0,8	1,9	1,5	1,7
	132r	0,5	0,5	-	1,6		37v	1,3	1,7	1,8	1,3
	132v	0,5	0,5	1,8	-		38r	1,0	1,7	1,5	2,0
03	23r	1,5	0,5	2,3	2,2	13	38r	1,0	1,7	1,5	2,0
04	68v	0,5	3,0	2,7	1,0		38v	1,0	2,0	1,7	1,2
	69r	0,5	0,8	1,0	0,0		39r	1,3	1,2	1,4	1,8

<sup>27</sup> Ver edições fac-similar no capítulo 2.

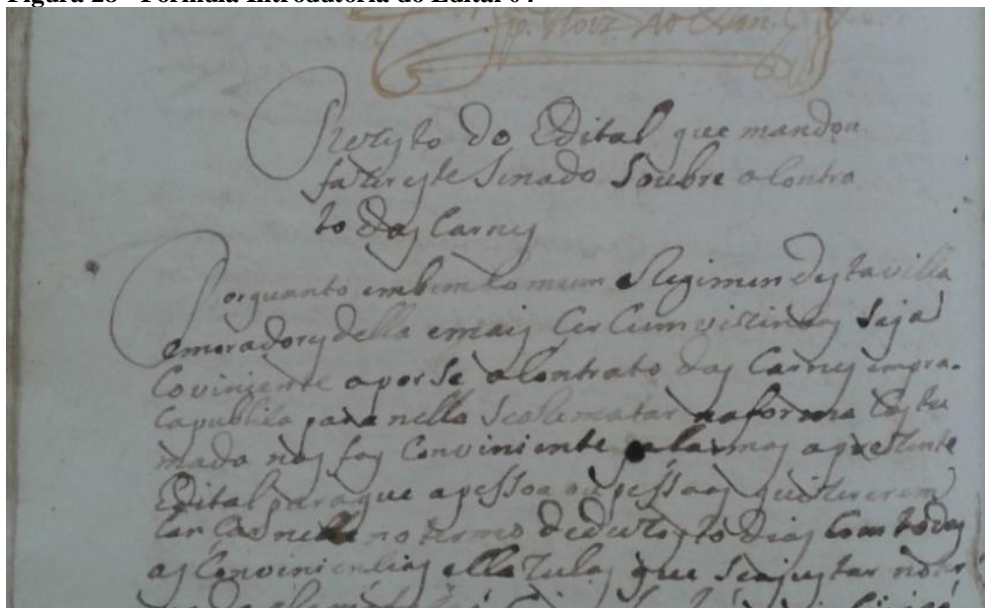
05	69r	0,5	0,5	1,0	0,0		39v	1,0	0,9	2,0	0,7
06	5r	0,5	0,5	-	0,0	14	40r	1,0	1,0	1,5	2,0
	5v	0,5	1,0	0,5	-		5r	1,0	1,2	2,1	2,5
07	7r	0,5	1,0	-	0,0	15	5v	0,6	4,5	2,5	2,5
08	13r	0,5	1,0	-	0,0		67v	0,5	0,5	0,0	1,0
09	13v	0,5	1,8	0,0	-		68r	0,5	1,0	2,0	0,0
10	14r	0,5	-	-	0,0						

- A margem não pode ser medida com precisão ou não possuía sua indicação.

Em recto, as margens direitas são maiores que as da esquerda, variando de 1cm a 2,5cm quando não preenchida totalmente com a mancha escrita e a margem direita tem uma média de 0,5 cm. Fato similar, com relação ao tamanho e diferenças de margens de um mesmo fólio, ocorre com a produção de gêneros acadêmicos na contemporaneidade que possuem 1cm de diferença entre as margens direita e esquerda.

As margens das fórmulas introdutórias seguem um recuo diferenciado com relação ao do texto, por ser um segmento característico do suporte presente nos gêneros que foram trasladados para os livros de registro, corroborando a assertiva de Marcuschi (2008) que trabalha o suporte para além da fixação do texto, influenciando na estrutural textual do gênero. Essa configuração, com diferentes recuos, permite uma melhor visualização do início de um novo texto.

**Figura 28 - Fórmula Introdutória do Edital 04**



Fonte: autor

A fórmula introdutória traz informações a respeito do gênero, do autor, do conteúdo do texto trasladado com a preocupação e o propósito de guiar o leitor na compreensão do gênero, tendo a função de prospectiva semelhante ao dos resumos de introduzir informações relevantes do texto principal.

Ao iniciar a escrita do gênero, propriamente dita, a construção de um único parágrafo e coluna permitiu que o escrivão preenchesse uma maior extensão dos fólhos com a mancha escrita. Tais fólhos possuem dimensões semelhantes, o que indica um processo de produção dos livros de registro com certos padrões, conforme Tabela 5:

**Tabela 4 - Dimensão dos fólhos**

Editais	Fólhos	Medidas do fólho	Área total mm <sup>2</sup>	Medidas da macha escrita com os editais	Área escrita mm <sup>2</sup>	% total escrita
01	126r	300mm X 210mm	63000	130mm X 173mm	22490	35,70
	126v	300mm X 210mm	63000	281mm X 170mm	47770	75,83
	127r	300mm X 210mm	63000	280mm X 175mm	49000	77,78
	127v	300mm X 210mm	63000	279 mm X 175mm	48825	77,50
02	131v	300mm X 210mm	63000	105mm X 180mm	18900	30,00
	132r	300mm X 210mm	63000	285mm X 175mm	49875	79,17
	132v	300mm X 210mm	63000	113mm X 196mm	22148	35,16
03	23r	308mm X 210mm	64680	223mm X 165mm	36795	56,89
04	68v	308mm X 210mm	64680	160mm X 170mm	27200	42,05
	69r	308mm X 210mm	64680	185mm X 187mm	34595	53,49
05	69r	308mm X 210mm	64680	183mm X 184mm	33672	52,06
06	5r	309mm X 207mm	63963	214mm X 195mm	41730	65,24
	5v	309mm X 207mm	63963	74mm X 195mm	14430	22,56
07	7r	309mm X 207mm	63963	204mm X 195mm	39780	62,19

08	13r	309mm X 207mm	63963	154mm X 195mm	30030	46,95
09	13v	309mm X 207mm	63963	206mm X 195mm	40170	62,80
10	14r	309mm X 207mm	63963	194mm X 195mm	37830	59,14
11	134v	303mm X 205mm	62115	275mm X 165mm	28875	46,49
	135r	303mm X 205mm	62115	283mm X 165mm	46695	75,18
12	36r	303mm X 205mm	62115	30mm X 117 mm	4950	7,97
	36v	303mm X 205mm	62115	285mm X 168mm	47880	77,08
	37r	303mm X 205mm	62115	280mm X 170mm	47600	76,63
	37v	303mm X 205mm	62115	272mm X 166mm	45152	72,69
	38r	303mm X 205mm	62115	250mm X 170mm	42500	68,42
13	38r	303mm X 205mm	62115	23mm X 150 mm	3450	5,55
	38v	303mm X 205mm	62115	280mm X 166mm	46480	74,83
	39r	303mm X 205mm	62115	282mm X 170mm	47940	77,18
	39v	303mm X 205mm	62115	284mm X 168mm	47712	76,81
	40r	303mm X 205mm	62115	290mm X 168mm	48720	78,44
14	5r	339mm X 239mm	81021	240mm X 195mm	46800	57,76
	5v	339mm X 239mm	81021	290mm X 193mm	55970	69,08
15	67v	339mm X 239mm	81021	190mm X 228mm	43320	53,47
	68r	339mm X 239mm	81021	90mm X 220mm	19800	24,44

O modo de utilização dos fólhos praticada nos manuscritos, com relação à escrita, é opistográfica. Isto é, ocorre o preenchimento do recto e do verso, pois a matéria subjetiva/livro de registro requer a inserção sequencial dos documentos que foram remetidos

às vilas e necessitavam de uma cópia na secretaria do governo. Contudo, os editais 3, 5, 7, 8, 9 e 10 ocupam apenas um dos lados dos fólios.

A caracterização dos documentos diplomáticos, gêneros oficiais, como formas de estruturação socialmente convencionalizadas, nos mostra que as relações sociais-culturais-históricas são refletidas e refratadas pelos gêneros e a proximidade histórica de produção fazem emergir semelhanças no ato de escrever.

As ciências, trabalhadas até aqui, dão subsídios a análise crítica dos documentos, fornecendo elementos de fixação dos textos – suporte, sistema ortográfico, lexias e tinta - importantes para compor uma análise profunda dos manuscritos. Tais elementos revelam, também, o estilo de seus produtores que o fizeram a partir de escolhas dentro das possibilidades das práticas sociais que, além dos elementos supracitados, selecionam o gênero. Bellotto (2002, p.24) coloca esses elementos como extrínsecos, “têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação”. Já os elementos intrínsecos são as partes que constroem o conteúdo do documento que abrange a forma de estruturação do gênero, analisados no subtópico da diplomática.

#### 4.2 ANÁLISE DIPLOMÁTICA

A diplomática representa uma estrutura canônica dos documentos oficiais que ao atender determinados critérios de construção os tornam verdadeiros. Isso acontece por serem, os Diplomas, participantes de um mesmo domínio discursivo, o jurídico-administrativo, que partilham de práticas sociais comuns, fazendo com que os gêneros dessa esfera discursiva tenham uma construção formulaica prototípica, apesar, de elementos que os compõem diferenciados.

Não queremos dizer que esses documentos serão iguais ou tenham o mesmo propósito, mas que a padronização lhes confere uma estruturação básica: protocolo inicial, texto e protocolo final. Para além dessa estruturação formal, que garante a veracidade e a similaridade, cada gênero está ligado a uma situação específica de interação.

Ao analisarmos os documentos diplomáticos percebemos que os textos seguem regras e estruturas convencionalizadas que os sujeitos reconhecem como legítimas. Esses elementos são expressos em contextos discursivos particulares com determinados propósitos,

“pois há aí ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos” (MARCUSCHI, 2008, p.150).

Os documentos, intrinsecamente, são constituídos por duas partes: uma interna, em que o ato é proferido, o texto; e uma externa ou exterior, que serve de ancoragem discursiva, com fórmulas e elementos que validam e dão fé pública ao documento, os protocolos. Cada parte, protocolos e texto, possuem elementos específicos que compõem os diplomas, formando uma determinada estruturação para diferir diplomaticamente os documentos desse domínio discursivo, por isso analisamos o *corpus* para saber que partes são integrantes do construto do gênero edital.

#### 4.2.1 Protocolo inicial

Os protocolos, geralmente, aparecem no início do texto, protocolo inicial, e no final do documento, protocolo final ou escatocolo. No protocolo inicial temos a caracterização da condição para que os atos sejam efetivados em que se apresenta a autoridade do ente que a submete, o sujeito não é apenas um homem é sim, tudo aquilo que o reveste na/da condição social - títulos, cargos etc -, *intitulação*. Ainda, apresenta a quem se destina o documento, *endereço*, estabelecendo um diálogo com o outro.

As outras estruturas do protocolo inicial são a *invocação divina*, elemento que representa a forte ligação entre a igreja católica e as instituições públicas, e a *saudação*. Tais elementos, *invocação divina* e *saudação*, não foram encontrados nos editais analisados.

Os elementos do protocolo inicial, que fazem parte dos editais, estão na Tabela 5.

**Tabela 5-Elementos do protocolo inicial**

PROTOCOLO INICIAL	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
INVOCÇÃO DIVINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INTITULAÇÃO	X	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X
ENDEREÇO	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
SAUDAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: autor



A *intitulação* são os títulos e as atribuições, cargos da administração pública, que ao serem inseridos constroem o papel/posição social de quem exara o documento. Esses elementos acrescidos do nome do sujeito instauram um *eu* no discurso com um efeito de objetividade, despindo o indivíduo da subjetividade. Contudo, a utilização das formas *mando*, *faço*, *ordeno* cria a falsa impressão de uma fala pessoal/individual em que o sujeito profere sem interferência do Estado.

Luiz daMotta Feo eTorres, Professona Ordem deChristo, Fidalgo Cavalleiro daCaza de *Sua Magestade Fidellissima* que [ilegível] epelo *mesma* Senhora seuCappitam MorGovernador daCapitania doCearagrande edas Armas, eFortaleza Damesma Capitania etc. Facó saber (Edital 15, linhas 03-06)

Ao se estabelecer, no início do texto, a posição social do sujeito dentro da hierarquia administrativa pública e por ser o gênero estritamente produzido por ocupantes de instâncias administrativas faz com que essa voz em primeira pessoa ganhe uma (re)significação, constituindo um *eu* ampliado, um *eu* representante do estado, garantindo assim a validade do ato. Ao subjetivar com formas linguísticas em primeira pessoa, o enunciador assume a responsabilidade do proferimento criando um efeito de subjetividade de enunciador uno.

Na tabela 5 podemos observar que a intitulação não faz parte da estruturação de alguns editais, pois isso dependerá de quem o remeteu, instituição ou sujeito (público), porque as instituições já são ou possuem autoridade conhecida, não necessitando desse segmento para se ter efeito. Tal discurso é inserido para que os interlocutores o aceitem como autoridade, revestido de fé pública, capaz de redigir o gênero e atender a uma tradição fazendo com que o enunciado atinja as metas/propósitos pretendidos.

O deslocamento de um enunciador sujeito para um enunciador instituição altera os elementos que constroem os editais, indo além de uma construção fixa para um construto dependente não só de estruturação/forma e propósito do gênero como também do enunciador. Não se tratam de elementos estáveis, mas de estratégias discursivas corriqueiras que variam com o *eu* do discurso. Tal fato pode ser observado nos editais 03, 04 e 05 que são discursos exarados pelo Senado da Câmara e não por um indivíduo. O Senado por si já tem força jurídica-administrativa para lançar um edital.

O *endereço* firma a ligação com o outro, criando uma relação dialógica entre as partes. Se na *intitulação* se institui o *eu* do discurso o *tu* é estabelecido no *endereço*, podendo ter um destinatário mais global ou mais específico.

[...] Todo morador que estiver da Lagoa da Piracabura [...] (Edital 14, linha 28)  
 [...] ordeno atodos os comandantes de Distrito, eofficiais deMilicias[...] (Edital 15, linha 17)

Na intitulação o enunciador começa o discurso pela construção da autoridade do sujeito que o profere o ato. Isso, como já visto, serve para validar a posição do enunciador como capaz de fazê-lo, porém esse segmento só é necessário para integrantes da administração pública. Quando o ato é exarado por uma instituição a intitulação é prescindível porque, por si só, o ente público tem poder e autoridade para emitir o ato.

#### 4.2.2 Texto

Na análise Diplomática, o texto é a seção que irá conter o ato, parte interna de um documento, com o dispositivo que se quer tornar público, contendo o maior número de elementos diplomáticos. Nessa construção ocorre a introdução do assunto por meio do *preâmbulo*, primeiro segmento da seção interna, serve para iniciar o tema para o leitor/ouvinte, exaltando sua importância e conveniência do ato.

Por *quanto* a Cauza do sencivel estado em *que* seacha toda a Europa em huã sanguinolenta guerra, obrigou a *Sua Magestade* fidelissima a acautelarse detoda equalquer incivilidade *aque* inopinadamente se queiraõ attrever por mar, ou por terra alguã das naçõens estrangeiras [deterriorado] aresperto *que* se deve a catholica [...] (Edital 14, linhas 10-13)

As fórmulas textuais que têm a finalidade de tornar público o texto que está sendo expedido por uma autoridade é a *notificação*, normalmente, expressa com a seguinte estrutura:

[...] saber aos que este Edital virem [...] (Edital 15, linha 06)

[...] saber aosqueeste Edital virem oudelle tiverem noticia que [...] (Edital 02, linha 10-11)

A *exposição* é a história do ato em si, “na qual são explicitadas as causas do ato, o que o originou, quais as necessidades administrativas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais ou culturais que o tornaram necessário.” (BELLOTTO, 2002, p.40)

[...] eu tendome

Sidoprezente que apezardas providentissimas Ordens de *Sua Magestade* edos multiplicados Bandos dosmeus Predecessores para senaõ consentirem vadios eciozios nodestrito desta capitania, setem assaz augmentado oseu numero, econse-quentente ados roubos assassinos einssultos que acada passo Cometem valen-dosedo excessivo uzo das Armas prohibidas emdesprezo das Leys do Soberano edos Sitios dezertos poronde vagaõ, e disorrem fugindo deviverem emssociedade Civil embrenhados como feras nos matos doque resultaõ gravíssimos danos aRe al Fazenda, eao socego publico, eparticular dos moradores epacificos que vivendo nas suas fazendas, senaõ podem considerar seguros deserem assaltados daquelles perversos individuos vagabundos: mepareceo portanto ordenar [...] (Edital 15, linhas 04-16)

O *dispositivo*, como bem argumenta Spina (1994), é a essência do documento diplomático em que ocorre a imposição da vontade do estado, pois o gênero edital possui um caráter descendente em que o estado obriga o cumprimento do ato expresso no dispositivo.

[...]mepareceo portanto ordenar (como pelaprezente orde no) atodos os comandntes de Distrito, eofficiaes deMilicias, que dapublicação deste emdiante naõ consintaõ nos mesmos Distritos suspeitos alguns quenaõ verifi quem oofficio trabalho ounegocio deque vivem, eos obriguem ahir viver nas Povoaçõens ou Villas mais vizinhas: que os donos defazendas naõ conservem nellas aggregados alguns fora daquelles homens que ocupaõ nas suas fabri-cas, com tanto que naõ sejaõ criminozios ou dezertores, eque sabendo saõ taes prendaõ, eremetaõ acadea mais vizinha como parte dasua con-duta a entregar aos Juizes ordinários, que achando alguns com Ar-mas prohibidas ousejaõ brancas oudefogo especialmente nas Villas, ouPovoaçõens lhes façaõ apreheñçaõ nelles eas remetaõ aosArma-zem daFortaleza. [...] (Edital 15, linha 16-27)

No texto propriamente dito, normalmente, temos a instauração de uma conduta, por meio do *dispositivo*, que o governo impõe e se não respeitadas são/serão aplicadas sanções para que todos os sujeitos a executem. Dessa forma, o gênero edital é uma produção de caráter unilateral verticalizada que expressa o desejo de realização ou divulgação de algo em que o estado faz saber e aos que não cumprirem serão penalizados pela autoridade instituída no primeiro segmento diplomático, protocolo inicial, por meio das cláusulas.

As partes integrantes do texto estão marcadas na tabela 6.

Tabela 6- Elementos do Texto

TEXTO		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
PREÂMBULO		X	X	-	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	
NOTIFICAÇÃO		X	X	-	X	-	-	-	X	X	X	-	X	X	X	X
EXPOSIÇÃO		X	X	-	X	X	-	X	-	-	-	X	X	X	X	X
DISPOSITIVO		X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CLÁUSULAS FINAIS	COMINATORIAS	X	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	-
	DE GARANTIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	DE RENÚNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	CORROBORAÇÃO	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: autor

Na análise dos editais só encontramos a ocorrência de dois tipos de cláusulas, as cominatórias e as de corroboração. As cominatórias são aplicações de sanções penais e espirituais, mas só detectamos as multas conforme a lei.

[...] e o Regente, ou official da ordenança, queesta ordem não Cumprir alem deselhedar baixada patente seracastigado como transgressor, einfiel executor das ordens Regias, e para que venha anoticia detodos [...] (Edital 02, linhas 34-37)

[...] e todas osque faltarem tanto *officiais* Como Soldados das referidas ordenanças e *Auxiliares* seraõ prezos eproCederey Contraelles Conforme as ordens de *Magestade* [...] (Edital 10, linhas 15-17)

Já as de corroboração têm a funcionalidade de garantir a publicação e a publicidade do ato para um maior número de pessoas, ou seja, “serve para anunciar a ordem emitida” (SPINA, 1994, p.60)

[...] e para que venha anoticia detodos, eem tempo algum não aleguem ignorancia sefixara este Edital noLugar mais publico daCidade, Villa, ou Povoação a que tocar Registandosse primeyro naSecretaria [...] (Edital 02, linhas 37-40)

[...] e *para que* venha anoticia de todoz, e não alegarem ignorancia *mando* por este Edital, *que* sefixara nas *partes* costumadas pormim asignado, e sella

do, Com o Signete de deminhas armas, *que* se comprira, e guardara Como nelle se Contem[...] (Edital 10, linhas 17-19)

E para que chegue a noticia de todos mandei passar o presente por mim assignado e sellado com o signete de minhas Armas que depois de publicado a som de Caixas sera affixado no lugar mais publico de cada distrito. (Edital 15, linha 27-29)

No fragmento acima do edital 15 consta a expressão “*publicado a som de Caixas*”, também presente no edital 13, revelando a proximidade dos gêneros desse domínio discursivo e da difícil distinção entre os gêneros orais e os gêneros escritos. O edital, gênero caracterizado como escrito, passa a ter uma vertente e realização oral atendendo a uma nova situação comunicativa ou se voltarmos nosso olhar para a dimensão histórico-temporal do gênero percebemos que essa realização ocorria no período do império romano.

No decorrer do percurso histórico, os editais perdem o caráter oral, ficando a cargo dos Bandos essa rotina discursiva. Bellotto (2002, p.50) define o bando como “a ordem ou o decreto, em geral, dos governadores e capitães gerais, proclamada(o) oralmente em pregão público ou afixada(o) em lugar ou veículo de circulação pública. O mesmo que édito ou mandato proibitório.”

A produção do gênero bando e dos editais 13 e 15, do nosso *corpus*, provém de uma prática escrita para serem efetivamente realizados na forma oral, deixando transpassar um hibridismo tanto na realização oral/escrito como na estruturação e propósito dos gêneros. Como o nosso objetivo é avaliar o gênero edital e só uma análise minuciosa é capaz de diferenciar tais gêneros, não a faremos aqui. Então, voltemos ao nosso estudo.

Depois de exarado o ato com seus dispositivos e cláusulas, a construção discursiva volta-se, novamente, para a ancoragem do texto, protocolo. Nesse segmento final ocorre a localização espaço-temporal do discurso e a introdução de um novo sujeito, diferenciando do protocolo inicial.

#### **4.2.3 Protocolo final**

No protocolo final ou escatocolo temos o estabelecimento referencial cronológico e topográfico do local e data do proferimento do texto, criando um *aqui* e um *agora*. Este, elemento topográfico, revela a localização geográfica da validade do ato, pois os editais são

produtos discursivos dependentes do contexto social de proferimento em observância a requisitos formais que chancelam os documentos.

A introdução deste elemento ocorre com a expressão “*dada nesta*” que tem a função coesiva de indicar o lugar de litude do ato pelo gênero trasladado.

[...] Dado nesta Villa daFortaleza deNossa. *Senhora* daAssumpção [...] (Edital 15, linhas 29-30)

Aquele elemento cronológico – dia, mês e ano – faz com que ocorra à marcação e a delimitação temporal de sequencialidade dos atos administrativos, garantindo a localização do texto em um contínuo.

[...]em 25 deNovembro de 1791 [...] (Edital 15, linha 30)

Os editais, por legislarem práticas futuras, necessitam dessa temporalidade para, a partir da localização espaço-temporal iniciar a vigência e a obrigatoriedade do ato em práticas que se seguirão a publicação desse ato, portanto, os editais são textos que requerem um *agora* para determinar, em função do presente, práticas futuras e um *aqui* para delimitar a força do ato em um território.

Os elementos formais que compõem o escatocolo do gênero edital são:

**Tabela 7- Elementos do protocolo final**

ESCATOCOLO		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
DATA	ELEMENTO TOPOGRÁFICO	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	ELEMENTO CRONOLÓGICO	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
VALIDAÇÃO	SUBSCRIÇÃO ASSINATURAS	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	SELOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SINAIS	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: autor

O escrivão, a grosso modo, é a figura do copista “moderno” que traslada dos suportes originais para os livros de registro. Esses funcionários públicos tinham em seu

exercício laboral a força jurídico-administrativa das instituições as quais eles representavam, possuindo fé pública.

Os gêneros trasladados para os livros de registro tinham validade por serem assinados pelos escrivães que afiançavam os documentos com: as assinaturas e os sinais. Eles instituem um segundo *eu* do discurso que utilizavam as formas dos verbos em primeira pessoa do singular.

[...]E eu Joze de Farias que sirvo de secretario da secretaria desta Capitania aescrevi// Estava osello// Luiz da Motta Feo e Torres// Enaõ secontinha mais nodito Edital que bem efielmente aqui registei[...]

Joze de Faria (Edital 15, linhas 30-33)

Na nossa análise não consideramos os selos, pois trabalhamos com cópias e eram os originais que continham/estavam selados. Contudo, se observarmos nos editais as formas *sellado, estava osello, quellado* etc, indicam que naquele local da sequência textual havia um selo. No tocante aos sinais, consideramos os arabescos ou guardas que têm a função de garantir a fidedignidade do documento.

O fragmento do escatocolo do edital 01 reflete todas as práticas instituídas nesse segmento diplomático:

e naõ setinhamais nem menos em o ditto edital vindo  
remitido do *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Governador e Cappitam General*  
de Pernambuco  
ao *Doutor* ouvidor geral e corregedor desta commarca Victorino  
Suares Barboza para o mandar registrar o qual aqui registrei  
por meser assim mandado pello mesmo Ministro aquemde  
pois deo registrarlho entreguei outra veis e fica este naverda  
de semcouza que duvida faca porque como proprio origi  
nal este conferi comigo proprio escrivão da camera Cris  
pim Gomes deoliveyra que o escrevy nesta ditto Villa  
do Aquirâs aos 2 de 8tubro de 1762  
Conferindocomigopropio EscrivamdaCamara Emfêdeverde  
[arabesco] Crispim Gomes deolivejra [arabesco]

No protocolo final temos a contextualização, para que se possam recuperar as circunstâncias do proferimento do ato, e a assinatura do escrivão e /ou do encarregado. Esse último segmento de um diploma serve, em conjunto com o protocolo inicial, de ancoragem textual para, assim, estabelecermos: um *eu*, um *aqui* e um *agora*.

A descrição dos manuscritos por meio da Diplomática, protocolo inicial, texto e escatocolo, nos permitiu revelar a estrutura do gênero. Dessa forma, temos a seguinte estruturação:

- Protocolo inicial
  - Intitulação
  - Endereço
- Texto
  - Preâmbulo
  - Notificação
  - Exposição
  - Dispositivo
  - Cláusulas
    - Cominatórias penais
    - Corroboração
- Protocolo final
  - Data
    - Elemento topográfico
    - Elemento cronológico
  - Validação
    - Assinaturas/subscrição
    - Sinais

A partir das concepções bakhtinianas de gênero, enxergamos os manuscritos dos editais como formas convencionalizadas de composição adquiridas sócio-culturalmente com propósitos comunicacionais determinados a uma prática social. Abordamos a questão referente às características do gênero/dos documentos pela tríade: conteúdo temático, estilo e construção composicional, mesmo que sem nomeá-las. Essa ideia nos serviu como um fio de Ariadne para que não nos perdêssemos no intrincado labirinto dos campos do conhecimento aqui utilizados, sendo primordial para o entrelaçamento dos pontos abordados em cada ciência.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ponto final?

Os estudos dos textos com perspectivas históricas voltam seu olhar para o passado, entrando no domínio da Filologia e das ciências auxiliares. Recuar ao passado, não é negar o presente ou o futuro, por entendermos que a preocupação com o imediato, com o agora carrega em si traços de uma historicidade patente, por isso optamos por realizar um panorama das ciências aqui trabalhadas na difícil tarefa analítica de textos pretéritos.

Os estudos de caráter históricos permitem revelar a dinamicidade das relações e práticas sociais que se estruturam e se institucionalizam por meio dos gêneros discursivos. Avaliar um objeto multifacetado através da ótica catedrática de uma disciplina/ciência é abster-se do intrincado construto dos discursos. Daí porque coligimos campos de conhecimento para a tessitura do trabalho com o objetivo de desconstruir o gênero, analisando pontualmente aspectos das ciências da linguagem, para reconstruí-lo, explicitando os aspectos formais e linguísticos dos editais do século XVIII.

Voltamos, dessa forma, a uma perspectiva filológica do amigo do saber que guarda semelhanças com uma tradição e um labor dos princípios da filologia alexandrina. Entretanto, ressignificamos essa característica, assim como Cambraia (2005), para uma crítica textual transdisciplinar em que o objeto analítico é tratado por mais de um campo de conhecimento, cada qual com metodologias específicas no estudo dos textos.

A leitura e análise de gêneros produzidos no século XVIII requer certo conhecimento de técnicas de edição de documentos, pois os mesmos eram redigidos por diversos autores com caligrafias, práticas e em contextos sociais diferenciados, fazendo com que a compreensão dos textos seja realizada por especialistas. Não queremos assumir uma posição/atributo de filólogo, mas a busca pelo gênero edital nos revelou um “novo” mundo de pesquisa.

Adentramos, com isso, nos campos da Filologia e da História. A Filologia, com as ciências auxiliares, nos deu subsídios para a realização das edições fac-similar e semidiplomática em que as características dos textos são mantidas por meio de fotografias e por um procedimento de edição pautado em regras (pré)estabelecidas, sempre observando na escolha dos tipos de edições a finalidade da pesquisa.

Tais edições foram úteis por tornar acessíveis quinze manuscritos do século XVIII recuperando o conteúdo e garantindo um novo processo de transmissão desse patrimônio

cultural escrito. Na primeira, edição fac-similar, respeitamos todas as características dos textos com grau zero de mediação/interferência para a sua realização. A segunda, semidiplomática, decodificamos e interpretamos os caracteres a partir das regras de edição do grupo PRAETECE e dos conhecimentos advindos da Paleografia e Codicologia.

Entendemos que uma determinada produção textual é socialmente construída por seus interlocutores a partir de padrões convencionalizados de estruturação dos discursos. Assim, faz-se necessário o conhecimento das realidades sociais e dos contextos de produção para compreendermos determinados elementos do construto textual. Nós nos utilizamos desse conhecimento histórico, primeiro, para realizarmos o recorte temporal da pesquisa, pois sabendo da colonização tardia do território cearense, com o estabelecimento das primeiras vilas e adensamentos populacionais no final do século XVII e início do século XVIII e que o gênero edital possui uma circulação em um domínio discursivo jurídico-administrativo, não nos pareceu relevante analisar e buscar editais antes desse período.

Segundo, no estudo das lexias no capítulo de análises, constatamos que uma lexia pode variar ou adquirir nova significação para atender às novas demandas sociais, como a palavra *ouvidor*, e ainda pode ocorrer o desaparecimento/desuso de uma lexia, *capitam-mor*, pela alteração da organização social, sendo a língua construto e construída pelo social. Mostramos que os manuscritos são influenciados por fatores histórico-sociais de produção.

No estudo filológico-linguísticos, abordamos, também, as características básicas de produção de um texto. A utilização de um sistema ortográfico é culturalmente imposta por uma elite dominante que escolhe formas de prestígio para grafar as palavras. Vimos no subtópico dos fenômenos ortográficos que no percurso histórico da ortografia da língua portuguesa ela pode ser dividida em três períodos: fonético, pseudoetimológico e moderno.

Se observarmos as delimitações temporais de cada período, os manuscritos se inserem na escrita pseudoetimológica com formas geminadas, *Villa*, *illustrissimo* etc. e o emprego do grafema *y* por *i* ou *i* por *j* etc., mas a análise mostrou a permanência de formas do período fonético, *caza*, *assumpção* etc., desvelando que por mais que os acordos ou períodos tenham fator predominante no processo de escrita o sistema linguístico irá estar permeado/marcado das mais diversas formas de organização ortográficas.

A identificação do modelo de escrita humanística nos ajudou a explicar a causa da junção de palavras, pois nesse modelo o escrivão possuía um traçado sem intervalos, sem descanso no ato de escrita, ocasionando a união de algumas lexias. Outra análise paleográfica

foram os tipos de afiançamento dos documentos por parte de quem os produzia nas capitâneas. Os escrivães para garantir a fidedignidade dos textos trasladados os assinavam e inseriam os arabescos ou guardas.

A análise de textos pretéritos deve passar por uma análise do sistema baquigráfico, pois, a escrita abreviada era um recurso muito utilizado na época. Hoje a observamos em contexto de produção informal e quase nenhuma ocorrência em contextos de produção formal. Os manuscritos dos editais do século XVIII estão repletos desse sistema, com um maior número de casos de abreviaturas encontradas por síncope com letras sobrepostas, o não conhecimento do sistema de abreviaturas torna-se um estorvo no mo(vi)mento de leitura e de compreensão dos manuscritos.

Descrevemos o suporte por meio da Codicologia, tocando na dicotomia gênero/suporte. Nessa ciência, o suporte é tido como matéria subjetiva na qual se insere o texto que terá três denominações, a partir da matéria prima da qual foi produzida: papiro, pergaminho e papel. Em nosso estudo descrevemos os manuscritos de nossa análise como cartáceos, ou seja, foram transcritos em papel.

O suporte dos documentos está em bom estado de conservação com danos pontuais que dificultam, mas não atrapalham a compreensão global do texto. Apenas o edital 06, com maior grau de deterioração, mostra a importância e a urgência do resgate desses textos que em muitos casos são os únicos representantes de um ato administrativo.

Ao analisamos o *corpus*, percebemos que a matéria subjetiva é um elemento importante na construção do gênero. Indo além da concepção de suporte como estrutura, apenas de fixação do texto. No nosso caso, o livro de registro é o suporte de inserção dos textos que comporta gêneros do domínio discursivo jurídico-administrativo, tendo um papel de selecionador desses gêneros e ainda de fornecer novos elementos aos textos que lhe foram trasladados, fórmulas introdutórias.

No tocante a estrutura e organização formal dos documentos, tivemos como parâmetro a Diplomática por estudar e analisar gêneros do domínio discursivo jurídico-administrativo. Nossa concepção de língua, carregada de influências sócio-histórico-culturais, nos fez desenhar o percurso histórico do gênero edital até o século XVIII, buscando nas partes constituintes de um diploma ideal as que compunham os editais.

Pelo exposto nesse subtópico, podemos esquematizar a estrutura formal do gênero edital como: 1. Protocolo inicial: intitulação e endereço; 2. Texto: preâmbulo, notificação,

exposição, dispositivo e cláusulas finais (cominatórias penais e de corroboração); 3. Escatocolo: data (elemento topográfico e cronológico) e validação (assinaturas/ subscrição e sinais)

Apesar da forte ligação com as instituições religiosas, o *corpus* não apresenta, no protocolo inicial, a invocação divina. Essa estruturação do gênero, como visto, pode variar a depender do estilo de escrita e de quem profere o enunciado, por isso alguns elementos são subtraídos ou não constam em todos os editais. O não aparecimento de uma estrutura não descaracteriza o gênero, pois na concepção por nós adotada, a forma estrutural do gênero é apenas um dos elementos de análise.

Nessa pesquisa não tivemos a pretensão de esgotar as análises que podem ser empreendidas nos manuscritos aqui editados, pois há muitos campos que podem deitar seu olhar sobre o gênero edital. Apesar das muitas análises de caráter filológico-linguísticas aqui realizadas para descrever os aspectos formais e linguísticos dos editais, não abordamos as fraseologias presentes no gênero, ficando para futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- ABBADE, C. M. S.. Filólogo: o clínico geral dos estudos filológicos. In: III Seminário de Estudos Filológicos, 2008, Salvador. **A Filologia e a preservação do patrimônio cultural escrito: arquivos, acervos, edições e estudos**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ACIOLI, V. L. C. **A Escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. 2ª. Ed. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2003.
- ALENCAR, E. B. O. **Ouvidoria: história e desafios**.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.
- Alves, B. F. **Os múltiplos sentidos do ludico em documentos oficiais do ensino sob uma perspectiva das ideias bakhtinianas**.- Dissertação.- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ANDRADE, E. A. **Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática**. 2007. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. / Jonh Langshaw Austin; trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**; tradução de José Paulo Paes.- 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- AZEVEDO, H. C. G. de; NICOLAU, R. B. F. **Escrituras oficiais em jornais paraibanos dos séculos XIX e o fazer-argumentativo da língua portuguesa do Brasil**. 2012. Disponível em: < <http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/6594.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- AZEVEDO, L. C. **Introdução à história do direito**.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995; 2006.
- \_\_\_\_\_. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997; 2000.
- BARBOSA, A. G. *O contexto dos textos coloniais*. In: Tania Maria Alkmim. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro Volume III: novos estudos**. 1ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, v. 1, p. 421-431.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tradição documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livro, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivos**. São Paulo: Arquivo do estado e imprensa oficial do estado, 2002.
- BERWANGER, A. R; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. Ed. Ver. E ampl. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008.

- BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BLUTEAU, R. (1712-1728): **Vocabulário português e latino**. Coimbra-Lisboa.
- BORGES, R. et all. **Edição de Texto e Crítica Filológica**.- Salvador: Quarteto, 2012.
- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CIAPUSCIO, G. et al. (Org.). **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana, 2006.
- DE PLÁCIDO E SILVA, O. J. **Vocabulário jurídico**. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- ECO, U. 1932-. **Tratado geral de semiótica** / Umberto Eco; [tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza]. – São Paulo: Perspectiva, 2007. – (Estudos; 73 / dirigida por J. Guinsburg)
- FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FARIAS, A. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical. 1997.
- FELIPPE, D. J. **Dicionário jurídico de bolso: terminologia jurídica: termos e expressões latinas de uso forense**. Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FISCHER, S. R. **História da escrita; tradução Mirna Pinsky**.- São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso; tradução de Jean Cristtus Portela**.- São Paulo: Contexto, 2007.
- GARCIA, R. **Ensaio sobre a História política e administrativa do Brasil (1500 - 1810)**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1956.
- GIORGI, M. C.; DAHER, Del Carmen . **Seleção para o magistério público: um olhar discursivo sobre os gêneros edital e manual do candidato**. In: 4 Simpósio Internacional de estudos de gêneros textuais, 2007, Tubarão. Anais do 4 Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007. p. 1357-1365
- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- KABATEK, J. *Tradições discursivas y cambio lingüístico*. In: CIAPUSCIO, Guiomar et al. (Org.). **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana, 2006a. p.151-172.
- \_\_\_\_\_. *Tradições discursivas e mudanças linguística*. In: LOBO, Tania et. al. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006b. tomo 2.
- KRESS, G; VAN LEEWEN, T. **Reading images: the Grammar of Visual Design**. London: Routledge, 1996.
- KRIEGER, M. G. **Terminologias em Construção: procesamentos metodológicos**. São Paulo: Alfa, 2006
- \_\_\_\_\_; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: CONTEXTO, 2004.

MARCONDES, Danilo. **A pragmática na filosofia contemporânea** / Danilo Marcondes. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUILHAS, M. R. B. **Filologia**. In: CEIA, Carlos (org.). E-dicionário de termos literários. Disponível em:

<[http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=200&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=200&Itemid=2)>. Acesso em: 03 jan.. 2014.

MATTOS E SILVA, R. V. **Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa**. In: Para a história do português brasileiro. São Paulo: Humanitas, v.III, 2002.

\_\_\_\_\_. **Caminhos da linguística histórica** - “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MENDES, U. D. **Noções de paleografia**. São Paulo: Departamento do arquivo do estado de São Paulo, 1953.

MELO, G. C. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

PINTO, J. P. Pragmática. MUSSALIN, F; Bentes, A. C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 47-68.

RIGHI, G. **História de la filologia clásica**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, S. M. C. ; NASCIMENTO, E. P. **O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação**. Secretariado Executivo em Revista, v. 07, p. 133-143, 2011.

SILVA, J. P. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**.-1. Ed. – Rio de Janeiro: O Autor, 2010.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SPAGGIARE, B; PERUGI, M. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

XIMENES, E. E. Relação da missão da Serra da Ibiapaba: estudos de aspectos ortográficos. In: III Seminário de Estudos Filológicos, 2008, Salvador. **A Filologia e a preservação do patrimônio cultural escrito: arquivos, acervos, edições e estudos**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 1-8.

\_\_\_\_\_. 2009a. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da capitania do ceará nos séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

\_\_\_\_\_. 2009b. Estudos das unidades fraseológicas em documentos oficiais da administração colonial brasileira, In *Anais do IV Seminário de Estudos Filológicos* –

**Filologia e Estudo da Linguagem:** *o léxico em questão*. Universidade Católica de Salvador, Instituto de Letras, 05 a 07 ago. 2009, ISSN: 2175-4985, Salvador: 452-464.

\_\_\_\_\_. **Fraseologias jurídicas:** estudo filológico e lingüístico do período colonial. – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2013.

ZAVAM, Suely Áurea. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva:** um estudo com editorias de jornal. 2009. 420 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.